

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - MESTRADO

EVERTON MELO DA SILVA

UM POUCO DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE:
Modo de produção, relações sociais e desenvolvimento do homem.

MACEIÓ, AL
2016

EVERTON MELO DA SILVA

UM POUCO DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE:

Modo de produção, relações sociais e desenvolvimento do homem

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Afrânio Lessa Filho

MACEIÓ, AL
2016

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

S586u Silva, Everton Melo da.
Um pouco da história da humanidade: modo de produção, relações sociais e desenvolvimento do homem / Everton Melo da Silva. – 2016. 131 f.

Orientador: Sérgio Afrânio Lessa Filho.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Maceió, 2016.

Bibliografia: f. 130-131.

1. Desenvolvimento do homem – História. 2. Modo de produção.
3. Relações sociais. 4. História da civilização. I. Título.

CDU: 930.85



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

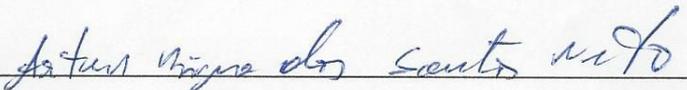
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – MESTRADO

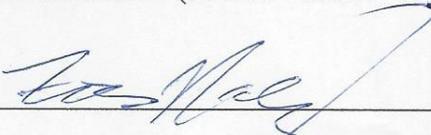
Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **Everton Melo da Silva**, intitulada “**UM POUCO DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE: MODO DE PRODUÇÃO, RELAÇÕES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO DO HOMEM**”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 28 de março de 2016, às 14:30h, na Sala Multimeios da Faculdade de Serviço Social (FSSO).



Prof. Dr. Sérgio Afrânio Lessa Filho
Orientador (PPGSS - FSSO - UFAL)



Prof.ª Dr. Artur Bispo dos Santos Neto
Examinador interno (PPGSS - FSSO - UFAL)



Prof.º Dr. Zilas Nogueira de Queiroz
Examinador externo (IFAL)

Dedico este estudo ao meu querido filho Guilherme.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que tive interlocução no mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas que puderam contribuir de alguma forma, direta ou indiretamente, para o meu amadurecimento intelectual. Agradeço, primeiramente, ao meu querido mestre Sérgio Lessa (devo a ele o conhecimento sobre história humanidade); à banca de qualificação, Arthur Bispo e Ivo Tonet, e de defesa, Arthur Bispo e Zilas Nogueira de Queiroz; às professoras e aos professores do Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UFAL, especialmente, Norma Alcântara, Edlene Pimentel e Reivan Marinho; aos funcionários da secretária do mestrado; às amigas de turma Monique Rodrigues e Mônica Lima.

Agradeço também aos amigos interlocutores da Universidade Federal de Sergipe, especialmente, à Josiane Soares e à Lúcia Aranha (amigas incentivadoras desde a graduação); aos membros/companheiros do “núcleo duro” do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM/UFS): Paulo Felix, Carla Nunes, Nailsa Araújo, Laryssa Gabriella, Yanne Angelim e Clarissa Andrade; aos amigos incentivadores: Tânia Azevedo e Rogério Azevedo (amigos fundamentais no mestrado), Juliana Gabrielle, Luany Souza, Bruna da Paixão e Fabrício dos Santos (amigos que acompanharam e “fermentaram” meu mestrado). Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro.

“Essa concepção da história assenta, portanto, no desenvolvimento do processo real da produção, partindo logo da produção material da vida imediata e na concepção da forma de intercâmbio intimamente a esse modo de produção e por ele produzida [...] nos seus diversos estágios, como base de toda a história, [...] explicando a partir dela todos os diferentes produtos teóricos e formas de consciência [...].” (Karl Marx e Friedrich Engels, A Ideologia Alemã).

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo apresentar as formas como os homens produziram seus meios de vida e se relacionaram entre si de acordo com cada modo de produção. Para tanto fez-se uma pesquisa histórica sobre o desenvolvimento do homem, da gênese do gênero *Homo* até a constituição do homem na sociedade capitalista. O primeiro passo foi entender o surgimento da família humana, do bipedismo com os *Australopithecus* até a Revolução Neolítica com os homens modernos. Em seguida, compreender a origem da propriedade privada e, conseqüentemente, as sociedades de classe: escravista, feudal e capitalista e as relações sociais que emergiram em cada um desses modos de produção. Utilizou-se a história das civilizações gregas e romanas na Antiguidade Clássica para tratar do modo de produção escravista, das relações baseadas em senhor x escravo, e do desenvolvimento de outras dimensões da vida social, como a política e o conhecimento. Discutiu-se sobre a emergência do modo de produção feudal a partir do processo de dissolução da sociedade escravista. No modo de produção feudal a vida dos homens era determinada pela vinculação do homem com a terra a partir da relação senhor feudal e servo. Por último, abordou-se a acumulação primitiva do capital com foco na manufatura, maquinaria e grande indústria, e as novas relações sociais que emergiram a partir dela: o surgimento da doutrina liberal como justificação ideológica da sociedade burguesa, a ciência moderna e o individualismo burguês.

Palavras-chave: Modo de produção. Relações sociais. História.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo presentar las formas en que los hombres producían sus medios de vida y se relacionaban entre sí de acuerdo con el modo de producción. Para tanto se realizó un estudio histórico sobre el desarrollo del hombre, la génesis del género Homo hasta la constitución del hombre en la sociedad capitalista. El primer paso fue comprender la emergencia de la familia humana, de lo bipedismo con Australopithecus hasta la Revolución Neolítica con los hombres modernos. Después, comprender el origen de la propiedad privada y, en consecuencia, las sociedades de clases: esclavista, feudal, y capitalista y las relaciones sociales que surgiran en cada uno de estos modos de producción. Se utilizó de la historia de civilizaciones griega y romanas en la antigüedad clásica para tratar del modo de producción esclavista, de las relaciones basadas en señor x esclavo , y el desarrollo de otros aspectos de la vida social, como la política y el conocimiento. Se discutió acerca de la aparición del modo de producción feudal por medio de la disolución de la sociedad esclavista . En el modo de producción feudal la vida de los hombres se determinó mediante la vinculación del hombre al suelo por medio de la relación señor feudal y siervo. Por último, se trató la acumulación primitiva del capital com foco en la manufactura, la maquinaria y la gran industria, y las nuevas relaciones sociales que emergiran de ella: la aparición de la doctrina liberal como justificación ideológica de la sociedad burguesa, la ciencia moderna y la individualidad burguesa.

Palabras-clave: Modo de producción. Relaciones sociales. Historia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 CAPÍTULO 01 - O NASCIMENTO DO HOMEM E A SOCIEDADE PRIMITIVA...13	13
2.1 GÊNESE E EVOLUÇÃO DO GÊNERO <i>HOMO</i> : do bipedismo e a caça-coleta.....	13
2.2 <i>HOMO SAPIENS</i> : os humanos modernos.....	20
2.3 REVOLUÇÃO NEOLÍTICA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA SOCIEDADE PRIMITIVA.....	28
3. CAPÍTULO 02 - O MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA: o homem escravo de si mesmo	34
3.1 “VALE A PENA ESCRAVIZAR E EXPLORAR HOMENS”: nasce a propriedade privada e o modo de produção escravista	34
3.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA SOCIEDADE ESCRAVISTA: a política na vida dos homens	43
3.2.1 A polis ateniense (Grécia)	43
3.2.2 Apogeu da Roma antiga	60
4 CAPÍTULO 03 - O MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL: O homem ligado a terra	68
4.1 A SOCIEDADE EUROPEIA RURALIZADA: a crise da sociedade escravista e a emergência do feudalismo	68
4.2 A VIDA DO HOMEM A PARTIR DO MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL	79
5 CAPÍTULO 04: A CONSTITUIÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E O INDIVÍDUO BURGUESES	96
5.1 AS NOVAS FORMAS DO HOMEM SE RELACIONAR COM A NATUREZA: manufatura, maquinaria e grande indústria.....	96
5.2 A CONSTITUIÇÃO DO INDIVIDUALISMO BURGUESES E O LIBERALISMO	105
5.3 A GÊNESE DA CIÊNCIA MODERNA DO SÉCULO XV AO XVIII	112
5.3.1 O desmonte da cosmologia antiga e medieval e a teorização sobre o universo infinito.....	112
5.3.2 Descartes e a manufatura	116
5.4 O COROAMENTO DO INDIVIDUALISMO BURGUESES: NOTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FRANCESA.....	118
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS.....	132

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve o objetivo de apresentar as formas como os homens produziram seus meios de vida e se relacionaram entre si de acordo com cada modo de produção. Para isso, investigamos, por meio de um estudo bibliográfico, da gênese do gênero *Homo* e da família humana até a constituição do homem na sociedade capitalista.

Entendemos que, a partir da análise das condições materiais (produção) de cada sociabilidade entendemos *com o que produz* (matéria-prima), *como produz* (a divisão do trabalho e os instrumentos/meios de trabalho), *com qual finalidade produz* e *para quem produz*. Essas são as bases para entender o desenvolvimento das relações sociais na história da humanidade.

Nesse estudo, tratamos das formas clássicas dos modos de produção, quais sejam: o modo de produção primitivo, o modo de produção escravista, o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista. É necessário esclarecer que, o modo de produção asiático não foi incorporado nesta pesquisa. Sabemos que esse modo de produção nasceu também sob as bases da propriedade privada, da exploração do homem pelo homem e do Estado. Porém, esse modo não se desenvolveu quanto o modo de produção escravista, seu processo de desenvolvimento das forças produtivas foi pequeno e lento comparado ao modo escravista (LESSA; TONET, 2011, p. 53-55).

Diante do tamanho de dados da história da humanidade, considerando à exequibilidade e o curto espaço de tempo destinado ao processo da pesquisa, nossos estudos foram da origem da família humana, há sete milhões de anos, até a Revolução Francesa de 1789, momento que se consolida o indivíduo burguês na sociedade capitalista.

Compreender as transformações nos processos de produção e reprodução social na história da humanidade é fundamental para o Serviço Social brasileiro, visto que, essa profissão está inscrita em processos sócio-históricos determinados e age sobre sujeitos históricos e sociais no cotidiano profissional. Nessa direção, as Diretrizes Curriculares de Serviço Social, base curricular da formação profissional do assistente social, têm como o primeiro princípio a “apreensão crítica do processo histórico como totalidade” (ABEPSS, 1996, p. 07). Entendemos que este estudo pode contribuir na formação profissional, em matérias básicas como: Sociologia, Ciência Política, Filosofia e Antropologia; e em matérias específicas do curso de Serviço Social como ética e trabalho e sociabilidade.

Para alcançar o objetivo ora proposto, utilizamos uma revisão de literatura baseada em pesquisas e estudos históricos sobre cada época, romances históricos, que auxiliaram no

processo de compreensão, e em pesquisas sobre determinadas temáticas em momentos específicos da história.

Para compreender o modo de produção primitivo e a sociedade primitiva utilizamos: “A origem da espécie humana” de Richard Leakey, “Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas” de Jared Diamond e o romance “O povo das montanhas negras” de Raymond Williams.

Utilizamos as seguintes obras sobre o modo de produção escravista e a sociedade escravista: “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” de Friedrich Engels, “História da Grécia” e “História de Roma” de Mikhail Rostovtzeff, o romance “Espártaco” de Howard Fast e a obra “Aristoteles y el mundo antiguo” de Agnes Heller.

Para tratar do processo de transição entre o escravismo e o feudalismo utilizamos a obra “Passagens da antiguidade ao feudalismo” de Perry Anderson. Sobre o modo de produção feudal e a sociedade feudal: “História da riqueza do homem” de Leo Huberman e os romances “Os pilares da terra” de Ken Follett e “Um espelho distante: o terrível século XIV” de Bárbara Wertheim Tuchman.

Para entender o modo de produção capitalista e a sociedade burguesa contamos com “O Capital: crítica da economia burguesa” de Karl Marx, “O liberalismo europeu” de Harold Laski, “Producción, ciência y sociedade: de Descartes a Marx” de Jaime Labastida, “El hombre del Renacimiento” de Agnes Heller, “La teoría política del individualismo posesivo: de Hobbes a Locke” de Crawford Brough Macpherson, “Do universo fechado ao universo infinito” de Alexandre Koyré e “História da Revolução Francesa” de Albert Soboul. Além dessa bibliografia, outras foram acrescentadas no decorrer das leituras, caracterizando-se como leituras secundárias.

Essas obras foram organizadas e estudadas em ordem cronológica. Para coletar os dados históricos foram utilizados dois mecanismos: o fichamento das obras e a construção de uma linha cronológica para facilitar o entendimento de cada momento histórico. Após a leitura de toda a bibliografia, os fichamentos e a linha cronológica foram organizados e, em seguida, foi elaborada a redação da pesquisa. É preciso mencionar que esse processo de redação da pesquisa foi auxiliado pela obra “Como se faz uma tese em Ciência Humanas” de Umberto Eco. O estudo e a sistematização das leituras foram também auxiliados pelos Atlas histórico mundial: las historia del mundo em 317 mapas de Georges Duby.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. Cada capítulo trata de um modo de produção e de sua correspondente sociedade.

No primeiro capítulo, “**O nascimento do homem e a sociedade primitiva**”, abordaremos sobre o surgimento e desenvolvimento do gênero *Homo*, da gênese do bipedismo até o início da agricultura. Este período compreende a partir do momento que os primeiros hominídeos (*Australopithecus*) começaram a se locomover sobre dois membros até quando o homem (*Homo Sapiens*) desenvolveu a consciência, a arte e a linguagem, e saiu do nomadismo para o sedentarismo com a descoberta da semente e da domesticação de animais. Os principais elementos do modo de produção primitivo, da sociedade primitiva e da Revolução Neolítica serão destacados aqui.

No segundo capítulo, “**O modo de produção escravista: o homem escravo de si mesmo**”, apresentamos o surgimento do excedente econômico e da exploração do homem pelo homem a partir da propriedade privada, das classes sociais, do Estado e da família monogâmica. Além disso, destacaremos duas civilizações na sociedade escravista: Atenas, na Grécia antiga, e Roma antiga para entendermos como os homens dessas civilizações organizavam-se socialmente a partir da política e como desenvolveram a filosofia e o conhecimento a partir do trabalho escravo.

No terceiro capítulo, “**o modo de produção feudal: O homem ligado a terra**”, buscamos expor o processo de transição do escravismo (decadência e crise do Império Romano) para o feudalismo (síntese da fusão das formações sociais romana e germânica), as particularidades históricas do feudalismo na Europa Ocidental e na Europa Oriental, as relações senhoriais, a partir da vinculação do homem com a terra, e a determinação social da vida do homem pela Igreja.

Por fim, no quarto capítulo, “**A constituição do modo de produção capitalista e o indivíduo burguês**”, demonstramos o surgimento do modo de produção capitalista, a partir da manufatura, do comércio e da acumulação primitiva do capital. Apontamos a constituição da manufatura, da maquinaria e da grande indústria no processo de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Destacamos ainda as novas relações sociais que emergem a partir desse modo de produção, com foco no individualismo burguês, busca incessante da riqueza pela riqueza, e no coroamento da classe burguesa com a Revolução Francesa de 1789. Ademais, o Renascimento, as Teorias políticas de Hobbes e Locke, e os teóricos da teorização sobre o universo infinito também foram tratados como processos decorrentes da base material capitalista.

2 CAPÍTULO 01: O NASCIMENTO DO HOMEM E A SOCIEDADE PRIMITIVA

A vida no planeta Terra¹ começou há 3,5 bilhões de anos na forma de microrganismos no fundo mar. Com a evolução e complexificação dos organismos multicelulares, há quinhentos milhões de anos, surgiram às plantas e os animais mais desenvolvidos (LEAKEY, 1995, p. 259). Entre esses animais, temos a ordem dos primatas, mamíferos com alto grau de desenvolvimento biológico, que surgiram há 32 milhões de anos.

A família humana surgiu e começou a evoluir há sete milhões de anos na África Oriental, como afirma o biólogo evolucionista norte-americano Jared Diamond (2010, p. 36): “Mais ou menos nessa época [sete milhões de anos atrás], a população de macacos africanos dividiu-se em vários grupos e um deles evoluiu para os atuais gorilas, outro deu origem a dois chimpanzés atuais e um terceiro resultou nos humanos”.

Este período de surgimento e desenvolvimento da família humana é pesquisado por diversas áreas do conhecimento, sendo as principais a Paleontologia, a Arqueologia e a Antropologia. Os estudos dessas áreas sobre a família humana formam um mosaico histórico de compreensão sobre os hominídeos, o gênero *Homo* e os humanos modernos.

Este capítulo tem por objetivo apresentar o surgimento e o desenvolvimento do gênero *Homo*, da gênese do bipedismo até o início da agricultura. Este período compreende a partir do momento que os primeiros hominídeos começaram a se locomover sobre dois membros até quando o homem saiu do nomadismo para o sedentarismo com a descoberta da semente.

2.1 GÊNESE E EVOLUÇÃO DO GÊNERO *HOMO*: do bipedismo a caça-coleta

A pré-história do homem pode ser dividida em quatro etapas-chave: *a origem da família humana propriamente dita*, há cerca de sete milhões de anos; *a proliferação das espécies bípedes* (irradiação adaptativa²): entre sete e dois milhões de anos muitas espécies diferentes de macacos bípedes evoluíram, e, entre três e dois milhões de anos, houve uma espécie que desenvolveu um cérebro significativamente maior; *a expansão do cérebro*

¹ O universo surgiu há 18 bilhões de anos através da expansão da matéria (espaço, energia e massa), sofrendo transformações físicas e químicas, que estava concentrada em um só ponto. Nesse processo, surgiu a Via Láctea, galáxia onde se encontra o Sistema Solar. A Terra, um dos planetas que compõem o Sistema Solar, apareceu há 4,6 bilhões de anos.

² Sobre a irradiação adaptativa, Leakey (1995, p. 66) explica que “[...] quando uma nova espécie desenvolve uma adaptação nova, muitas vezes há um florescimento de espécies descendentes durante os milhões de anos seguintes que expressam variações temáticas daquela adaptação inicial [...]”.

(origem do gênero *Homo*); e *a origem dos humanos modernos* (linguagem, consciência, imaginação artística e inovações tecnológicas) (LEAKEY, 1995, p. 17-18).

Neste item, pretendemos tratar sobre algumas características do primeiro hominídeo *Australopithecus*, e das primeiras espécies do gênero *Homo*, quais sejam: *Homo habilis*, *Homo erectus* e *Homo neanderthalensis*³.

O naturalista Charles Darwin, em seu livro “A descendência do homem”, lançado em 1871, afirmava que o berço da humanidade era o continente africano. Os antropólogos⁴ daquela época tinham preconceito contra essa teoria darwiniana devido ao olhar colonialista que dos europeus sobre o “continente negro”, pois, para eles, a África não seria “um bom lugar” para a gênese do *Homo sapiens*⁵.

Louis Leakey, paleontólogo queniano, ignorou esse preconceito dos antropólogos e, apoiando-se nos escritos de Darwin, explorou o continente africano, provando cientificamente que a África⁶ é o berço da humanidade⁷.

Mary Leakey, arqueóloga e antropóloga do Reino Unido, descobriu o primeiro fóssil de humanos primitivos na África Oriental⁸, ratificando as pesquisas científicas do seu marido, Louis Leakey⁹, que afirmavam que no continente africano está a gênese do homem e das sociedades primitivas.

Na região Hadar, na Etiópia (África), foi encontrado na década de 1970 um esqueleto quase completo de um primata que media mais ou menos 1 metro, datado do período entre 3 a 3,9 milhões de anos atrás. *Lucy*, nome atribuído pelo paleontólogo norte-americano Donald Johanson, era da espécie *Australopithecus afarensis*.

Segundo Leakey (1995), *Lucy* assemelhava-se a um macaco de braços e pernas curtas, era bípede (locomovia-se com dois membros), caminhava de forma ereta e não era corredora (p. 112). Por outro lado, *Lucy* mantinha as características de um macaco, como a caixa torácica, os ombros, o tronco e a cintura (p. 112).

Essa espécie vivia em bandos, habitava em cavernas, coletava frutas, raízes e sementes. Mas, “suas mãos, mandíbulas e dentes teriam permanecido similares aos dos

³A espécie mais evoluída do gênero *Homo*, o *Homo sapiens*, será apresentada nos próximos itens deste capítulo.

⁴Os escritos de Darwin e suas teorias sobre a evolução biológica dos animais e dos humanos contribuíram para o desenvolvimento de várias áreas do conhecimento, principalmente a Antropologia.

⁵Ibidem, p. 23.

⁶As regiões que possuem os principais sítios arqueológicos da África são Taung, Sterkfontein, Swartkans e Kromdraai, Laetoli, Olduvai, Peninj, Koobi Fora, Omo e Hadar; regiões localizadas do lado oriental da África (LEAKEY, 1995, p. 13).

⁷Ibidem, p. 24.

⁸Ibid., p. 61.

⁹Richard Leakey é filho de Louis Leakey e Mary Leakey.

macacos, porque sua dieta não mudara, apenas sua maneira de obtê-la” (LEAKEY, 1995, p. 51). Os *Australopithecus* também não tinham nenhum tipo de linguagem, pois não possuíam um cérebro desenvolvido, nem meio de cultura, elementos essenciais para o desenvolvimento da linguagem.

Lucy caracteriza-se como a primeira espécie que surge como membro fundador da família humana¹⁰. O bipedismo, que surgiu há sete milhões de anos, era a principal característica humana que *Lucy* possuía. Leakey afirma que: “uma vez que nosso ancestral distante tornou-se um macaco bípede, muitas outras inovações evolutivas tornaram-se possíveis, com o aparecimento definitivo do *Homo*”¹¹.

Os hominídeos bípedes não possuíam qualquer desenvolvimento de tecnologia e intelecto ou atributos culturais. Com a liberação dos membros superiores houve a alteração na forma de locomoção e na coleta alimentos, superando, assim, alguns limites das barreiras naturais, concedendo vantagens na luta pela sobrevivência¹². Outra mudança significativa que o bipedismo possibilitou ao desenvolvimento da família humana foi a aquisição da postura ereta.

A mudança na forma de coletar alimentos possibilitou aos hominídeos o acesso a outros tipos de alimentos. Com a variação do consumo alimentar, houve um aumento gradativo da longevidade e da taxa reprodutiva das fêmeas, devido à mudança na dieta¹³. O acesso a mais energia acarretou, também, em um aumento da reprodução, pois a reprodução exige um enorme desgaste de energia.

Outra espécie bípede conhecida é o *Australopithecus africanus* (“macaco do sul da África”). Raymond Dart, anatomista e antropologista australiano, descobriu em 1924, na cidade de Taung na África do Sul, um crânio dessa espécie, datado de dois milhões de anos atrás, que ficou conhecido como a “criança Taung”. Esse fóssil, segundo Leakey (1995), indicava que era um macaco bípede (p. 58) e alimentava-se de vegetais (p. 60). Além disso, possuía uma postura ereta, devido ao crânio ficar posicionado acima da coluna.

O “achado” de Dart ficou no esquecimento antropológico devido ao preconceito contra a África (LEAKEY, 1995, p. 59). Somente na década de 1940, os antropólogos

¹⁰ Há outra espécie que alguns cientistas acreditam ser a versão mais primitiva do homem, o *Ramapithecus*. Essa espécie viveu há 5 milhões de anos e foi descoberta em 1961 pelo paleontólogo americano Elywyn Simons Laverne (LEAKEY, 1995, p. 30). Através do fóssil da mandíbula desse hominídeo, os paleontólogos e bioquímicos descobriram que “os fósseis de *Ramapithecus* originais são na verdade humanóides em alguns aspectos, mas a espécie não era humana.” (LEAKEY, 1995, p. 33). O *Ramapithecus* ainda não é consenso na comunidade científica.

¹¹ *Ibidem*, p. 14.

¹² *Ibid.*, p. 42.

¹³ *Ibid.*, p. 48.

assumem esse erro e começam a considerar pertinentes as descobertas de Raymond Dart sobre o *Australopithecus africanus*.

O aumento gradativo do tamanho do corpo e do cérebro dos homínídeos começou há 2,5 milhões de anos atrás. Com o aumento do tamanho do cérebro, canais de informação sensorial iam se complexificando, marcando uma mudança no nível de consciência (LEAKEY, 1995, p. 268). Esse aumento também influenciou na inteligência e nas mudanças biológicas, como a idade do desmame e da maturidade sexual, período de gestação e longevidade¹⁴.

O advento da tecnologia coincidiu com o começo da expansão do cérebro: primeiro ocorreu à expansão do cérebro, depois o surgimento da tecnologia com a fabricação e utilização de utensílios de pedra (apenas de lascas ou pedaços de pedra). Apesar dos chimpanzés também utilizarem utensílios de pau para coletar cupins ou pedras para quebrar castanhas, eles não fabricam esses utensílios. Apenas as espécies do gênero *Homo* são capazes de fabricar instrumentos, constituindo-se uma característica exclusiva dos humanos.

As principais diferenças biológicas entre o *Australopithecíneo* e o *Homo* são o tamanho do cérebro e os dentes molares, como mostra Leakey:

a estrutura dos dentes e do maxilar do *Homo* primitivo é diferente da estrutura dos *australopithecíneos*, presumivelmente como uma adaptação a uma dieta que incluía carne. Muito recentemente, os antropólogos passaram a acreditar que, além das diferenças dentárias, o *Homo* primitivo diferia dos *australopithecíneos* por ser uma criatura fisicamente muito mais ativa¹⁵.

O *Australopithecíneo* e o *Homo* viveram no mesmo espaço de tempo há dois milhões de anos. Nesse período, havia três espécies de *australopithecíneos* (*Australopithecus afarensis*, *Australopithecus africanus* e *Australopithecus robustus*) e uma de *Homo* (*Homo habilis*)¹⁶.

A primeira espécie do gênero *Homo* foi o *Homo habilis* (ou Homem habilidoso), encontrado por Louis Leakey em 1964. Ele apresentava cérebro maior, e o maxilar e os dentes molares eram pequenos¹⁷, além disso, ele utilizava e fabricava pequenas lascas de pedras¹⁸. Para fabricar essas pequenas lascas de pedra, ele escolhia a forma da pedra e batia uma na outra, movimento que exigia prática, e assim ia construindo seu instrumento. A forma na

¹⁴ Ibidem, p. 93.

¹⁵ Ibid., p. 111.

¹⁶ Há 1,75 milhões de anos existiu também o *Australopithecus boisei*; e há um milhão de anos as espécies *australopithecíneas* desaparecem completamente (LEAKEY, 1995, p. 115).

¹⁷ Ibid., p. 65.

¹⁸ Os registros de artefatos de pedra são datados de cerca de 2,5 milhões de anos atrás. Eles contribuem para explicar o surgimento e evolução do homem na pré-história.

pedra lascada variava também de acordo com o tipo de pedra disponível na natureza, o que Leakey (1995, p. 81) chama de “natureza essencialmente oportunística”.

A partir das primeiras fabricações de instrumentos de pedra, temos o início da história da atividade tecnológica, pois elas representaram as habilidades e o nível de conhecimento do *Homo habilis*¹⁹.

Os primeiros instrumentos humanos, datados de dois milhões de anos atrás, são as pedras lascadas pequenas, os cutelos (instrumento cortante e semicircular), os raspadores e as diversas pedras poliédricas (pedra com faces planas)²⁰. Todos eles têm formas simples e são pequenos, e simbolizam também o avanço do desenvolvimento do cérebro na pré-história.

Pela primeira vez na pré-história humana, há indícios de que os fabricantes de artefatos tinham um modelo mental do que desejavam produzir — que eles estavam impondo intencionalmente uma forma à matéria-prima que utilizavam. O implemento que sugere isto é o assim chamado machado manual, um utensílio em forma de gota de lágrima que exigia uma habilidade notável e paciência para ser feito²¹.

Através do sítio arqueológico ao leste do lago Turkana, na fronteira entre Etiópia e Quênia (África), temos os indícios que as pedras lascadas eram utilizadas para cortar carne, madeira e vegetais²². Conforme Friedrich Engels (2012), teórico alemão, a invenção dos artefatos de pedra proporcionou aos homens o desenvolvimento da caça (p. 38); foi através das lascas de pedras afiadas que os humanos puderam ter acesso à proteína animal.

A carne possibilitou ao homem primitivo evoluir enquanto espécie. Para obtê-la era necessária, além da fabricação de um instrumento, uma organização coletiva e cooperação entre o bando para a caça, uma vez que essa atividade exigia tática e prática. Devido ser uma atividade complexa para o homem primitivo, nem sempre os caçadores obtinham sucesso até o fim do dia.

A coleta de alimentos tinha um papel relevante para a sobrevivência do bando, pois, com a coleta, os homens sempre conseguiam algo para comer, sejam raízes, frutas, ovos de pássaros, mel ou até mesmo carniça deixada por outros animais. Lessa e Tonet (2012, p. 11) apontam que “por mais primitiva que seja esta atividade, ela já era superior ao intercâmbio dos animais com o ambiente. Ao recolher da natureza o que necessitavam, os humanos também se transformavam”.

¹⁹ Ibidem, p. 79.

²⁰ Ibid., p. 80.

²¹ Ibid., p. 84.

²² Ibid., p. 79.

O papel da carne foi fundamental na evolução do gênero *Homo* (DIAMOND, 2010, p. 84; LEAKEY, 1995, p. 111). Ao consumir essa proteína, eles aumentaram ainda mais a sua reprodução e longevidade.

Com o desenvolvimento do gênero *Homo*, surge há dois milhões de anos o *Homo erectus*²³. Esse era bípede, simiesca (semelhante ao macaco), maxilas prognatas (projetavam-se para frente), peito afunilado, pescoço pequeno, sem cintura e cérebro relativamente pequeno (LEAKEY, 1995, p. 15). O crânio do *Homo erectus* possuía 900 centímetros cúbicos, menor que o cérebro do *Homo sapiens*, que possui 1.350 centímetros cúbicos, e maior do que o *Homo habilis*, que possuía entre 800 centímetros cúbicos.

Através do esqueleto do garoto de *Turkana*, encontrado no Quênia (África), que viveu há 1,6 milhões de anos, temos uma ideia da grande estatura e dos músculos fortes que o *Homo erectus* possuía, visto que esse garoto, que morreu com 09 anos de idade, media 1,98 metros de altura²⁴.

O *Homo erectus* tinha a capacidade de correr igual aos homens modernos e fabricava pedras com padrão definido, além de ter sido o primeiro a utilizar o fogo há 500 mil anos. Com o desenvolvimento dessa espécie, surgem dois fatores decisivos para a constituição do homem, quais sejam: a interação social e um ambiente propício à cultura, como afirma Leakey:

a mudança evolutiva do *Homo erectus* primitivo em direção aos padrões humanos modernos de crescimento e desenvolvimento ocorreu em um contexto social. Todos os primatas são sociais, mas os humanos modernos desenvolveram a sociabilidade até o seu grau mais alto. As mudanças biológicas que inferimos a partir dos indícios dentários encontrados no *Homo* primitivo nos dizem que a interação social já havia começado a intensificar-se, criando um ambiente que incentivava a cultura. Parece que a organização social inteira também foi significativamente modificada²⁵.

O *Homo erectus* foi o primeiro a deixar a África, há 1,8 milhões de anos, chegando até o sudoeste da Ásia na ilha de Java²⁶. Na Europa, os primeiros humanos chegaram há quinhentos mil anos. A colonização da Ásia possibilitou a colonização da Europa, em razão delas compartilharem uma faixa de terra sem grandes obstáculos geográficos (DIAMOND, 2010, p. 36).

²³ “O aparecimento do machado manual nos registros arqueológicos acompanha a emergência do *Homo erectus*, o suposto descendente do *Homo habilis* e ancestral do *Homo sapiens*” (LEAKEY, 1995, p. 84).

²⁴ *Ibidem*, p. 102-103-159.

²⁵ *Ibid.*, p. 106, grifos originais.

²⁶ Fósseis encontrados nessa ilha ficaram conhecidos como o “Homem de Java”.

Devido às particularidades geográficas de cada região ocupada pelo gênero *Homo*, havia uma variação da alimentação humana, como afirma Leakey (1995, p. 119):

A combinação entre caça às fontes de carne e a coleta de alimentos oriundos de vegetais como estratégia sistemática de subsistência é singularmente humana. É também espetacularmente bem sucedida, tendo permitido à humanidade florescer em praticamente todos os cantos do mundo, com exceção da Antártica. Ambientes muitíssimo diferentes foram ocupados, desde as florestas tropicais vaporosas até os desertos, desde faixas litorâneas fecundas até platôs virtualmente estéreis. As dietas variam bastante de ambiente para ambiente.

A base de organização social desta espécie, *Homo erectus*, era os pequenos bandos. Os bandos acampavam em um determinado território em busca de alimentação. Os machos ficavam responsáveis pela caça e as fêmeas pela coleta de alimentos que provinham da natureza, por exemplo, vegetais. A vida dos primitivos se resumia em os machos saírem para caçar e as fêmeas buscarem alimentos com a coleta. Ademais, os homens mais hábeis ensinavam para os jovens como fazer artefatos de pedra ou madeira de modo prático, além de ensinar as estratégias da caça, generalizando o conhecimento entre os indivíduos do bando. Desse modo, a forma como os primeiros homens buscavam seus alimentos determinava as primeiras relações sociais.

Ao voltarem das suas atividades, eles fixavam-se no acampamento, “lugar de intensa interação social, e o lugar onde a comida é partilhada”²⁷. A divisão de alimentos entre o bando contribuiu também para a evolução da interação social, isso porque, o processo de partilha dos alimentos favoreceu o desenvolvimento social dos indivíduos, uma vez que, “o ato de comer carne é mais do que o sustento; é uma atividade de comunhão social. A excitação do triunfo na caça agora evanesce, os homens e mulheres trocam relatos de seus dias separados”²⁸.

Ao abandonar os acampamentos, os bandos deixavam vários vestígios da sua estadia, por exemplo: carvão acumulado, coberturas de galhos inclinados, lixo espalhado, lenhas e ossos, vísceras de peixes a beira do rio, flechas quebradas, cesta de junco etc. Esses vestígios são fundamentais para Paleontologia e Arqueologia, pois contribuem no desvelamento do modo de vida do homem na sociedade primitiva.

Percebemos, desse modo, que a caça, a coleta e a partilha dos alimentos eram as primeiras atividades sociais, pois possibilitava a organização social em bandos e contribuía para a interação social. Essas características são essenciais para a constituição do homem e para o desenvolvimento do modo de produção primitivo e da sociedade primitiva.

²⁷ Ibidem, p. 120.

²⁸ Ibid., p. 151.

Outra espécie presente na pré-história humana é o *Homo neanderthalensis*. Fósseis humanos encontrados na Europa e no oeste da Ásia revelam que há 135 mil anos viveu o homem de *Neanderthal*. Ele viveu até 34 mil anos atrás em áreas da Europa Ocidental, Oriente Próximo e Ásia.

Os esqueletos encontrados desse ancestral revelam que ele era maior que o *Homo erectus* e que possuía um crânio maior, mais arredondado e menos anguloso que o *Homo sapiens*. O homem de *Neanderthal* era mais avançado que o *Homo erectus* e mais primitivo que o *Homo sapiens* (LEAKEY, 1995, p. 161). Suas principais características eram: vivia em cavernas, enterrava os mortos²⁹, cuidava dos doentes (DIAMOND, 2010, p. 38), a habilidade de caça era normal e não pescava.

A partir dessa breve exposição sobre o surgimento do hominídeo *Australopithecus* e das primeiras espécies do gênero *Homo* (*Homo habilis*, *Homo erectus*, *Homo neanderthalensis*), iremos discutir, no próximo item, o surgimento do *Homo sapiens*, os humanos modernos, e suas principais características, quais sejam: consciência, linguagem, expressão artística e inovações tecnológicas.

2.2 HOMO SAPIENS: os humanos modernos

Vimos que o bipedismo possibilitou o desenvolvimento biológico dos hominídeos e do gênero *Homo*, alterando a forma de locomoção e a coleta de alimentos; que a fabricação de instrumentos de pedra, característica exclusivamente humana, facilitava as atividades de caça e coleta; e que as primeiras espécies da família humana viviam em bandos e que eles possuíam interação social.

Vamos apresentar agora a gênese do *Homo sapiens* e suas principais características biológicas e sociais, quais sejam: consciência, arte e linguagem. Esse passo é necessário para entendermos as principais diferenças entre os humanos modernos das demais espécies do gênero *Homo*.

Sobre a origem do *Homo sapiens*, existem duas teorias sustentadas por estudos paleontológicos e genéticos (através do modelo da Eva Mitocondrial). A primeira é a “Teoria da evolução multirregional”, que defende que o *Homo sapiens* surgiu a partir das populações do *Homo erectus* em diversas regiões, por todo o “Velho mundo” (LEAKEY, 1995, p. 162). Para essa teoria, o *Homo erectus*, que estava espalhado pela África, Ásia e Europa, evoluiu

²⁹ De acordo com Leakey (1995, p. 290), os *Neanderthal* “tinham realmente uma percepção da morte e portanto, indubitavelmente, uma consciência reflexiva altamente desenvolvida”.

em direção ao *Homo sapiens*, o que teria dado origem as diferenças regionais dos humanos (a questão das raças, por exemplo).

A segunda teoria, chamada “A partir da África”, argumenta que o *Homo sapiens* surgiu somente no continente africano e se espalhou por todo o mundo, substituindo as populações antecedentes (LEAKEY, 1995, p. 166). Ou seja, o *Homo sapiens* teria surgido somente na África e, em seguida, deixou o continente africano para o resto dos continentes (na sequência cronológica: Ásia, Europa, Oceania e América).

Após apresentar essas duas teorias sobre a origem do *Homo sapiens*, Leakey se posiciona:

Se isto reflete uma realidade evolutiva e não é simplesmente o problema perene de um registro fóssil lamentavelmente incompleto, então a hipótese “A partir da África” realmente parece razoável. A maioria dos geneticistas de populações apoia esta hipótese como a mais plausível do ponto de vista biológico³⁰.

O *Homo sapiens* (ou Homem sábio), primeiro humano moderno, surgiu há duzentos mil anos. Mas, segundo Diamond (2010, p. 39), a história da humanidade começou realmente há cinquenta mil anos, momento que ele chama de “Grande salto adiante”³¹.

O “Grande salto adiante” coincide com a expansão dos humanos pela Terra³². Dados arqueológicos revelam que a Oceania (Austrália/Nova Guiné), um dos últimos continentes a ser ocupado com a expansão dos humanos, foi colonizada há quarenta mil anos pelos humanos modernos³³, chegando através do sudeste da Ásia, pelas ilhas do arquipélago indonésio. Os australianos nativos, isto é, os que viviam nesse território³⁴, desenvolveram ferramentas de pedra e a embarcação mais antiga do mundo.

A América começou a ser colonizada entre 35 mil e 14 anos atrás a.C., datas que dividem a opinião dos estudiosos sobre a chegada do homem na América. Por exemplo, no Alasca existem indícios que a colonização iniciou-se acerca de 12 mil anos atrás a.C.³⁵, período da última Era Glacial que ligou o continente asiático a América através de uma extensa camada de gelo. Por outro lado, existe uma caverna em Pedra Furada, norte do Brasil, que tem aproximadamente 35 mil anos, com pinturas e resquícios de povoação.

³⁰ Ibidem, p. 172

³¹ Jared Diamond utiliza este termo, “Grande salto adiante”, para afirmar a teoria “A partir da África”.

³² Ibid., p. 40)

³³ Diamond (2012, p. 46) afirma que houve um extermínio de animais pelos humanos que chegavam aos novos territórios como Austrália e América.

³⁴ No item 01 deste capítulo, afirmamos que o *Homo erectus* deixou a África há 1,8 milhões anos e chegou até as ilhas do sudoeste Asiático, seguida também a Austrália.

³⁵ Ibid., p. 44.

Entre 34 mil anos a 14 mil anos atrás, a África, a Ásia, a Europa, a América e a Austrália já estavam ocupadas pelo *Homo sapiens*. Nesse período, surgiram mudanças biológicas e comportamentais na nossa espécie devido às diversidades geográficas e climáticas das regiões em torno da Terra. Esse processo fez com que o homem desenvolvesse particularidades genético-biológicas (cor da pele, dos olhos etc.) e comportamentais (tipo de vestimenta de acordo com o frio, tipo de moradia mais adequada com o relevo e a matéria-prima disponível para construí-las, hábitos alimentares etc.).

O homem moderno, que ocupou todo o planeta, tinha cérebro desenvolvido, postura ereta, face mais achatada, crânio mais alto, arcadas supraciliares não protuberantes (LEAKEY, 1995, p. 160), braços que manipulavam objetos, consciência reflexiva, manifestações artísticas, capacidade de raciocínio e linguagem.

A consciência humana é um produto do aumento do cérebro, conforme aponta Leakey: “À medida que os cérebros aumentaram de tamanho através do tempo de evolução, mais canais de informação sensorial podiam ser manipulados de modo completo, e seus dados de entrada integrados mais efetivamente”³⁶.

As primeiras espécies do *Homo sapiens* não tinham consciência reflexiva, eles “tinham cérebros significativamente menores e eram grosseiramente diferentes em seus artefatos e comportamento” (DIAMOND, 2010, p. 37). O chamado *Homo sapiens sapiens*, com consciência reflexiva, surgiu entre 40 e 35 mil anos atrás.

Uma das provas arqueológicas sobre o início da consciência reflexiva é o ritual de sepultamento:

O primeiro indício de sepultamento deliberado na história humana é o sepultamento *neanderthal* há não muito mais que 100 mil anos. Um dos sepultamentos mais pungentes aconteceu um pouco mais tarde, há uns 60 mil anos, nas montanhas Zagros ao norte do Iraque. Um macho adulto foi enterrado na entrada de uma caverna; seu corpo aparentemente havia sido colocado sobre uma câmara de flores de potencial curativo, a julgar pelo pólen encontrado em torno do esqueleto fossilizado. (LEAKEY, 2010, p. 290).

Este novo homem, com consciência reflexiva, fabricava instrumentos com qualidade, utilizava ossos e chifres como matéria-prima, modelava vestimentas e, pela primeira vez na história da humanidade, fazia obra de arte (pinturas nas cavernas), reconhecendo o mundo a sua volta. O homem, assim, começou a expressar a sua linguagem através das pinturas.

De acordo com Leakey (1995, p. 255), “a arte teve que fazer uso da linguagem, ou pelo menos emergir em paralelo com ela”. Os homens primitivos, segundo Leakey (1995),

³⁶ Ibidem, p. 268.

desenhavam nas paredes das cavernas representações de animais (p. 190) com tochas feitas de gordura animal ou pedaços de ossos (p. 192), que representavam em alguns casos³⁷ “a magia relacionada com a caça” (p. 206). Através da arte, ele expressava seu modo de vida e qual (ou quais) leitura de mundo fazia.

Há trinta mil anos, o homem manufacturava figuras em argilas, geralmente animais ou homens, e fazia gravações em objetos de pedra, osso e marfim, expressando artisticamente o seu modo de vida, a sua cultura através das imagens.

As pinturas rupestres variavam de região para região e diversificavam conforme o modo de vida das comunidades primitivas. Algumas imagens tinham padrões geométricos diferentes, como pontos, curvas, zigzagues, retângulos etc. Para David Lewis-Williams (apud LEAKEY, 1995, p. 214), estudioso Sul-africano, essas diversidades de padrões de pinturas artísticas “são sinais reveladores de uma arte relacionada com o xamanismo, diz ele — imagens de uma mente em estado de alucinação”.

A linguagem cria um abismo entre o homem e o mundo natural. Ela surgiu com o início da evolução do gênero *Homo*³⁸, isso porque essa habilidade só era possível também com a expansão do cérebro humano. À medida que o cérebro humano aumentava de tamanho, as capacidades cognitivas acompanhavam esse aumento. Com o desenvolvimento do nosso cérebro, progredimos na linguagem, sinais e memória coletiva³⁹, elementos que constituem a cultura.

A linguagem era essencial para a caça e coleta de alimentos, e com a complexificação do modo de vida era necessária uma comunicação mais avançada⁴⁰.

Os antropólogos podem ter certeza somente sobre dois pontos que se relacionam com a linguagem, um direto, o outro indireto. Primeiro, a linguagem falada diferencia nitidamente o *Homo sapiens* de todas as outras criaturas. Nenhuma exceto o homem tem uma linguagem falada complexa, um meio de comunicação e um meio de reflexão introspectiva. Segundo, o cérebro do *Homo sapiens* tem três vezes o tamanho do cérebro de nossos parentes evolutivos mais próximos, os grandes macacos africanos⁴¹.

A organização social dos primeiros humanos modernos foi os bandos. Esses se caracterizam, segundo Diamond (2010), por abarcarem mais ou menos 80 pessoas (geralmente todos são parentes próximos, “uma família ampliada”), que viviam como

³⁷ Somente em alguns casos porque “muitas vezes as imagens representadas [...] não refletiam a dieta dos pintores” (LEAKEY, 1995, p. 207).

³⁸ Ibidem, p. 244.

³⁹ Ibid., p. 163.

⁴⁰ Ibid., p. 230-231.

⁴¹ Ibid., p. 224.

caçadores-coletores nômades (p. 267); tinham uma divisão do trabalho a partir do sexo e idade (todos os indivíduos aptos deveriam buscar alimentos para o bando), sociedade igualitária, ausência de classes, lideranças informais (o líder tinha qualidades que o destacavam dos demais, como força, habilidades e inteligência) (p. 269).

A divisão do trabalho dos primeiros humanos modernos era espontânea, baseada no sexo: o homem saía para caçar, pescar e produzia os instrumentos; a mulher preparava os alimentos e confeccionava as roupas (ENGELS, 2012, p. 200). Nesses termos, essa divisão de tarefas era necessária para proteger a vida das mulheres dos perigos da caça, pois eram elas quem garantiam a reprodução biológica do grupo, como afirma Lessa (2012, p. 18):

Como apenas era possível criar um determinado número bastante pequeno de bebês por ano, era preciso regular da melhor forma possível a quantidade de mulheres adultas, de homens adultos e, portanto, de crianças e bebês de cada um dos sexos. Se fosse necessário aumentara proporção de homens, os bebês femininos eram abandonados, e vice-versa. E, também, como a morte de um homem adulto não alterava a quantidade de bebês que o bando poderia ter, a vida das mulheres era mais protegida e na divisão das tarefas não cabiam a elas, na maior parte dos casos, as mais perigosas.

A partir da obra de Engels (2012), Eleanor Burke Leacock (2012, p. 238), antropóloga marxista estadunidense, afirma que “a divisão de trabalho se dava unicamente pelo sexo, e a sociedade ainda não estava dividida em classes de exploradores e explorados. A posse da terra era em comum e a posse de ferramentas e utensílios era de quem diretamente utilizava”.

A vida dos homens nessa época era frágil devido, principalmente, à exposição aos perigos naturais. Raymond Williams (1991), marxista galês, expõe em seu romance “O povo das Montanhas Negras” alguns aspectos da vida frágil da comunidade primitiva, como: a permanência dos recém-nascidos nos grupos era mensurada a partir das possibilidades de alimentação que o grupo poderia ter, afinal, a quantidade de alimento no grupo era relativa (p. 52-53); a alimentação determinava a composição do grupo; a expectativa de vida era baixa, pois, um homem entre 30 e 40 anos era considerado velho (p. 82); e a reprodução biológica dos indivíduos acontecia entre os membros do mesmo grupo (p. 72-77).

A leitura dos fenômenos naturais que os homens da sociedade primitiva faziam estava relacionada diretamente com algo místico, como produto de uma força maior, superior. Por exemplo: quando alguns comiam demais a carne de porco crua e morriam com o tempo, as tribos acreditavam que essas mortes ocorriam devido à desobediência da lei da divisão da comida, quando na verdade morriam de doenças relacionadas à carne do porco (WILLIAMS, 1991, p. 91). Além disso, o fogo era considerado como algo místico.

Nesse período, os homens utilizavam peles de animais para se protegerem do frio. As principais armas eram os arcos e flecha, lanças, machados de pedras e clavas. O preparo para a caçada era momento crucial para a sobrevivência do bando, como descreve Williams:

Junto à fogueira, os homens inspecionavam suas armas para a caçada. Tinham de osso, pouco menores que a mão, com farpas e ponta, feitas de osso e chifre de cervo. Os homens mais velhos faziam farpas só de um lado, para atirar as armas com o braço dobrado, a ponta farpada para a frente. Mas os jovens cavaram e fizeram farpas dos dois lados, para tornar toda a arma mais leve. Atiravam-na com o braço esticado, segurando a ponta entre os dedos e fazendo-a girar no voo. Mas suas armas principais ainda eram os arcos, encordados com tendões, as pontas das flechas cheias de farpas, amarradas e coladas com sangue e cabos de madeira de bétula e zimbro. Desbastar os galhos de zimbro crescido até transformá-los em cabos de flechas era um trabalho longo e agradável, em meio à fragrância dos cavacos avermelhados. Também tinham lanças de arremesso, com pontas de sílex, machados de pedras e clavas⁴².

Quando a caça tinha sucesso, aconteciam comemorações, algumas delas tinham rituais de casamentos a partir de competição de caça. Esse era o momento que as jovens deveriam escolher bons parceiros, conforme esta passagem: “as famílias das Montanhas Negras não tinham certeza de que duraria muito. Esperavam que Cara filha Cara conseguisse trazer para eles, naquele casamento, o melhor e o mais forte de todos os jovens”⁴³.

Na sociedade primitiva, segundo Netto e Braz (2010, p. 56),

as atividades de seus membros eram comuns (a coleta, a caça, a pesca), seus resultados eram partilhados por todos e não havia propriedade privada de nenhum bem. Nesse “comunismo primitivo”, em que imperavam a igualdade exultante da carência generalizada e a distribuição praticamente equitativa do pouco que se produzia, a diferenciação social era mínima: não mais que uma repartição de atividades entre homens (caçadores) e mulheres (que coletavam e preparavam os alimentos).

Na sociedade primitiva não havia a apropriação privada dos bens, a propriedade era comum a todos, e também não existia a exploração do homem pelo homem. Nenhum homem vivia sob o trabalho de outro homem, “a colaboração e a união dos esforços eram a chave para a sobrevivência” (LESSA, 2012, p. 17).

A primeira forma de família da sociedade primitiva tinha como principal característica o matrimônio por grupo (família consanguínea e família *punaluana*). Segundo Leacock (2012, p. 245), “o agrupamento de membros da tribo em parentes de várias categorias, alguns com

⁴² Ibidem, p. 62.

⁴³ Ibid., p. 81.

quem se pode casar e outros com quem não se pode, é central para a organização social da maioria dos povos primitivos”.

Na família consanguínea, os membros eram ligados por laços de consanguinidade, unidos pelo sangue, e a principal característica era a formação de grupos conjugais classificados por gerações; havia casamentos entre irmãos, irmãs e primos, e eram excluídas as relações sexuais entre pais e filhos, sendo esse o primeiro progresso na organização da família (ENGELS, 2012, p. 54-55).

O segundo progresso, segundo Engels, ocorreu com a família *punaluana*, com a exclusão de relações sexuais entre irmãos⁴⁴. Nesse tipo de família por grupos, eles não sabiam quem era o pai da criança, somente a mãe, por isso, só havia o reconhecimento da linhagem feminina⁴⁵.

A partir da consanguinidade, surgem as gens, uma união de instituições sociais e religiosas, “sem soldados, policiais, nobreza, reis, governadores, prefeitos ou juizes, sem cárceres ou processos, tudo caminha com regularidade”⁴⁶.

A violência, tal como a conhecemos hoje, não existiu na gens, nem nas tribos, conforme apontam Lessa e Tonet (2012, p. 14):

Na comunidade primitiva a violência também estava presente, contudo com um papel social inteiramente distinto. Na disputa entre tribos ou bandos, tratava-se de garantir a posse de fontes de alimentação, locais de abrigo, etc. E, no interior do próprio bando ou tribo, a carência poderia resultar na violência entre indivíduos. Neste último caso, contudo, havia um limite. Como a sobrevivência de cada um, mesmo do mais forte do grupo, dependia da sobrevivência de toda a comunidade, a violência raramente levava a ferimentos graves ou à morte dos envolvidos.

Os pequenos conflitos internos do grupo são resolvidos pela comunidade através dos costumes. Nesse período, não existia uma instituição específica, como o Estado e o Direito, para solucionar os conflitos.

Nas gens, segundo Engels (2012), a propriedade era coletiva, ela pertencia a todos os membros; não havia pobres (os incapacitados ao trabalho, como crianças, idosos e inválidos são mantidos por todos); e havia a igualdade de gênero (p. 114). Nem nas gens, nem nas tribos, havia lugar para escravos (p. 124), nem para divisão em classes sociais (p. 200).

As características acima descritas sobre o homem moderno são visíveis com o homem *Cro-magnon*, que viveu há quarenta mil anos no Sudoeste europeu⁴⁷. O *Cro-magnon* tinha

⁴⁴ Ibidem, p. 56.

⁴⁵ Ibid., p. 59-60.

⁴⁶ Ibid., p. 124.

esqueleto moderno, armas poderosas (superioridade tecnológica), traços culturais avançados e linguagem falada, “[...] a perfeição da caixa de voz e, em consequência, a base anatômica para a linguagem moderna, da qual tanto depende o exercício da criatividade humana.” (DIAMOND, 2010, p. 40).

O *Cro-magnon* tinha vários utensílios de pedras e ossos, por exemplo: agulhas, furadores e fixadores, para a confecção de roupas; arpões, lanças, arco e flecha⁴⁸, rifles e outras armas, para caça e guerra entre tribos; e corda para redes, linhas e armadilhas⁴⁹. Para construção desses instrumentos era necessário um avançado nível de faculdades mentais, além de experiência e conhecimento (ENGELS, 2012, p. 39). Com esses instrumentos desenvolvidos, os homens modernos puderam caçar animais perigosos e pássaros, e pescar peixes.

Após expor as bases sociais que emergiram com o homem moderno, sabemos que a constituição e o desenvolvimento da nossa espécie têm suas bases biológicas e sociais na pré-história humana. Várias características particularizam o *Homo sapiens* das demais espécies do mundo animal. Através do bipedismo e da expansão do cérebro, o homem foi capaz de construir instrumentos cada vez mais desenvolvidos. Além disso, a nossa espécie adquiriu uma consciência reflexiva, compreendendo o mundo a sua volta; expressou esse mundo através da arte, com pinturas nas cavernas, objetos de argilas ou lanças enfeitadas; e começou a se comunicar com os demais integrantes do grupo através da linguagem falada.

A partir do modo de produção primitivo (caça e coleta de alimentos), a organização social dos primeiros humanos era coletiva, formada através de bandos e gens, uma vida resumida, basicamente, em caçar e coletar alimentos para sobreviverem, atividades que estavam sujeitas aos constantes perigos naturais (tempestades, enchentes, fogo, doenças etc.).

A vida do homem iria começar a mudar radicalmente através de duas novas atividades: a agricultura e a domesticação de animais, ocasionando o sedentarismo em detrimento do nomadismo. Esta nova fase que surgiu na vida do homem é chamada de Revolução Neolítica, termo criado pelo arqueólogo australiano Gordon Childe.

2.3 REVOLUÇÃO NEOLÍTICA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA SOCIEDADE PRIMITIVA

⁴⁷ Diamond (2010, p. 40-41) atribui ao *Cro-magnon* o desaparecimento do homem de Neanderthal há 34 mil anos.

⁴⁸ Segundo Engels (2012, p. 39), “o arco e a flecha foram, para a época selvagem, o que a espada de ferro foi para a barbárie e a arma de fogo para a civilização: a arma decisiva”. Para Labastida (1969, p. 52), o arco foi primeiro instrumento a potencializar a energia humana.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 39.

Nos itens anteriores deste capítulo, vimos, minimamente, o desenvolvimento biológico e social do homem. O bipedismo, desenvolvimento do cérebro, construção de artefatos de pedra, atividade da caça e coleta, consciência reflexiva e linguagem foram as principais características discutidas até aqui. Eles viviam da caça de animais e da coleta de vegetais, ovos de pássaros, mel etc., processo que todos participavam e viviam de forma igualitária; vimos também que a primeira forma de organização social dos homens (*Homo habilis*, *Homo erectus* e *Homo sapiens*) foram os bandos.

A Revolução Neolítica é a primeira revolução na história. Ela muda radicalmente a vida do homem a partir da produção de alimentos e domesticação de animais, da passagem do nomadismo para o sedentarismo, da criação de novos instrumentos, e na mudança na organização da vida social.

Esse período foi necessário para o desenvolvimento social do homem e da sociedade primitiva. E, portanto, será objeto de discussão desse item, pois, para entender as novas bases sociais do homem moderno é necessário expor o processo de transformação gradual do modo caçador-coletor para a domesticação de animais e produção de alimentos, isto é, como eles produziam seu modo de vida.

A agricultura surgiu há 10 mil anos a. C. e modificou substancialmente a história da humanidade⁵⁰. Esse momento é conhecido como Revolução Neolítica, que marca a transição do nomadismo (mudança constante de local) para a vida sedentária (com local fixo) do *Homo sapiens* e caracteriza-se pela domesticação de plantas e animais, desenvolvimento da capacidade tecnológica avançada e aumento populacional.

Para Leakey (1995, p. 155), o surgimento da agricultura “foi consequência da evolução cultural ou tecnológica, e não de evolução biológica”. Vários fatores podem ter levado a produção de alimentos, por exemplo: a redução da disponibilidade de alimentos não cultivados; desaparecimento de animais selvagens; desenvolvimento de tecnologias favoráveis a esse tipo de produção; e o próprio aumento populacional (DIAMOND, 2010, p. 109).

Segundo os estudos de Diamond (2010, p. 105), não houve uma descoberta da produção de alimentos e nem uma invenção⁵¹, para ele “[...] a produção de alimentos se

⁵⁰ A datação mais antiga de produção de alimentos é por volta de 8500 a.C e a domesticação de animais por volta de 8000 anos atrás, essas no sudoeste da Ásia.

⁵¹ Diamond (2010) esclarece este equívoco sobre as origens da produção de alimentos: “O que realmente aconteceu não foi uma descoberta da produção de alimentos, nem uma invenção, como podemos imaginar inicialmente. Não havia nem mesmo uma escolha consciente entre produzir comida ou ser caçador-coletor. Em

desenvolveu como um subproduto de decisões tomadas sem ideia de suas consequências.”. Nesse processo, houve a descoberta da semente, caracterizada de salto ontológico por Lessa e Tonet (2012, p. 12).

Algumas áreas desenvolveram a agricultura, outras não conseguiram devido a problemas com as plantas silvestres disponíveis. “Das 200.000 espécies de plantas selvagens, somente alguns milhares são comidos por humanos e apenas algumas centenas dessas são mais ou menos domesticadas” (DIAMOND, 2010, p. 132).

O surgimento da agricultura ocorreu de forma desigual, e, segundo Engels (2012, p. 39), a partir dela, as populações de cada continente/região começaram a se desenvolver de forma diferente. A produção de alimentos surgiu de forma independente no Crescente Fértil (sudoeste da Ásia), China, Mesoamérica (México e América Central), Andes (América do Sul) e leste dos Estados Unidos, regiões que Diamond (2010, p. 96) chama de “Jardins do Éden”.

Essas áreas desenvolveram uma cadeia de acontecimentos. O homem para estocar os alimentos necessitava de uma sistematização de controle da produção, e do aumento do potencial tecnológico. A vida sedentária (possibilitada em grande parte pela agricultura) permitiu que a sociedade primitiva tivesse seus primeiros “especialistas”⁵², por exemplo, os escribas, grupo sustentado pelos camponeses produtores.

A escrita surgiu, há quarenta mil anos na Mesopotâmia, para controlar a agricultura. Ela foi fundamental para o homem planejar e controlar os períodos de seca devido as estiagem. Eles começaram a controlar o tempo, prevendo as melhores fases para o plantio, colheita e estocagem. A partir da produção, o homem podia estocar alimentos, tarefa quase impossível na vida nômade.

Assim, com o sedentarismo e o desenvolvimento da escrita, o homem podia guardar alimentos para períodos difíceis, como períodos de escassez e/ou estiagem, catástrofes naturais etc.

Com a produção de alimentos houve uma variação da alimentação humana, que se diversificava de acordo com cada região. Essa variação é uma particularidade humana, pois, o

cada região do globo, os primeiros povos que adotaram a produção de alimentos podiam, obviamente, não estar fazendo uma escolha consciente ou ter a intenção de se tornar fazendeiros, porque não conheciam essa possibilidade e não tinham como saber o que isso significava. [...] Outro equívoco é pensar que exista necessariamente uma clara divisão entre os nômades caçadores-coletores e sedentários produtores de alimentos.” (p. 104-105). Há a possibilidade de alguns terem se tornados sedentários sem terem desenvolvido a produção de alimentos, como também há os produtores de alimentos moveis. Dessa forma, “[...] a mudança da condição de caçador-coletor para a de produtor de alimentos nem sempre coincidiu com a troca do nomadismo pela via sedentária” (p. 105).

⁵² Ibidem, p. 135.

homem é o único animal que consegue fazer vários tipos de combinações de alimentos, por exemplo, a combinação calórica entre carne e vegetais e entre vegetais de diferentes espécies.

Com o surgimento e desenvolvimento da agricultura houve um aumento do desenvolvimento de tecnologias. Para produzir alimentos foi necessário que o homem desenvolvesse tecnologias para cultivar a terra, para a coleta e para o processamento e armazenamento dos alimentos (DIAMOND, 2010, p. 109). A vida nômade, devido seu caráter instável, impossibilitava o desenvolvimento tecnológico, as ferramentas, por exemplo, não poderia ser difícil carregarem (LESSA; TONET, 2012, p. 11).

Com essa nova vida, os homens mudaram sua forma de se relacionarem com a natureza, uma vez que com a agricultura o homem aperfeiçoou “[...] os instrumentos de trabalho, inclusive com o uso de metais e a descoberta de suas ligas” (NETTO; BRAZ, 2010, p. 56). A Revolução Neolítica possibilitou esse desenvolvimento das forças produtivas. Com ela, foram possíveis, além da invenção da escrita alfabética, a fundição do ferro, criação de técnicas de lavrar a terra, aumento dos meios de subsistência e crescimento populacional (ENGELS, 2012, p. 42). Além disso, o desenvolvimento da agricultura impulsionou que o homem acumulasse conhecimento.

Além da domesticação de plantas selvagens para a agricultura, houve também a domesticação de animais, processo que envolve “a transformação dos animais selvagens em algo mais útil para os seres humanos” (DIAMOND, 2010, 159). Sendo a caça substituída gradualmente pela domesticação. Alguns animais não puderam ser domesticados pelo homem devido a vários motivos, sendo os principais empecilhos: a dieta do animal, a taxa de crescimento e problemas de procriação no cativeiro.

Com a domesticação e criação de animais, o homem adquire a posse (ENGELS, 2010, p. 74). A vaca, a ovelha, a cabra, o cavalo, a rena, o búfalo, o iaque e os camelos são os principais animais que foram domesticados pelo povo antigo (DIAMOND, 2010, p. 86). Foram vários os animais domesticados pelos homens, eles variam de mamíferos (vaca, porco etc.) a aves (pato, galinha, ganso etc.). Diamond nos chama atenção que a vaca, a ovelha, a cabra, o porco e o cavalo foram os animais mais importantes para todo o mundo⁵³.

Com a domesticação dos animais, os humanos obtiveram carne, leite (e seus derivados), fertilizantes, couro, lã⁵⁴ etc.; além de servirem como força produtiva (auxílio para arar a terra, por exemplo), como transporte terrestre e, em alguns casos, para as guerras. Por

⁵³ Ibidem, p. 159.

⁵⁴ Na Inglaterra, por exemplo, a domesticação de carneiros garantia a carne, leite, queijo e lã (WILLIAMS, 1991, p. 128).

outro lado, com a domesticação de animais aumentou o contato humano com germes, consequentemente a proliferação de doenças (DIAMOND, 2010, p. 158).

O processo de domesticação de animais ocorreu de forma lenta, gradual. Willians, em seu romance, descreve a reação de uma tribo ao ver outra tribo com animais, que antes eram caçados, vivendo próximo deles, vejamos:

Os animais tinham se espalhado pela ampla pastagem. Que pessoas poderiam ser aquelas, que ficavam tão perto da caça, mas não faziam nenhum esforço para caçar? Era perturbador para Gord e para Namila ver aquelas pessoas com um comportamento tão estranho, como se não pertencessem ao mesmo mundo. Ainda assim, não inspiravam medo. Eram pequenos, e só traziam armas leves – ou bem não eram caçadores ou então eram caçadores muito descuidados e incompetentes. Ainda assim, se não fossem bons caçadores, como é que conseguiam se alimentar e sobreviver? Não havia, naquela estação, coleta suficiente para manter nem uns poucos vivos. (WILLIANS, 1991, p. 110).

Ocorreram várias consequências para a vida social com a domesticação de animais e produção de alimentos. Como afirmamos acima, uma das principais consequências foi o aumento da população, porque com a vida sedentária havia um intervalo menor entre o nascimento dos filhos.

Com essa nova forma de produzir, as atividades de caça e coleta, que eram centrais na sociedade primitiva, ficaram secundarizadas na vida social. A atividade de caça-coleta e a vida nômade não possibilitava que o homem vivesse em grandes grupos, apenas pequenos bandos, uma vez que “a produção simplesmente não era suficiente para uma sociedade mais numerosa.” (LESSA; TONET, 2012, p. 11). Uma nova forma de vida surgia para a humanidade com o cultivo de plantas e a criação de animais.

Com a agricultura, criação de animais e o sedentarismo, o homem pôde se organizar em tribos. Essas surgiram há 7.5 mil anos com as seguintes características: residência fixa, território demarcado, maior número de membros (centenas de pessoas), propriedade coletiva e não existia a herança particular; os membros da tribo que faleciam deixavam seus bens, instrumentos de trabalho, por exemplo, para o coletivo (ENGELS, 2010, p.10).

Todos na tribo se conheciam por nome, relações e afinidades devido aos laços consanguíneos. Esses laços “tornam desnecessárias a polícia, as leis e outras instituições usadas na solução de conflitos das sociedades maiores, já que aqueles que entram numa discussão terão muitos parentes comuns a pressioná-los para que evitem a violência.” (DIAMOND, 2010, p. 271).

A partir da nova forma de produzir, criam-se relações sociais novas, inclusive uma nova forma de família. Após a família consanguínea (exclusão de relações sexuais entre pais e

filhos) e a família *punaluana* (exclusão de relações sexuais entre irmãos), temos o surgimento da família sindiásmica. Engels (2010, p. 65) afirma que “com essa crescente complicação das proibições de casamento, tornaram-se cada vez mais impossíveis as uniões por grupos, que foram substituídas pela família sindiásmica”.

A família sindiásmica se caracteriza pela união por pares, entre um homem e uma mulher, ao mesmo tempo em que vive com a poligamia e a infidelidade ocasional⁵⁵. Mesmo com essa nova forma, a família ainda era coletiva e o matrimônio era dissolúvel⁵⁶.

Todos faziam parte da mesma família devido aos laços familiares e todas as crianças eram filhos de todos, todos ajudavam na criação. O que mudava, em comparação com os outros dois tipos de família (consanguínea e *punaluana*), era a forma do matrimônio em pares.

Um novo elemento surge com o matrimônio sindiásmico, a introdução da figura de um pai ao lado da mãe⁵⁷, constituindo, assim, a “molécula biatômica: um homem e uma mulher”⁵⁸. Há, ainda, outro aspecto a ser considerado nessa nova configuração familiar que é o predomínio da mulher na casa, uma admiração pelas mulheres (mães)⁵⁹.

Devido aos laços de parentescos e afinidades ainda eram desnecessárias as leis e outras instituições. As tribos não possuem burocracia, força policial e impostos, a única instituição social que elas têm é uma religião, um culto ou ritual em comum. A troca de produtos é informal, entre os possuidores de produtos, e todos ainda participam da produção de alimentos, não podendo um enriquecer mais do que o outro ou em detrimento do outro.

O chefe da tribo, responsável pela liderança, “vive no mesmo tipo de cabana, usa as mesmas roupas ou adornos, ou está despido, como todos os outros” (DIAMOND, 2010, p. 272). Ele trabalhava igualmente aos outros, pois era um membro da tribo como qualquer outro, ele somente possuía o direito de usar a força para resolver os problemas internos. A sua autoridade provinha da sabedoria e da experiência.

Em resumo: vimos nesse capítulo à gênese do homem moderno, a partir da evolução biológica do gênero *Homo*, e o desenvolvimento da sociabilidade humana. A partir do surgimento da agricultura e da domesticação de animais (os meios de vida dos homens), os homens modernos puderam se fixar em um local e desenvolver novas potencialidades humanas, por exemplo, a construção de instrumentos tecnológicos que aumentasse a

⁵⁵ Ibidem, p. 65.

⁵⁶ Ibid., p. 67.

⁵⁷ Ibid., p. 75.

⁵⁸ Ibid., p. 73.

⁵⁹ Ibid., p. 67.

produtividade da agricultura. Nesse processo, as forças produtivas começaram a se movimentarem e colocar o homem em um novo patamar de sociabilidade.

3 CAPÍTULO 02 - O MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA: o homem escravo de si mesmo

No capítulo 01 acompanhamos a trajetória da gênese do homem moderno a partir do desenvolvimento do gênero *Homo*. Discutimos como a agricultura e a criação de animais foram fundamentais para a organização social dos homens, a chamada Revolução Neolítica, e como as forças produtivas começaram a se desenvolver e colocar o homem em outro grau de sociabilidade.

Neste capítulo, pretendemos demonstrar como, a partir do excedente econômico, o homem começou a escravizar outro homem e a viver do trabalho de outro com o nascimento da propriedade privada. A escravidão, primeira forma de exploração do homem pelo homem, tomou contornos definidos nas civilizações da Antiguidade Clássica: Atenas (Grécia) e Roma Antiga. A partir do trabalho escravo (modo de produção escravista), essas sociedades desenvolveram um alto nível organizativo, onde a política era determinante na vida dos homens.

3.1 “VALE A PENA ESCRAVIZAR E EXPLORAR HOMENS”: nasce a propriedade privada e o modo de produção escravista

Este item tem por objetivo apresentar o surgimento da propriedade privada, gênese da exploração do homem pelo homem, e o desenvolvimento de uma cadeia de acontecimentos na história humana, como: as classes sociais fundamentais (explorador x explorado), o Estado (instituição de dominação e repressão do explorador) e a família monogâmica (a família sob a base do patriarcado, supremacia da figura masculina).

Vimos no capítulo 1 que a caça, a coleta e a pesca eram atividades com resultados incertos, pois os homens, ao final do dia, poderiam voltar para seus abrigos/acampamentos sem nenhum alimento. Os poucos alimentos que conseguiam com essas atividades eram partilhados entre todos, e não era permitida a apropriação privada dos resultados.

Na comunidade primitiva,

a produção era essencialmente coletiva e o consumo se realiza, também, sob um regime de distribuição direta dos produtos, no seio de pequenas ou grandes coletividades comunistas. Essa produção coletiva era levada a cabo dentro dos mais estreitos limites, mas ao mesmo tempo os produtores eram senhores de seu processo de produção e de seus produtos. Sabiam o que era feito do produto: consumiam-no, ele não saía de suas mãos. E, enquanto a produção se realizou sobre essa base, não

pôde sobrepor-se aos produtores, nem fazer surgir diante deles o espectro de poderes alienados, como sucede, regular e inevitavelmente, na civilização. (ENGELS, 2012, p. 218-219).

Esse quadro começou a mudar a partir do cultivo de plantas e da criação de animais. Através deles, o acesso à alimentação se tornou mais seguro e certo, contribuindo para amenizar e facilitar a vida dos homens. Com a agricultura, o homem começou a se dedicar ao cultivo da terra, e graças à criação de animais o homem também se voltou ao pastoreio. Essas novas atividades exigiam que o homem se fixasse na terra (sedentarismo), em um local/território, deixando a vida nômade (nomadismo) de lado. Esse período é conhecido como Revolução Neolítica, momento que há uma mudança substancial na vida dos homens.

O desenvolvimento da tecnologia foi uma necessidade do novo modo de vida que surgia a partir dessas novas atividades (agricultura e criação de gado). As forças produtivas em curso exigiam instrumentos de trabalho aperfeiçoados que atendessem essas novas atividades econômicas (NETTO; BRAZ, 2010, p. 56).

Além de surgirem os cultivadores e pastores⁶⁰, nasceu também a figura dos artesãos, responsáveis por transformar a natureza em novos objetos que contribuíssem para a potencialização das forças produtivas, por exemplo, as ligas de metais e a roda⁶¹.

Com a potencialização das forças produtivas, os homens puderam acumular produtos além do necessário para a sobrevivência imediata, nascendo, assim, o excedente econômico. Como afirmam Lessa e Tonet (2012, p. 13), com o desenvolvimento das forças produtivas,

o trabalhador adquiriu uma capacidade de trabalho que ultrapassava suas necessidades pessoais. Seu trabalho (desde então até os nossos dias) é capaz de produzir mais do que o imprescindível para sua sobrevivência imediata. Essa capacidade maior de trabalho do que a indispensável ao indivíduo é o trabalho excedente.

O excedente econômico, desse modo, é uma expressão do desenvolvimento das forças produtivas que revoluciona a vida do homem. Ele “opera uma verdadeira revolução na vida das comunidades primitivas: com ele, não só a penúria que as caracterizava começa a ser reduzida, mas, sobretudo, aparece na história a possibilidade de *acumular os produtos do trabalho*.” (NETTO; BRAZ, 2010, p. 57, grifos originais).

⁶⁰ Os pastores “não só produziam víveres em maior quantidade como também em maior variedade do que o resto dos bárbaros. Tinham sobre eles a vantagem de possuir mais leite, laticínios e carnes; além disso, dispunham de peles, lãs, couros de cabra, fios e tecidos, cuja quantidade aumentava à medida que aumentava a massa das matérias-primas. Isso tornou possível, pela primeira vez, o intercâmbio regular de produtos.” (ENGELS, 2012, p. 201).

⁶¹ Ibidem, p. 56-57.

Com o excedente em mãos, o homem estabeleceu uma nova mediação para seus produtos através da troca no mercado. Com essa nova possibilidade, o agricultor, o pastor e o artesão não produziam somente para a satisfação das suas necessidades, produziam também para troca. As finalidades de seus trabalhos, então, começavam a mudar.

A produção estava voltada para o mercado. “Com produção mercantil – produção não mais para o consumo pessoal e sim para a troca – os produtos passam necessariamente de umas para outras mãos. O produtor separa-se de seu produto na troca, e já não sabe o que é feito dele.” (ENGELS, 2012, p. 219). Devido às novas relações de troca de produtos, agora mediados pelo mercado, surgiu uma classe que ficou responsável por essas trocas: o comerciante⁶².

A partir do momento que o homem pôde acumular riquezas, abriu-se a possibilidade da exploração do homem pelo homem, tornando possível que um homem vivesse do trabalho de outro, que o homem escravizasse o outro para acumular riquezas.

Aqui há um aspecto fundamental a ser considerado: esta possibilidade de exploração do homem pelo homem não quer dizer que ela seja historicamente necessária, como afirma Lessa:

Sua necessidade [exploração do homem pelo homem] decorre da carência, isto é, da situação histórica na qual a produção não é suficiente para atender às necessidades de todos os indivíduos. Ou seja, o indivíduo que trabalhava produzia mais do que ele, individualmente, precisava; mas, como uma parte da sociedade não produz (crianças, grávidas, velhos, doentes, etc.), esse “a mais” não era ainda o suficiente para atender todos os indivíduos e a todas as necessidades. Ao lado do trabalho excedente, as sociedades daquela época conheciam também a carência, pois o total da produção não era suficiente para atender às necessidades. Com a carência, uma distribuição igualitária do produzido faria com que tudo fosse consumido, não restando nada para desenvolver as forças produtivas. (LESSA, 2012, p. 22).

Nesses termos, Lessa⁶³ continua:

A articulação entre o trabalho excedente e a carência não apenas tornou possível, mas também tornou necessária, a exploração do homem pelo homem: a sociedade de classes desenvolve suas forças produtivas muito mais rapidamente que as primitivas e tende a substituí-las ao longo da história.

A propriedade privada, por se caracterizar como uma relação social, não faz parte do processo evolutivo natural do ser humano. Ela “não é a posse de uma coisa; não é a *minha* escova de dentes ou *meu* objeto de uso pessoal. Ela é a relação social pela qual os produtores

⁶² Ibidem, p. 208.

⁶³ Ibid., p. 22-23.

da riqueza social são expropriados pelas outras classes da sociedade” (LESSA; TONET, 2012, p. 15, grifos originais). Ela foi necessária para o desenvolvimento das forças produtivas, uma vez que o homem vivia em períodos de escassez de alimentação e de crescimento populacional.

Se o trabalho da coleta originou a sociedade primitiva, sem classes sociais, foi o trabalho alienado, criado pela propriedade privada, que fundou a sociedade de classes. Foi esse trabalho alienado que possibilitou o surgimento das classes (explorador x explorado) (LESSA; TONET, 2012, p. 13; LESSA, 2012, p. 23). “Por isso, propriedade privada e classes sociais existem apenas uma na relação com a outra” (LESSA; TONET, 2012, p. 15). Nessa relação social, a propriedade privada começou a ganhar centralidade na vida dos homens, tornando o homem escravo de si mesmo.

O desenvolvimento crescente da propriedade privada contribuiu para que fossem modificadas as relações sociais. Tornaram-se constantes os conflitos⁶⁴, as contradições sociais, que emergiram do antagonismo de classes, entre os que produziam e os que não produziam; aqueles que produziam a riqueza material e aqueles que viviam dessa riqueza sem produzi-la; entre o explorador e o explorado.

Como forma de regular e controlar os conflitos das classes antagônicas, surgiu o Estado. Ele emergiu como produto de uma necessidade social para defender a propriedade privada pertencente ao explorador. Esse processo de nascimento do Estado é resumido em uma passagem de Engels:

Em uma palavra: a constituição da gens, fruto de uma sociedade que não conhecia antagonismos interiores, era adequada apenas para semelhante sociedade. Ela não tinha outros meios coercitivos além da opinião pública. Acabava de surgir, no entanto, uma sociedade que, por força das condições econômicas gerais de sua existência, tivera que se dividir em homens livres e escravos, em exploradores ricos e exploradores pobres; uma sociedade em que os referidos antagonismos não só não podiam ser conciliados como ainda tinham que ser levados a seus limites extremos. Uma sociedade desse gênero não podia substituir senão em meio a uma luta aberta e incessante das classes entre si, ou sob o domínio de um terceiro poder que, situado aparentemente por cima das classes em luta, suprimisse os conflitos abertos destas e só permitisse a luta de classes no campo econômico, numa forma dita legal. O regime gentílico já estava caduco. Foi destruído pela divisão do trabalho que dividiu a sociedade em classes, e substituído pelo *Estado*. (ENGELS, 2012, p. 212, grifos originais).

Continuando o seu pensamento, Engels afirma que:

⁶⁴ Lessa (2012, p. 24) afirma que “de um modo essencialmente distinto do passado, a violência (e não a cooperação) é decisiva para a reprodução das sociedades de classe. Os indivíduos da classe dominante já não mais trabalham (não transformam a natureza); realizam o “trabalho intelectual”, isto é, a atividade de controle e de organização da aplicação da violência”.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. (ENGELS, 2012, p. 215-216).

A partir da divisão da sociedade entre classes com interesses antagônicos, foi necessária a criação de uma instituição social que protegesse o interesse da classe dominante, que protegesse a propriedade privada. O Estado nasceu com esse objetivo. Em sua essência, ele pertence à classe econômica dominante, que, por deter os meios de produção e a propriedade privada, tornou-se também a classe politicamente dominante. A razão de ser do Estado é esta: manter o domínio de uma classe sobre a outra através do poder político da classe economicamente dominante.

Nas palavras de Engels, o Estado “é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar”⁶⁵. Ele surgiu a partir da necessidade histórica de garantir a manutenção da ordem da exploração do homem pelo homem, da manutenção da dominação de uma classe sob a outra.

O Estado emergiu a partir da constituição de sociedades de classes permeadas por conflitos sociais antagônicos. Ele assegurava a dominação de uma classe sobre a outra garantindo as condições mínimas de produção e reprodução da sociedade sob a base da relação explorador/explorado.

Para proteger a propriedade privada e os exploradores das revoltas dos explorados, os exploradores criaram um exército que protegesse suas propriedades. Eles, coletivamente, começaram a mantê-lo a sua disposição. Para contratar e manter os soldados, os senhores pagavam impostos ao Estado⁶⁶. Através dos impostos, o Estado criou uma força pública estatal a serviço da classe dominante para regular e administrar os conflitos sociais em favor das classes dominantes.

Essa característica do Estado perduraria em todas as sociedades de classe, como afirma Engels,

o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado

⁶⁵ Ibidem, p. 213.

⁶⁶ Ibid., p. 215.

representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. (ENGELS, 2012, p. 216).

A partir da argumentação de Engels, ressaltamos acima que, com a propriedade privada, nasceu a possibilidade de o homem escravizar o outro, fazendo com que uma classe vivesse do produto de trabalho da outra. Essa era à base do novo modo de produção que estava nascendo: o modo de produção escravista.

O trabalho escravo fundou outro patamar de sociabilidade a partir desse modo de produção. Nele, o trabalhador escravo representava a degradação do trabalho e a perda total da liberdade e individualidade.

Com a escravidão, que atingiu o seu mais alto grau de desenvolvimento sob a civilização, veio à primeira vez da sociedade em uma classe que explorava e outra que era explorada. Esta não se manteve através de todo o período civilizado. A escravidão é a primeira forma de exploração, a forma típica da antiguidade⁶⁷.

Na hierarquia social, os escravos estavam em situação pior do que a população livre, eles eram considerados um instrumento de trabalho vocal, isto é, um instrumento que falava. Isso pode ser observado tanto no escritor norte-americano Howard Fast, em sua obra Espártaco⁶⁸, quanto no historiador marxista Perry Anderson, em sua obra “Passagens da Antiguidade ao Feudalismo”. Vejamos: “[...] o escravo é o *instrumentum vocale*, distinguindo-se do animal, ou *instrumentum semi*, que por sua vez se distingue do instrumento comum, a que podemos chamar *instrumentum mutum*” (FAST, 1976, p. 35); “o escravo da agricultura era designado como sendo um *instrumentum vocale*, um grau acima do gado, que constituía um *instrumentum semi vocale*, e dois acima do implemento, que era um *instrumentum mutum*” (ANDERSON, 1991, p. 24, grifos originais).

A escravidão se desenvolveu de forma predominante⁶⁹, sistemática e absoluta na Antiguidade Clássica (Grécia e Roma). Essas civilizações são marcadas, em suas trajetórias históricas, por utilizarem o trabalho escravo de forma generalizada.

Tanto a Grécia antiga quanto a Roma antiga mantinham um bom contingente de escravos provenientes das guerras expansionistas⁷⁰. Essas eram verdadeiras fontes de

⁶⁷ Ibidem, p. 220.

⁶⁸ A história de Espártaco, escravo-herói da antiguidade romana, é apenas uma das diversas revoltas que ocorreram na antiguidade. O regime de escravidão não foi pacífico. Durante sua vigência, várias revoltas ocorreram, colocando em risco os senhores de escravos, a classe dominante da época.

⁶⁹ As primeiras formas de trabalho escravo surgiram nas civilizações da antiguidade, por exemplo: Sumérios, Babilônicos, Assírios, Egípcios, porém de forma residual e auxiliar.

⁷⁰ As principais guerras da Antiguidade Clássica foram travadas no mundo mediterrâneo: Guerras Médicas, confronto dos povos gregos (aques, jônios, dórios e eólios) com os medo-persas pela disputa por territórios das

escravos, novos territórios e impostos, elementos essenciais para o desenvolvimento generalizado do modo de produção escravista. Através das guerras, os vencedores faziam dos perdedores seus escravos, utilizavam estes em seus territórios ou até mesmo os vendiam no comércio como mercadoria, como mão de obra para exploração.

As guerras eram, também, uma forma dos senhores aumentarem o contingente de mão de obra escrava para aumentar sua produtividade uma vez que, a escravidão não possibilitava o desenvolvimento tecnológico das forças produtivas⁷¹.

O aumento desse contingente foi a solução para aumentar a riqueza, pois, nesse período, “praticamente não ocorreu o desenvolvimento da técnica e dos métodos de organização de produção” (LESSA; TONET, 2011, p. 57).

Como afirmamos no início deste item, a propriedade privada mudou radicalmente a vida dos homens. Com ela surgiu uma sociedade baseada na exploração do homem pelo homem, desenvolvendo uma cadeia de acontecimentos, como as classes sociais fundamentais, a partir do trabalho alienado, e a emergência social do Estado, como instituição de dominação do explorador.

Há, ainda, outro aspecto a ser observado. Devido ao surgimento da propriedade privada e seus desdobramentos, criaram-se novas relações sociais entre os homens, até mesmo uma nova forma de organizar a família a partir da propriedade privada: a família monogâmica, “expressão da propriedade privada nas relações familiares.” (LESSA, 2012, p. 43).

A monogamia tem sua origem na propriedade privada, e se reduz “a um preceito a ser seguido na relação ‘honesta’ entre duas pessoas que se amam. Duas pessoas que se amam, reza a moral, devem constituir um núcleo familiar (por isso, família ‘nuclear’) separado da vida comunitária, comum”⁷².

A organização da sociedade primitiva, sem a propriedade privada, era coletiva. A família sindiásmica também era coletiva, isto é, agiam em cooperação. Nela, todas as crianças eram cuidadas por todos na comunidade, todos os filhos eram responsabilidades de todos. O homem e a mulher tinham papéis socialmente definidos, sem sobreposição de um sobre outro, ainda sem supremacia da figura masculina.

colônias gregas da Ásia Menor; Guerra do Peloponeso, confronto entre Atenas e Esparta em 431 a.C.; Guerras Púnicas, confronto entre Roma e Cartago, em 24 a.C.; e Guerras Macedônicas, conflitos entre Roma e Macedônia.

⁷¹ Marx, em *O Capital*, no capítulo da mercadoria, afirma que “a produtividade do trabalho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, dentre elas a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais” (MARX, 2010, p. 62).

⁷² *Ibidem*, p. 9-10.

Cada um manda em seu domínio: o homem na floresta, a mulher em casa. Cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa: o homem possui as armas e os petrechos de caça e pesca, a mulher é dona dos utensílios caseiros. A economia doméstica é comunista, abrangendo várias e amiúde numerosas famílias. O resto é feito e utilizado em comum, é de propriedade comum: a casa, as canoas, as hortas. (ENGELS, 2012, p. 200).

O casamento poderia ser destituído a qualquer momento tanto pelo homem quanto pela mulher, como ressalta Leacock (2012), “o divórcio é extremamente simples e acontece pela vontade de qualquer um dos parceiros, apesar de não ser particularmente comum” (p. 251) e quando acontecem essas separações “é a morte que com mais frequência dissolve a relação de casamento; relacionamentos próximos e afetuosos são a regra” (p. 251-252).

Com a possível dissolução do matrimônio, o homem ficava com seus instrumentos de trabalho (produzido por ele mesmo), e a mulher ficava com seus utensílios domésticos (construído por ela mesma). É preciso lembrar também que, com a divisão do trabalho, o homem era responsável pela caça, porque era uma atividade perigosa, e a vida da mulher deveria ser protegida, pois ela garantia a reprodução do grupo. Além disso, nas guerras entre tribos, os homens também eram responsáveis por proteger todos.

Com o surgimento do excedente econômico e da apropriação privada, esse modo de organização familiar e os papéis na sociedade começavam a mudar.

Como será da guerra que virão os escravos, e já que a guerra é uma atividade predominantemente masculina, a riqueza que será expropriada dos trabalhadores será, então, convertida em propriedade privada dos indivíduos masculinos da classe dominante. Caberão, assim, aos homens da classe dominante as atividades fundamentais para a reprodução da sociedade, acima de tudo a exploração do trabalhador. (LESSA, 2012, p. 27).

O excedente econômico foi apropriado pelo homem (figura masculina), a mulher somente participou do seu consumo⁷³. O homem se tornou dono da propriedade privada por estar diretamente ligado às forças produtivas. A mulher passou a cuidar somente da casa e da família. Segundo Engels (2012, p. 87), “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino”.

⁷³ Ibidem, p. 203.

O nascimento da relação matrimonial por par na família monogâmica tinha em seu fundamento a garantia da fidelidade da mulher, para assegurar a paternidade dos seus filhos, herdeiros dos bens. Com a monogamia, a família nuclear (pai, mãe e filhos) se tornou “na unidade econômica básica da sociedade, na qual a mulher e seus filhos se tornam dependentes de um homem individual.” (LEACOCK, 2012, p. 250).

Com essa nova composição familiar, a mulher devia fidelidade ao homem, por outro lado, o homem tinha o direito de ser infiel fora do âmbito da família nuclear. A monogamia veio acompanhada de adultério, prostituição⁷⁴ e o heterismo. Além disso, a poligamia era permitida somente ao homem (detentor da propriedade privada).

A mulher devia obediência e fidelidade ao seu cônjuge/marido, pois ele deveria ter garantias que suas propriedades iriam passar para as mãos dos seus verdadeiros herdeiros.

A monogamia nasceu da concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos – as de um homem – e do desejo de transmitir essas riquezas, por herança, aos filhos desse homem, excluídos os filhos de qualquer outro. Para isso, era necessária a monogamia da mulher, mas não a do homem; tanto assim que a monogamia daquela não constitui o menor empecilho à poligamia, oculta ou descarada, deste. Mas a revolução social iminente, transformando pelo menos a imensa maioria das riquezas duradoras hereditárias – os meios de produção – em propriedade social, reduzirá ao mínimo todas essas preocupações de transmissão por herança. (ENGELS, 2012, p.99);

A família monogâmica trouxe outra consequência para a vida comunitária, o desmoronamento do direito materno. Houve uma mudança do direito materno (matrilinearidade) para o direito paterno (LEACOCK, 2012, p. 250). A casa, ambiente privado, estava sob o domínio do homem; a mulher foi “convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de procriação.” (ENGELS, 2012, p. 77).

Se na família sindiásmica tanto o homem como a mulher poderiam dissolver o casamento a qualquer momento por qualquer uma das partes, com a monogamia, “já não podem ser rompidos por vontade de qualquer das partes”⁷⁵.

A família monogâmica estava isolada da vida comunitária. A criação e educação dos filhos, antes coletiva, passaram a ser privadas. A família saiu do âmbito coletivo para um núcleo privado, vivendo a base do patriarcado, da supremacia da figura masculina. Essa é a principal característica da família monogâmica: a supremacia da figura masculina, detentora da propriedade privada.

⁷⁴ Segundo Engels (2012), a prostituição nasce junto à escravidão (p. 74); os escravos geralmente eram adotados como irmãos e as mulheres eram tomadas como esposas (75);

⁷⁵ Ibidem, p. 86-87.

Se na vida comunitária os chefes das tribos resolviam os conflitos internos com base na sabedoria e na tradição, com a família monogâmica, os lares eram domínios privados sob o poder paterno de um chefe.

Com o surgimento da propriedade privada a partir da exploração do homem pelo homem, das classes sociais fundamentais compostas por explorador e explorado, do Estado, instituição de domínio político do explorador (dono na propriedade privada), e da família monogâmica, regime familiar sob a base do homem detentor da propriedade privada (patriarcado), temos as bases materiais da dissolução da sociedade primitiva e início das sociedades de classe.

Da Antiguidade até os dias atuais, as sociedades foram marcadas pela centralidade da propriedade privada na vida dos homens. O trabalho alienado fundou diversos modos de produção e fez dele emergir relações sociais baseadas na exploração do homem pelo homem, sendo os principais o Modo de Produção Escravista (Capítulo 02), o Modo de Produção Feudal (Capítulo 03) e o Modo de Produção Capitalista (Capítulo 04). A partir de cada modo de produção, os homens constituíram relações sociais diferentes. O Estado, pela sua essência, manteve-se focado em controlar e reprimir a vida dos produtores da riqueza material. Posteriormente, ele assumirá diversas aparências na história da humanidade, mas manterá a sua essência: pertencer à classe econômica dominante e proteger a propriedade privada⁷⁶.

3.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA SOCIEDADE ESCRAVISTA: a política na vida dos homens

3.2.1 A polis ateniense (Grécia)

Vimos as principais características que levaram a dissolução da comunidade primitiva, a partir da propriedade privada e da exploração do homem pelo homem. Com a propriedade privada nasceu às classes sociais (explorador e explorado), o Estado (que protege a propriedade privada), a família monogâmica (a figura masculina, detentora da propriedade privada, central na família). Essas são as bases que permeiam a vida do homem em sociedade. Elas fazem parte da vida do homem no curso da história da sociedade de classes.

⁷⁶ Existe um estudo, baseado nos fundamentos ontológicos marxianos, sobre a manutenção da essência do Estado na sociedade capitalista: BIZERRA, F. de A. *Alteram-se as formas, preserva-se a essência: a funcionalidade do estado à reprodução do capital*. Dissertação (mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Alagoas, Alagoas: UFAL, 2014.

A escravidão foi a primeira forma de exploração do homem pelo homem. A partir do modo de produção escravista, a Grécia pôde desenvolver uma economia e uma organização social complexa, comparada com outras civilizações. Por isso, neste item, pretendemos expor a constituição da cidade-estado ateniense⁷⁷ e a vida do homem na política. Os atenienses desenvolveram uma alta organização social devido ao trabalho escravo. Este possibilitou que os homens livres não trabalhassem. O modo de produção escravista em Atenas possibilitou aos homens livres uma vida produzindo arte, filosofia, política e conhecimento.

A história da Grécia começa na ilha de Creta no Mar Egeu, há três mil anos a.C. Nessa ilha, vivia a civilização egeia, dividida em territórios independentes e governados por um rei, que vivia no Cnossos⁷⁸, centro cerimonial e político-cultural dos egeus.

Essa civilização era composta, principalmente, por cretenses, que viviam na Ilha de Creta, e os micênicos, que moravam em Micenas, no Peloponeso. Os egeus trabalhavam na terra, plantando cereais e criando gado. Havia também comerciantes, artesãos e marinheiros. Eles tinham também conhecimento sobre os metais, possuíam a escrita *Linera B* e desenvolveram o comércio marítimo.

Esse comércio forneceu matéria-prima, alimentos e escravos para a ilha de Creta e possibilitou a difusão da sua cultura através de objetos de argila, pois, a arte egeia era plena de humanismo e individualidade (ROSTOVTZEFF, 1983). No aspecto religioso, os cretenses adoravam as forças da natureza e cultuavam a Grande Deusa, mãe dos deuses e dos homens.

Além da civilização egeia, o povo grego foi colonizado por outros povos. A formação da Grécia começou efetivamente com a invasão dos helenos vindos do Cáucaso (Ásia). Estes povos, no processo de invasão, dividiram-se em grupos e se instalaram em lugares diferentes: os eólios se fixaram na Etólia, os jônicos na Ática, os Dórios na Macedônia, e os Aques no Peloponeso. Em seguida, os Dórios invadiram a Ática e expulsaram os jônicos, que foram para a Ásia Menor. Os Aques invadiram também Micenas. No período da invasão dos Aques, alguns clãs de Micenas fugiram para algumas ilhas e para a Ásia Menor.

Entre os séculos VII e VI a.C., com a expansão da colonização grega na costa do Mediterrâneo e do Mar Negro, houve um aumento na atividade comercial e na manufatura da Grécia. Nesse período, temos a presença da propriedade privada e do trabalho escravo⁷⁹.

⁷⁷Engels (2012, p. 151) afirma que “a formação do Estado entre os atenienses é um modelo notavelmente característico da formação do Estado em geral” (p. 151). Através dele, a riqueza, o comércio e a indústria começaram se desenvolver (p. 150).

⁷⁸O palácio de Cnossos foi destruído em 1400 anos atrás a.C. Ele é hoje o maior sítio arqueológico da Idade do Bronze em Creta. Esse sítio tem uma história de habitação humana antiga, que se iniciou com a fundação do primeiro assentamento neolítico, por volta de 7000 a.C.

⁷⁹Ibidem, p. 80.

Entre os séculos VIII e VI, a vida social grega era desenvolvida na cidade. Esta era considerada como centro político, religioso, econômico e cultural. Os cultivadores, que viviam dentro das muralhas da cidade, saíam para trabalhar nos campos que ficavam nos arredores das muralhas.

Em qualquer território determinado, a cidade não tem rivais de caráter semelhante. Pode haver outros lugares onde a população está concentrada, mas estes não têm vida política independente e seus habitantes só são cidadãos da comunidade central. Na vida privada, mantêm-se as velhas divisões de clã: cada cidadão é membro de uma irmandade (fratria), família e tribo (filó), sendo esta última uma grande subdivisão de um clã. Também existe uma divisão geográfica em distritos (demos), cada um dos quais tem como centro uma cidade ou aldeia. Dentro dos limites de um clã muitas vezes existem várias cidades-Estado formando uma aliança; a Beócia é um exemplo. Essas alianças frequentemente se devem a certos cultos comuns a inúmeras cidades-Estado e, nesses casos, são chamadas “anficionias”. (ROSTOVZEFF, 1983, p. 90).

Até o final do século VI a.C., havia mais ou menos 1500 cidades-estados gregas que concentravam agricultores e proprietários de terras. Essas cidades possuíam muralhas com a finalidade de se protegerem das invasões. De todas as cidades-estados da Grécia Antiga, Atenas se destacava no cenário social, político, econômico e cultural⁸⁰.

Como vimos no Capítulo 1, especificamente no item 1.2, às primeiras formações organizativas eram as gens. Nas gens, a propriedade era coletiva, não era privada, portanto, não existia exploração do homem pelo homem (não havia escravidão) e não existiam classes sociais, nem Estado. As gens atenienses também possuíam essas características, além de

⁸⁰ Esparta também se destacou nesse período. Ela se especializou em operações terrestres e agricultura. Em Esparta, a estratificação social se configurava da seguinte forma: um grupo dominante decidiam os assuntos políticos e militares; os *perioeci* ou provincianos gozavam de liberdade pessoal e de autogoverno; e os *hilotas*, escravos subordinados ao Estado que mantinham a economia de espartana. Em Esparta, algumas reformas feitas por Licurgo, o reformador, personagem mítico, aconteceram entre os séculos VI e IV a.C. Essas reformas serviram para a organização das relações do grupo dominante com os subordinados. “Podemos supor que essas reformas tiveram início entre os perigos e dificuldades das guerras messênicas, quando os habitantes foram obrigados a usar toda sua força para salvar o reino” (ROSTOVZEFF, 1983, p. 93). Com a reforma, “predominantemente militar, com vistas a uma organização militar para classe dominante” (IBIDEM, p. 93), o sistema político ficou da seguinte forma: *Gerúsia* ou Conselho dos Anciãos, que possuía trinta membros, incluindo dois reis que provinham de famílias nobres; *Apela* ou assembleia popular, composta por cidadãos espartanos que elegia o conselho; e os *éforos* (administradores), governantes reais e guardiães da constituição (IBIDEM, p. 93). Em Esparta, a constituição do exército regia as relações sociais. “Todas as relações sociais e econômicas eram baseadas na subordinação total do indivíduo ao Estado e na transformação de toda a classe dominante num exército permanente, pronto para iniciar uma campanha a qualquer momento. Todo espartano adulto era, acima de tudo, um soldado.” (IBIDEM, p. 93). O espartano, a partir dos setes anos de idade, era afastado da sua família para receber treinamentos. Além de o ensino militar, ele aprendia ginástica, música e leitura. Esparta possuía um exército permanente, rigidamente treinado, disciplinado e pronto para a guerra. Os espartanos não gostavam do comércio internacional e tentavam satisfazer suas necessidades com os produtos locais, tornando-se independentes, com isso, os *perioeci* monopolizavam os negócios. Esparta se isolava do resto do mundo, tornando-se autossuficiente. Apesar da sua importância para o desenvolvimento da Grécia Antiga, neste item focaremos nossa discussão em Atenas por nela conter os principais elementos do desenvolvimento humano na Antiguidade Clássica, principalmente no campo da política.

outras, como aponta Engels (2012): os indivíduos tinham o “mútuo direito de herança” (p. 128), a “descendência segundo o direito paterno” (p. 129), o direito de “eleger e depor os chefes” (p. 129), a posse de uma propriedade comum com arconte e tesoureiro (p. 128), e “direito e dever recíprocos de casar”. As tribos atenienses, constituídas por várias gens, possuíam conselho (bulê) formado pelos chefes das gens, assembleia do povo (ágora) e chefe militar (basileu) (p. 137).

Com a gênese da propriedade privada, as gens atenienses começaram a se dissolver e formar um Estado. Engels ao descrever a dissolução das gens e o nascimento do Estado Ateniense afirma que faltava somente uma coisa:

uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas –; uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado⁸¹.

Se nas antigas gens atenienses a organização social era resolvida pelas tribos, com o nascimento do Estado elas ficaram centradas em um conselho geral em Atenas⁸². Se nas tribos atenienses as questões eram resolvidas pelo chefe militar (basileu), com o nascimento do Estado entraram em cena os arcontes.

Na nascente polis ateniense, a propriedade privada começou a ser prevista na constituição e os direitos e os deveres começaram a ser tratados a partir da posse da terra, inclusive os direitos políticos. Somente os cidadãos atenienses tinham o direito à propriedade. A crescente propriedade privada acendeu cada vez mais a exploração e a necessidade de mão de obra escrava.

Através do trabalho escravo, Atenas conseguiu ser o centro da vida política, econômica e religiosa⁸³. A sociedade ateniense pôs fim nas comunidades primárias, nos vínculos das tribos e nas relações sociais comunitárias.

A estrutura política da polis ateniense era monárquica no início, isto é, tratava-se de comunidade governada pelo rei. Nessa estrutura, o *polemarca* comandava o exército, e o

⁸¹ Ibidem, p. 137.

⁸² Ibid., p. 140

⁸³ Atenas se desenvolveu na região da Ática (Grécia Central). A unificação na Ática (há 800 anos a.C.) é atribuída a um personagem mítico, Teseu. O historiador Rostovtzeff (1983, p. 98-99) afirma que as lendas de Teseu e Licurgo, em Esparta, podem esconder o nome real de algum estadista.

arconte era representante da autoridade civil. O arconte, elite ateniense de eupátridas, controlava o arcontado. O areópado, conselho de eupátridas, tratava dos assuntos políticos, religiosos e jurídicos, além de eleger os arcontes (ROSTOVTZEFF, 1983).

O nascente Estado ateniense destruiu os laços gentílicos. A partir do Estado, os habitantes ficaram divididos em eupátridas (nobres), geômeros (agricultores) e demiurgos (artesãos). A população estava dividida em três grupos econômicos: os grandes proprietários rurais, os comerciantes e os artífices que viviam na cidade, e os pequenos proprietários.

Com o tempo, o sistema de governo exercido pela política ateniense, que privilegiava somente os grandes proprietários, começou a incomodar o pequeno proprietário, como aponta Rostovtzeff:

Lá também [na Ática] surgiram os proprietários de vinhedos e olivais, a classe de comerciantes e artífices aumentou e a população da cidade cresceu regularmente. Nessa nova sociedade capitalista, a posição do pequeno proprietário tornou-se cada vez mais incômoda. Havia necessidade de dinheiro para melhoramentos, para aumentar estoque, para a transição da cultura do milho para os vinhedos e olivais e, quando os filhos se estabelecem por conta própria, é preciso dinheiro para estocar suas propriedades. Ao mesmo tempo, o dinheiro é escasso e caro, enquanto que a lei relativa às dívidas é extremamente severa e sua aplicação é atribuída das classes altas, as mesmas pessoas que possuem o capital e emprestam dinheiro. Assim, o pequeno proprietário é arruinado e privado não só da sua propriedade como também da sua liberdade, nos termos da lei do devedor e credor⁸⁴.

Com a ascensão de novos ricos, houve o rompimento da dominação das aristocracias ancestrais, advindas do regime gentílico, sobre Atenas, bloqueando o monopólio da propriedade agrária.

A luta de classes entre o grande e o pequeno proprietário, e o descontentamento da classe mais baixa, tinha por objetivo que o Estado assegurasse reformas políticas, sociais e econômicas. Esse processo fez surgir a Era dos Tiranos, que ocorreu entre 650 e 500 anos a.C., como aponta Rostovtzeff: “Em muitos lugares a intensidade da luta de classe fez surgir ‘tiranos’ ou ‘juízes’ [...], cuja tarefa era abrandar ambos os extremos para criar um sistema novo e mais democrático, projetar e fixar por escrito as bases de uma constituição e do direito civil e criminal”⁸⁵.

Desse modo, a Era dos tiranos foi provocada pela intensidade das lutas de classes atenienses. Os tiranos foram responsáveis por criar um sistema novo e projetar e fixar por escrito as bases de uma nova constituição. Sólon foi o primeiro a apresentar uma série de

⁸⁴ Ibidem, p. 101.

⁸⁵ Ibid., p. 102.

reformas para amenizar os conflitos sociais. Ele não gostava do conflito armado, preferia o modo pacífico da legislação (ROSTOVTZEFF, 1983, p. 104).

Segundo Rostovtzeff, as reformas de Sólon não abarcaram a divisão de terras entre os pobres; a partir dessa reforma a aristocracia também perdeu dinheiro e investimentos⁸⁶. Sólon não conseguiu agradar as duas classes, pois, “os pobres esperavam que todas as terras fossem novamente divididas e todas as dívidas canceladas, enquanto que a aristocracia sofreu grandes perdas e teve de procurar novos escoadouros para investir seu capital”⁸⁷. Sólon dividiu os cidadãos em classes a partir da propriedade territorial e de produção (ENGELS, 2012, p. 147). A principal inovação de Sólon foi no campo político, com a entrada da classe baixa na assembleia popular, com a criação da *Bulé* com 400 representantes, introduzindo a classe mais baixa na vida política. Além disso, ele também foi responsável pela abolição da servidão e da escravidão por dívida.

O principal tirano da polis ateniense foi Pisístrato, comandante militar e líder de partido:

Pisístrato foi, indubitavelmente, uma figura importante na história ateniense, não menos importante, e talvez mais, do que o próprio Sólon. Este era um legislador e reconciliador; Pisístrato era um comandante militar, o líder de um partido definido e um tirano. Após seu sucesso contra Mégara, surgiu como defensor dos pequenos proprietários e, em 561-560 a.C., com o auxílio destes, tomou o poder em Atenas. (ROSTOVTZEFF, 1983, p. 106).

A atuação de Pisístrato no governo foi decisiva para a consolidação da política ateniense⁸⁸. Ele manteve os avanços políticos de Sólon⁸⁹, contribuiu para o surgimento da democracia ateniense e possibilitou o desenvolvimento econômico através da política externa, ou seja, a política de Pisístrato desenvolveu Atenas⁹⁰.

A polis ateniense avançou com as reformas de Sólon e Pístratos, mas as reformas radicais foram feitas por Clístenes.

As obras de Clístenes diferem da de Sólon e de Pisístrato no seguinte aspecto: ele não tentou mexer no sistema existente mas realizou um plano completo que ideara detalhadamente. Sua ideia dominante era a de criar um Estado bem proporcionado e completamente coordenado, baseado na igualdade política de todos os cidadãos e na participação de todos no funcionamento da máquina governamental. As instituições existentes não foram destruídas ou abolidas, mas sua vida as abandonou e penetrou

⁸⁶ Ibidem, p. 104.

⁸⁷ Ibid., p. 105.

⁸⁸ Ibid., p. 106.

⁸⁹ Ibid., p. 106.

⁹⁰ Ibid., p. 107.

os novos órgãos políticos criados por Clístenes. (ROSTOVTZEFF, 1983, p. 108-109).

Clístenes ampliou o número de representação na assembleia popular com o Conselho dos Quinhentos, órgão governamental de todo o país. Essa foi sua reforma mais significativa, “a inovação radical devida à habilidade política de Clístenes foi sua introdução sistemática do princípio representativo na constituição”⁹¹.

As reformas políticas e sociais de Clístenes contribuíram para a criação de um Estado forte, organizado e democrático. No entanto, a constituição de Clístenes não levou ao fim as lutas partidárias, nem as brigas pela distribuição da riqueza⁹², isso porque o Estado na conseguiria por fim no antagonismo social entre os proprietários de terras e a classe mais baixa, que reivindicava a distribuição das terras entre todos. Devido a sua função social (Cf. o item 2.1), o Estado estava protegendo a propriedade privada.

A partir das reformas anteriormente citadas, qualquer cidadão poderia fazer parte da assembleia. Em Atenas, para ser considerado cidadão, além de ser do sexo masculino (excluía-se as mulheres), os pais tinham que ser atenienses (excluía-se os estrangeiros) e ser um homem livre (excluía-se os metecos, escravos)⁹³. O cidadão não existia nas gens ou tribos, pois não se fazia necessário, uma vez que essas não possuíam a política como base organizativa da sociedade.

Somente os cidadãos atenienses tinham direito à propriedade privada. A propriedade da polis apoiava-se na pequena produção, cultivo da terra. A crescente propriedade privada acendia cada vez mais a exploração e a necessidade da mão de obra escrava.

A política era uma característica forte na polis ateniense. Todas as questões da vida do homem ateniense eram discutidas pelos órgãos de representatividade. A vida do homem ficou regida pelo sistema político.

A política de Atenas “se fiava em atrair todo o grupo de cidadãos para os assuntos governamentais e não excluía ninguém, exceto os escravos e os estrangeiros residentes em Atenas, chamados *metecos*”⁹⁴. Os senhores de escravos e proprietários de terras recorriam ao Estado para conter revoltas. O Estado ateniense era forte e ativo na vida do homem.

A economia ateniense era baseada no modo de produção escravista. Atenas foi a principal cidade-estado grega a utilizar a mão de obra escrava como base econômica. Os

⁹¹ Ibidem, p. 109.

⁹² Ibid., p. 111.

⁹³ Os estrangeiros, em Atenas, estavam ligados aos assuntos comerciais, e os escravos vinculados à agricultura e manufatura.

⁹⁴ Ibid., p. 111.

escravos atenienses mantinham a economia crescente e favorável. Por isso, Atenas se destacou em operações marítimas e na manufatura e manteve o equilíbrio entre importação e exportação (importava cereal e exportava produtos manufaturados).

Como apontamos anteriormente, o século VI a.C. é marcado pelas Guerras Médicas, confronto entre os gregos e os medo-persas pela disputa da Ásia Menor⁹⁵. A Grécia formou a Confederação de Delos, liga militar com várias cidades-estados gregas liderada por Atenas em 470 a.C., para vencer a Pérsia.

Após o fim das guerras contra os persas, Atenas transformou a Confederação de Delos no Império ateniense. De acordo com Rostovtzeff:

[...] essas regiões da Grécia participavam ativamente dela, associando-se, sob a presidência de Atenas, numa confederação marítima centralizada em Delos, confederação que deu origem ao Império Ateniense. Os princípios dessa aliança irrevogável eram os de que cada um dos aliados deveria participar da guerra e ser representado no conselho da liga, e cada um poderia contribuir com dinheiro em lugar de homens e navios. Nessas condições, era natural que a presidência pertencesse a Atenas. Possuindo forças maiores e mais riquezas do que os outros aliados, comandava a maioria dos votos no conselho; sozinha, tinha homens e energia suficientes para transformar o dinheiro dos aliados, caso não estivessem dispostos ou fossem incapazes de tomar parte ativa na guerra, em navios e soldados. Aos atenienses, como dirigentes, cabia a principal responsabilidade, e sua importância no conselho era, naturalmente, proporcional àquela. (ROSTOVITZ, 1983, p. 152).

O autor ainda acrescenta que,

[...] Atenas tornou-se o centro de um grande império, ela própria uma democracia, mas com inúmeros Estados que dela dependiam e eram por ela governados em todos os assuntos exceto nos de interesse puramente local e, por conseguinte, privados da sua independência política. Essa decisão alterou a política de Atenas com relação aos seus vizinhos mais próximos e Esparta, afetando também sua relação com a monarquia persa. Em ambos os casos, a nova política se devia a causas econômicas e, sobretudo, a considerações comerciais⁹⁶.

Essa transformação da Confederação de Delos em Império Ateniense teve dois objetivos principais: manter a hegemonia ateniense na Grécia e ter a disposição um grande exército, visto que a Pérsia era uma inimiga constante.

A população de Atenas aumentou com o Império: “[...] aos cidadãos [atenienses], somou-se uma multidão de estrangeiros (metecos) que não tinham direito de voto mas se

⁹⁵ As tropas persas foram comandadas pelo Rei Dário (Primeira Guerra Médica) e por Xerxes (Segunda Guerra Médica). O americano Gore Vidal (1984), em seu romance “Criação”, apresenta o exército persa como organizado, disciplinado e bem armado, com hábeis marinheiros e muitos recursos materiais.

⁹⁶ Ibidem, p. 157.

estabeleceram ali para dirigir o comércio e a indústria; também o número de escravos crescera muito.” (ROSTOVTZEFF, 1983, p. 156).

O auge do Império Ateniense foi governado por Péricles, no século V a.C., conhecida como a idade de ouro ateniense. Ele “governou nessa era de ouro ateniense com apoio da assembleia popular⁹⁷; ele “era um defensor ferrenho e coerente do ponto de vista de que Atenas deveria ser, ao mesmo tempo, uma democracia e uma grande potencia imperial; era excelente orador e estadista ponderado e inteligente”⁹⁸. Esse período ficou conhecido como a Era de Péricles. Era que foi desenvolvida na economia as manufaturas, a produção de vinho e óleo, e ampliou o mercado para cerâmica⁹⁹.

Rostovtzeff demonstra que a transformação de Atenas em um império afetou as relações políticas com as outras cidades-estados¹⁰⁰. Ela possuía divergência com os países vizinhos devido à briga pelo controle marítimo e pelo monopólio do comércio, por exemplo: “Em 454 a.C., o tesouro da liga foi transferido de Delos para Atenas; a maioria dos seus aliados, exceto Samos, Lesto e Quios, tornou-se dependente, passou a pagar tributos e foi obrigada, nessa época, a transferir a maioria das suas ações judiciais para decisão dos tribunais atenienses”¹⁰¹. Devido à autoridade de Atenas com as demais cidades-estados do Império Ateniense, “Atenas tinha de enfrentar, constantemente, ‘revoltas entre os aliados’”¹⁰².

Péricles defendia a democracia e governava com apoio da assembleia popular. A assembleia popular discutia questões relacionadas à política externa, à guerra e aos suprimentos de alimento.

Cada membro da assembleia tinha o direito da palavra e inclusive de iniciar legislação. Mas este último era cercado de certas salvaguardas. A agenda da assembleia era preparada pelo conselho e as moções tinham de ser aprovadas por ele, embora o povo pudesse emendar o texto. Contudo, qualquer cidadão podia atacar um decreto nos tribunais, por razões constitucionais¹⁰³.

Além da assembleia, existia uma junta de dez generais (estrategos) que fazia parte da governança. Eles possuíam o controle da política externa e interna e, se obtivesse êxito em

⁹⁷ Ibidem, p. 157.

⁹⁸ Ibid., p. 157.

⁹⁹ Ibid., p. 157.

¹⁰⁰ Ibid., p. 157.

¹⁰¹ Ibid., p. 159.

¹⁰² Ibid., p. 159.

¹⁰³ Ibid., p. 160.

suas atuações, poderiam ser reeleitos diversas vezes, mas se eles fracassassem eram exilados ou condenados à morte¹⁰⁴.

Existia também a *Heliéia*, que cuidava da assembleia judicial. A assembleia judicial

Consistia de 6.000 membros, sorteando-se 600 de cada tribo; eram divididos em comitês de 500, mas o número às vezes era maior ou menor que este. Os membros do júri prestavam juramento de que dariam o veredicto de acordo com as leis e de acordo com sua própria consciência, nos casos em que a lei pudesse ser interpretada de mais de um modo. (ROSTOVTZEFF, 1983, p. 161).

O Império Ateniense teve seu auge não só devido à ampliação territorial, ao crescimento da economia e ao acúmulo de riquezas, mas devido à política que se formou e sua forma de governar. A democracia ateniense era baseada: na Assembleia Popular (cada membro tinha direito a palavra, e qualquer cidadão poderia participar), na junta de dez generais e na *Heliéia* (assembleia judicial formada por membros sorteados). A democracia em Atenas foi a forma organizacional política que se destacou na Antiguidade Clássica.

Por outro lado, precisamos deixar claro que, a política era discutida por poucos em Atenas, isso porque, o grupo de cidadãos era formado apenas por livres homens nativos de Atenas; excluindo-se as mulheres, escravos (maioria em Atenas) e estrangeiros. Dito de outro modo, um pequeno número de cidadãos decidia os rumos da vida de todos os homens na democracia ateniense.

O auge do Império Ateniense, através da Confederação de Delos, afetou as relações com Esparta e com a monarquia Persa. O crescente comércio e a manufatura de Atenas e das cidades-estados da Confederação de Delos incomodavam a cidade-estado espartana. O ponto crítico entre Atenas e Esparta foi a região de Mégara, que separava o Peloponeso da Ática, e Corcira, ilha localizada ao oeste da Grécia. A pretensão do Império ateniense era ter o controle total da península calcídica.

Em 431 a.C., Atenas e Esparta se enfrentaram na Guerra do Peloponeso. Esparta obteve apoio financeiro da Pérsia (inimiga de Atenas) e conseguiu vencer, destruindo todo o exército ateniense. Com a derrota, Atenas foi obrigada a aceitar os termos do acordo de paz ditados por Esparta¹⁰⁵.

Após a Guerra do Peloponeso, houve um período de instabilidade devido à disputa pela sucessão a Atenas, várias cidades-estados queriam liderar a região da Ática, inclusive a própria Esparta. Após a Pérsia financiar a campanha espartana, os persas queriam que as

¹⁰⁴ Ibidem, p. 160.

¹⁰⁵ Ibid., p. 171.

ciudades da Ásia Menor fizessem parte do seu império, mas não obtiveram êxito. No século IV a.C., a Grécia desagregou-se devido à anarquia política e social, o que possibilitou que a Pérsia voltasse a ser uma ameaça para a Grécia.

Entre os séculos V e IV a.C., a cultura ateniense desenvolveu a consciência de crise, devido à instabilidade anteriormente mencionada; essa consciência de crise despertou a expressão política, artística e filosófica. Por isso, a civilização grega foi a primeira a sair do imobilismo social, ocasionando uma evolução clássica na Europa (HELLER, 1983, p. 07).

Atenas era a cidade-estado que possuía a liberdade de pensamento e de palavra. Isso só foi possível devido a três fatores ligados à base material: primeiro, as condições econômicas favoráveis (devido à manutenção do trabalho escravo); segundo, as possibilidades de intercâmbio cultural através do comércio (momento que os gregos difundiam sua cultura e recebiam também influências); terceiro, a presença do homem livre, uma vez que este tinha tempo necessário para o ócio criativo, como praticar esportes, discutir política, “pensar” e “teorizar”, enquanto o escravo trabalhava para manter a economia.

Entre os séculos VII e VI a.C., a Grécia viveu um período de explosão cultural possibilitado pelo trabalho escravo. “As leis do pensamento, organização política e arte que demarcam a civilização europeia em geral, distinguindo-a em muitos aspectos importantes das civilizações do Oriente, começaram a tomar forma nesse tempo.” (ROSTOVITZ, 1983, p. 112).

Os primeiros pensadores gregos possuíam uma consciência mítica sobre os problemas que envolviam o cotidiano. Tanto a natureza quanto o mundo e o homem tornaram-se focos de discussão e investigação dos pensadores gregos. As primeiras respostas sobre os fenômenos naturais e sociais eram mitológicas, baseadas nos deuses e no destino¹⁰⁶.

O pensamento mítico possibilitou ao grego o desenvolvimento do pensamento na busca por respostas ao cotidiano através da razão. As peças teatrais gregas foram as primeiras formas de problematizar questões ligadas à moral, à política e à vida social. Temos, por exemplo, as tragédias de Eurípedes. Suas maiores obras foram escritas no período entre os últimos anos da Era de Péricles e o fim da Guerra do Peloponeso. Essas obras manifestavam

¹⁰⁶ No Oriente, os povos antigos refletiam sobre o universo, a vida, o tempo e o homem também de forma mitológica, como aponta o romance de Vidal (1984). Essa característica de procurar respostas com a consciência mítica faz parte de todas as primeiras civilizações da antiguidade. O romance “Criação”, de Gore Vidal, aborda essa característica nos povos antigos do Oriente. O personagem principal, Ciro Espítama, neto do profeta Zoroastro, viaja pelo mundo antigo em missões oficiais para os reis da Pérsia. Nessas viagens, ele buscava responder a sua principal pergunta: “como se criou o universo?” através de diálogos com Confúcio (região da China), Buda (região da Índia) e Heródoto e Demócrito de Abdera (ambos da Grécia). A maioria das respostas que ele encontrava sobre o universo, a vida, o tempo e o homem tinha respostas baseadas na consciência mítica.

os temas tradicionais, os conflitos da vida pública, e seus personagens tinham como característica a descrença nos deuses.

As tragédias de Eurípides foram importantes para Aristóteles, porque através delas ele analisou os princípios da ação humana, a partir dos personagens, como vontade, liberdade, reflexão e decisão (HELLER, 1983, p. 58). Ainda de acordo com essa autora, Eurípides contribuiu para a dissolução da moral comunitária, aparição do homem privado e a relativização da ética¹⁰⁷.

A Grécia foi a primeira civilização a sair da consciência mítica para a consciência filosófica, por isso, ela é considerada o berço da filosofia. Com o surgimento dos pré-socráticos na Grécia, o homem começou a ter respostas a partir da reflexão filosófica. Os pré-socráticos (anteriores a Sócrates) foram os primeiros filósofos que estudaram a origem do universo. A primeira pergunta era sempre “por quê?” e não “como?”, questionavam “o que é o mundo inteiro?”, “Qual a relação do mundo com o Sol, Lua e estrelas?” etc. (ROSTOVTZEFF, 1983, p. 121).

Os filósofos pré-socráticos investigavam os problemas do cosmo, buscando os princípios das coisas. Investigadores jônicos (região da Ásia Menor) foram os primeiros a pensar sobre o elemento principal e básico da criação das coisas, saindo do fantasmagórico em direção à razão.

Os filósofos eram agrupados em escolas. Os primeiros filósofos, os pré-socráticos foram: Tales de Mileto e Anaxímenes, da Escola Jônica; Pitágoras, da Escola itálica; Xenófanes, da Escola eleática; Anaxágoras, da Escola da Pluralidade; e Demócrito de Abdera, da Escola atomista. Esses eram filósofos da natureza, não se interessavam pelos problemas relacionados ao homem e à sociedade.

Tales foi o primeiro a tentar explicar o funcionamento do universo a partir da água, como substância primária, isto é, para ele a essência de todas as coisas estava na água; Anaxímenes afirmava que o elemento básico da criação era o ar; Anaximandro dizia que o mundo era infinito.

Para Pitágoras, os números, enquanto entidades reais, eram o princípio do universo. Assim, segundo Vidal (1984, p. 110-111),

[do] simples Um deriva o conceito de número; dos números, pontos; dos pontos, linhas de conexão; das linhas, planos e, daí, sólidos. Dos Sólidos, os quatro elementos: fogo, água terra e ar. Esses elementos misturam-se e formam o universo,

¹⁰⁷ Ibidem, p. 63.

que está em constante vida e mutação, uma esfera contendo no centro em esfera menor: a Terra.

Por outro lado, Xenófanes acreditava na unidade do mundo, que existia um deus que o dirigia. Já para Anaxágoras não existia o nada, todo o espaço está preenchido por algo. Para Demócrito, tudo que existia no universo são partículas indivisíveis, o que ele havia chamado de átomos.

Em Abdera, centro da filosofia natural Jônica (atual Turquia), Demócrito foi o principal representante da síntese, o primeiro a empreender o caminho da desmitologização, pois, ele acreditava em um mundo sem deuses e não aceitava o destino. Aristóteles encontrou o conceito de justo médio, em certa medida, em Demócrito, porque este acreditava em uma ética sem deuses (HELLER, 1983, p. 158).

Na filosofia, a escola dos sofistas ganhou destaque. Os primeiros sofistas não eram atenienses, eles saíam das suas cidades-estados e iam para Atenas, atraídos pela cultura ateniense. Os sofistas eram mestres que viajavam de cidade em cidade atraindo discípulos. Os discípulos se reuniam com o mestre para ter conhecimentos gerais e para desenvolver o pensamento, a argumentação e a escrita.

Os sofistas não tinham como finalidade a educação comunitária, e sim os indivíduos singulares. O objetivo principal era ensinar a arte de governar, isso porque a vida do ateniense era voltada para a política. Os sofistas ensinavam a “ciência” e os “segredos da política”, contribuindo para o desenvolvimento dos indivíduos da polis¹⁰⁸.

Com os sofistas, o homem e o problema moral tornaram-se o centro das investigações e, através do lógico e do dialético, eles procuravam respostas para os problemas. A escola sofística teve como principais representantes Protágoras (481-420 a.C.) e Górgias (483-376 a.C.). Protágoras, por exemplo, em seus estudos, centrava-se na política e na vida social. Para ele, “o homem é a medida de todas as coisas”, isso porque ele entendia que as coisas só tinham valor na vida humana, no caso, com a razão humana¹⁰⁹.

Os pensadores áticos interessaram-se pela atividade social em geral e seu conteúdo moral. A moral em Atenas no século IV estava vinculada ao mundo místico, os indivíduos acreditavam que iriam prestar conta com os deuses. Crítias foi o primeiro ático a analisar a ideia dos deuses na vida do homem, afirmando que a criação de um deus era uma necessidade social.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 25.

¹⁰⁹ Ibid., p. 27.

Sócrates, que viveu entre 469 a 399 a.C., foi o divisor de águas na história do pensamento grego. Com ele nasceu uma nova tradição filosófica baseada no humano, questionando o existencial, a alma e o consciente. Segundo Heller (1983, p. 38), o que diferenciou Sócrates dos demais sofistas foi a unidade teórica e prática da vida e do ensinamento. Ele ensinava ao ar livre e versava suas analogias com a vida dos artesãos, pois, na Ática, as atividades teóricas e práticas estavam ligadas entre si.

A atitude moral nasceu em Atenas em meio à crise interna. Sócrates foi o representante e o grande clássico da moralidade. Para ele, o conceito de liberdade limitava-se à liberdade moral, e a força motriz da moralidade estava no princípio ético¹¹⁰. Sócrates não acreditava na existência dos deuses. Por isso, ele afirmava que o ser humano deve conhecer a si mesmo para depois conhecer o mundo a sua volta e a sociedade que vive; ele não tomava como base os deuses para falar do homem.

Sócrates desenvolveu o método socrático para alcançar o conhecimento, através de quatro etapas: exortação (chamamento), indagação (saber a opinião), ironia (desconstrução da opinião) e maiêutica (parto). Com esse método, Sócrates acreditava que a verdade estava dentro de todos e que ela poderia aparecer aos poucos.

O filósofo que superou e desenvolveu o pensamento de Sócrates foi Platão. Para Platão, a filosofia era um refúgio filosófico que estava acima da atividade política. Para ele, a filosofia era sentimento pela verdade e conhecimento. Por isso, ele criticava os sofistas que vendiam o conhecimento, uma vez que esses não tinham compromisso com a verdade.

Platão foi um filósofo que problematizou a política ateniense. Ele viu problemas nessa democracia e estava inconformado com ela, em vista disso, ele problematizou o que seria uma política ideal. Platão elaborou a imagem do Estado ideal em sua obra *A República*. Nessa obra, ele argumentou que a razão deveria governar, e que o Estado deveria ensinar a virtude. A finalidade desse Estado deveria ser a felicidade e a justiça. Platão atribuía uma eficácia absoluta à educação no âmbito do Estado ideal. Para ele, um homem realmente justo era o homem totalmente moral.

De acordo com Heller, a *República* de Platão é uma síntese de todos os problemas éticos que o preocupavam¹¹¹; ela também deixa claro que essa obra é uma utopia reacionária, sendo a primeira utopia da história, por surgir em um período que a sociedade estava em vias de dissolução e sem que oferecesse alguma solução¹¹².

¹¹⁰ Ibidem, p. 42.

¹¹¹ Ibid., p. 93.

¹¹² Ibid., p. 104.

Sobre a problemática do conhecimento, Platão desenvolve o mito da caverna, que é a representatividade da teoria das ideias. Para ele, a hegemonia do conhecimento se realiza no mundo transcendente, pois a alma conhece as ideias antes do nascimento, o homem apenas se recorda das ideias, ou seja, as pessoas antes de nascer já tiveram contato com as ideias (HELLER, 1983, p. 83). Para Platão, a alma já tinha o conhecimento sobre as coisas, com o tempo ela só iria tendo lembranças. A teoria da ideia e a teoria da alma se formaram e se formularam na filosofia platônica.

O conceito das ideias surgiu pela primeira vez na filosofia platônica durante a análise do processo de trabalho. Para Platão, o nascimento da teoria das ideias se explica em parte na tomada de consciência do processo teleológico do trabalho¹¹³. Para este filósofo, o trabalho é uma atividade consciente de seus propósitos, ou seja, caracterizados pela existência mental da pré-existência do objeto no conceito de realidade do objeto¹¹⁴. O sujeito das analogias de Platão era o trabalhador livre, dado que este tinha o maior interesse em realizar um trabalho perfeito, isto é, o trabalhador era mais ou menos um artista, criava de modo teleológico, inovava, inventava¹¹⁵. Platão não refletia sobre o trabalhador escravo; a vida dos escravos, maior parte da população, não era considerada no pensamento filosófico da Grécia Antiga.

Aristóteles foi o principal representante da filosofia helenística. Natural de Estagira, na Trácia, ele chegou a Atenas com a bagagem intelectual das ciências naturais jônicas. Os pensadores da escola jônica¹¹⁶, no século VI a V a.C., discutiam sobre a filosofia da natureza e a poesia lírica, principal gênero literário. Esse avanço da filosofia jônica possibilitou uma desmitologização da vida social. Essas ciências naturais ganharam destaques e influenciaram Aristóteles.

Na Ática, as discussões filosóficas centravam-se nos problemas relacionados ao homem, diferente da Jônica, como vimos acima. Coube a Aristóteles fundir sinteticamente o pensamento Jônico e Ático e a elaborar a primeira ética filosófica imanente, livre de todo o gênero de deuses e fantasmas. E isso só foi possível devido às circunstâncias pessoais e sociais e a filosofia precedente, além disso, o avanço das suas ideias reflete a época do período helenístico, dominado pelo Império Macedônico.

¹¹³ Ibidem, p. 91.

¹¹⁴ Ibid., p. 91.

¹¹⁵ Ibid., p. 91.

¹¹⁶ A filosofia jônica da natureza nasceu das necessidades do comércio. Nela, há o desenvolvimento da especialização, por exemplo: a matemática, que surgiu devido à navegação comercial; a engenharia militar para as guerras; a medicina porque era útil aos enfermos. Esse avanço da filosofia jônica possibilitou uma desmitologização da vida social. Essas ciências naturais ganharam destaques e influenciaram Aristóteles.

Aristóteles, aluno de Platão, desde o seu ingresso na escola platônica, não concordava com a teoria das ideias do seu mestre. Eles divergiam fundamentalmente. O quadro de Rafael Sanzio, “A Escola de Atenas”, simboliza a dissonância entre Aristóteles e Platão. Nela aparece Platão indicando o dedo para cima (simbolizando as ideias) e Aristóteles apontando a mão para baixo (simbolizando o mundo material, sensível).

Para Aristóteles, o começo do conhecimento está ligado ao mundo material, sensível, invertendo a teoria das ideias de Platão. Para Werner Jaeger (apud Heller, 1983), Aristóteles critica a teoria das ideias não em seu conjunto, mas somente o que afeta a sua aplicação à ética.

Tanto Platão quanto Sócrates apreciavam e utilizavam o processo laboral como base de suas demonstrações analógicas (HELLER, 1983). Aristóteles também analisava o mundo do trabalho, porém, de forma concreta, diferente dos outros que o antecederam. E, o trabalho concreto que Aristóteles pensava e analisava não era o trabalho agrícola, nem o trabalho escravo, era o trabalho artesanal executado por homens livres. Isso porque estes exerciam pouco esforço físico e muita habilidade, inteligência e iniciativa no trabalho.

Aristóteles descobriu a essência do trabalho: a estrutura teleológica. Ele faz o possível para estabelecer a diferença entre teleologia objetiva e a subjetiva, por conseguinte, por desantropomorfizar sua concepção de mundo. Segundo Aristóteles, o trabalho não se limita a ideia da projeção, nem ao resultado; mas se prolonga no processo, pelo qual o resultado vai se formando através de condições diversas (HELLER, 1983). Para Aristóteles, a essência do homem é sua característica social, e a produção é somente uma entre as diversas manifestações de seu ser.

A teoria do conhecimento em Aristóteles versa sobre a seguinte sequência lógica: 01. Sensação (impressão produzida pelos sentidos); 02. Memória (registro das sensações); 03. Experiência (conhecimento adquirido); 04. Arte (técnica criativa); 05. Ciência (episteme, conhecimento). Para ele, o conhecimento é gerado a partir das quatro causas na formação do ser: causa material, causa formal, causa eficiente e causa final.

Em *Ética a Nicômaco*, Aristóteles queria que as pessoas refletissem sobre suas ações, que elas colocassem a razão acima das paixões. O ser humano deveria buscar a felicidade individual e coletiva. Para Aristóteles, a ética é imanente. O bem e a moral só tem sentido em relação ao homem, visto que estes não podem existir sem o homem (HELLER, 1983). Por isso, categorias morais são desenvolvidas sob a perspectiva da ética. Este filósofo analisava a moral como uma relação do indivíduo com o geral. Na ética aristotélica, o indivíduo tinha que atuar de acordo com os imperativos morais gerais da comunidade.

A ética aristotélica era teleológica, visto que toda ação humana visa um fim. Aristóteles afirmava que o bem era o fim que o homem pretendia realizar em seus atos, era a finalidade de toda ação. E que essa busca pelo bem era o que nos diferenciava dos demais animais.

Aristóteles defendia que as virtudes eram a garantia da felicidade ao homem, as quais eram alcançadas a partir do meio termo. O meio termo significava uma relação com as paixões, com o individual. Os sentimentos e as paixões constituíam a base do caráter humano. As virtudes surgiam onde o justo médio se aplicava às paixões. O homem virtuoso era aquele que conseguia viver em uma relação baseada no meio termo. Heller (1983) afirma que, a análise das virtudes e da felicidade era o ponto alto da ética aristotélica.

A filosofia e a arte da civilização grega propagaram-se pelas regiões sob domínio macedônico, uma vez que o mundo helenístico era marcado pela predominância do elemento grego na língua, no comércio, na agricultura e na manufatura. Esse elemento era determinante nesse novo estado de sociedade, era ele que dava unidade e homogeneidade ao vasto Império Macedônico.

A Grécia foi forçada a submeter-se à monarquia da Macedônia, tornando-se parte de um grande império. Isso porque, para barrar a ameaça constante do Império Persa, a Grécia juntou forças com a Macedônia de Alexandre, o Grande, e lutou contra os persas, comandada pelo rei Dario.

O século III a.C. foi marcado pela monarquia mundial de Alexandre Magno. Após a batalha de Ipso, a monarquia de Alexandre dividiu-se em: Síria, Egito e Macedônia. Apesar dos avanços e das conquistas de Alexandre, seu desejo maior era fundir o Império Persa com o Império Macedônico.

As potências conquistadas por Alexandre Magno, com exceção da Macedônia, são chamadas de helenísticas, termo também aplicado a todo o período entre a morte de Alexandre, o Grande, e a conquista do Oriente por Roma.

Através do Império Macedônico, a civilização grega propagou-se pelas regiões sob domínio macedônico, através da filosofia e da arte, uma vez que o mundo helenístico era marcado pela predominância do elemento grego na língua, no comércio, na agricultura e na manufatura. Esse elemento era determinante nesse novo estado de sociedade, era ele que dava unidade e homogeneidade ao vasto Império Macedônico.

O Império Macedônico originou-se de uma monarquia tribal composta, na maior parte, por camponeses reideiros livres. Esse império era caracterizado pela realeza hereditária e expansão territorial. Nessa monarquia existia pouca escravidão. As conquistas de Alexandre,

o Grande, não eram acompanhadas da escravidão em massa, nem houve o aumento da escravidão com seu império.

Após lutas internas entre generais macedônicos, o Império Macedônico foi dividido em quatro partes: a Mesopotâmia, o Egito, a Ásia Menor e a Grécia. Segundo Anderson (1991, p. 46), “a dinastia selêucida governava a Síria e a Mesopotâmia; Ptolomeu fundou o reino lágida no Egito; e meio século depois, o reino atálica de Pérgamo tornou-se o poder dominante na Ásia Menor” (ANDERSON, 1991, p. 46). Do ano 200 a.C. em diante, o Império Romano avançou conquistando o Império Helenístico.

Nesse item, vimos que a escravidão (exploração do homem pelo homem) possibilitou o desenvolvimento econômico, social, político e cultural da polis ateniense, ou seja, o trabalho escravo permitiu que Atenas desenvolvesse uma organização social complexa. A política, entendida a partir da propriedade privada, da dominação de uma classe sobre a outra, foi vivida, discutida e refletida de forma intensa pelos atenienses. Enquanto o escravo trabalhava, os homens livres produziam arte, filosofia e conhecimento. A figura do escravo, que era maior parte da população, não era considerada como cidadão, por isso, não fazia parte da política, nem decidia sobre o “destino” do homem ateniense.

3.2.2 Apogeu da Roma antiga

Neste item, iremos discutir de forma breve outra civilização que viveu um alto nível organizativo político e social a partir do modo de produção escravista: a Roma Antiga. Essa era também sustentada pelo trabalho escravo, tanto nos campos de produção quanto na supervisão de escravos e na organização administrativa do Império Romano.

Na idade do Metal, tribos se fixaram nas regiões férteis da Itália, atraídas pela riqueza natural e pelo potencial pastoril-agricultor. As gens, que formavam as tribos romanas, tinham as seguintes características segundo Engels (2012): “direito de herança recíproco entre os gentílicos; a propriedade permanecia na gens” (p. 154), “posse de um lugar coletivo para os mortos” (p. 154), “solenidade religiosa em comum” (p. 154), “obrigação de não casar dentro da gens” (p. 154), “posse da terra em comum” (p. 155), “obrigação dos membros da gens de se ajudarem mutuamente e de se socorrerem” (p. 155), “direito de usar o nome gentílico” (p. 155), “direito de adotar estranhos na gens” (p. 156) e “direito de eleger e depor o chefe” (p. 156).

Alguns clãs de origem indo-europeia chegaram à região italiana e fundiram-se com as tribos residentes. Três grupos surgiram desse processo: os úmbrios, norte da Itália; os latinos,

próximo ao vale Tibre; e os samnitas, sul da península. E, após o século VIII a.C., alguns gregos começaram a ocupar algumas partes da Itália (área chamada de Magna Grécia).

Os etruscos, que surgiram na costa ocidental da Itália, viviam em cidades fortificadas, cultivavam o solo, criavam gado, trabalhavam em minas de cobre e tinham uma produção ativa de metal e tecido. Ademais, devido ao posicionamento geográfico, mantinham relações comerciais marítimas com os gregos e os cartagineses (ROSTOVTZEFF, 1977, p. 21). Através desse comércio, os etruscos difundiam sua arte para a Grécia, Fenícia e Oriente Próximo.

Entre os séculos VIII e VII a.C., começou a expansão dos etruscos no Lácio, região da Itália Central; em seguida, eles se expandiram para Campânia, sul da Itália; e depois Norte da Itália. Mas, no século VI, os latinos expulsaram os etruscos de Roma, e os samnitas tomaram a Campânia.

No século V a.C., Roma uniu-se com as cidades latinas para se protegerem de possíveis invasões de povos bárbaros. Após a guerra dos romanos contra os etruscos, aquela adquiriu unidade política e tornou-se a maior potência militar da Itália.

Roma tinha uma unidade política, mas não possuía um Estado forte, pois a nobreza hereditária patrícia tomava conta dos assuntos políticos. Nos primeiros séculos de sua existência, o senado, constituído por grupos de clãs patrícios, controlava Roma. O Senado era o verdadeiro governo de Roma, e os cônsules e magistrados eram órgãos executivos. As assembleias populares elegiam os cônsules. Os consulados eram cargos públicos do executivo supremos do Estado.

De acordo com Anderson (1991), após lutas sociais dos plebeus (homens e mulheres livres) contra a nobreza, aqueles conquistaram a criação do Tribunato da Plebe, “uma representação corporativa da massa popular dos cidadãos” (p. 52), “o tribunato formava uma representação secundária e paralela, planejada para proteger os pobres da opressão dos ricos” (p. 52). O Tribunato foi a forma de introduzir os plebeus nas decisões política. Nessa configuração, os escravos, que formavam a maior parte da população, não participavam da vida política, as decisões sobre todos os homens eram tomadas apenas por uma parte da sociedade.

O Senado criou uma lei que proibia o casamento entre patrícios e plebeus, a Lei de Canuleu; os plebeus forçaram o Senado a criar um código de Direito Civil (as Doze Tábuas), esse código extinguiu a lei que proibia o casamento entre patrícios e plebeus (ROSTOVTZEFF, 1977, p. 38). Outra legislação criada foi as leis licinianas, de 367 a.C., que previam que qualquer cidadão poderia se tornar cônsul, até mesmo os patrícios e plebeus.

Roma também possuía uma Assembleia popular, apesar de que esta não podia ser considerada um instrumento de Estado democrático¹¹⁷.

Em 264 a.C., Roma uniu os romanos, silicianos e gregos latinos contra Cartago na Guerra Púnica. No Mar Mediterrâneo o foco da guerra era a disputa da navegação, dos portos e do comércio. A Primeira Guerra Púnica foi de 264 a 241 a.C., a Segunda foi de 218 a 201 a.C. e a Terceira de 149-146 a. C. Todas as três com vitória de Roma.

Com a conquista de Cartago pelos romanos, Roma tornou-se parte dos Impérios Helênicos. Com a sua inclusão no Império Helenístico, Roma adquiriu uma aparência grega, por exemplo: na religião, na arte e nas produções artísticas¹¹⁸.

No século II a.C., o Estado romano era uma organização complexa: possuía colônias latinas da península e de cidades distantes, como as etruscas, gregas, úmbrias e samnitas, formando uma confederação italiana. Esses territórios eram governados pelo sistema provincial, sujeitos aos imperativos de Roma. O governo provincial trouxe novas condições de desenvolvimento econômico e social para Roma a partir do trabalho escravo.

O auge da escravidão em Roma aconteceu entre os séculos II a.C. e II d.C., períodos em que a exploração foi “maciça e generalizada” (ANDERSON, 1991, p. 22). Nela, os escravos eram predominantes no campo (utilizado em larga escala), e eles também desempenhavam funções administrativas como supervisores e feitores. Foi o sistema jurídico romano que pela primeira vez distinguiu a mera posse e a propriedade, sendo a primeira o controle factual de bens e a segunda o pleno direito legal¹¹⁹.

Roma uniu a grande propriedade agrícola com a escravidão e teve seu modo de produção organizado e sistemático¹²⁰. É por isso que Fast (1976, p. 44) afirma que os romanos foram os primeiros a “compreender totalmente o uso do escravo”. Em Roma, o trabalho escravo estava concentrado tanto na produção quanto em funções administrativas (supervisores e feitores). Além disso, ele era considerado um bem móvel que podia ser transportado de um local para outro.

A mão de obra para exploração no século III a.C. era abastecida pelas campanhas de guerras no mundo mediterrâneo: Guerras Púnicas, Macedônica, e contra Jugurta, Mitrídates e Gália. As guerras eram verdadeiras fontes de escravos, além de possibilitar o aumento do território e tributos em forma de impostos.

¹¹⁷ Ibidem, p. 52.

¹¹⁸ Ibid., p. 95-96.

¹¹⁹ Ibid., p. 64.

¹²⁰ Ibid., p. 58.

Esse desenvolvimento econômico e social fez com que crescessem as grandes propriedades e diminuíssem as pequenas áreas. Isso demandava a concentração de escravos nos campos, o que diminuía a participação deles no exército, o que significava que estava diminuindo o poder militar dos romanos.

Com o aumento do trabalho escravo, eclodiam rebeliões contra o sistema escravista. Esse cenário é retratado ficcionalmente por Fast, através da guerra servil dos escravos liderados por Espártaco, escravo-gladiador, contra Roma. Espártaco e seus seguidores lutavam contra as injustiças da vida e a miséria da escravidão romana; eles desejam a liberdade, desejavam “formar um mundo sem chicotes nem chicoteados – sem palácios e sem choupanas” (FAST, 1976, p. 285).

Por outro lado, a nobreza governante e os senadores não queriam reformas sérias sobre a propriedade, por isso, o Estado, através do exército, controlava as revoltas dos escravos. A história de Espártaco é somente um exemplo das revoltas do modo de produção escravista.

A assembleia popular, formada apenas por homens livres, apoiou Tibério Graco na eleição de tribuno. Tibério conseguiu propor um programa geral de reformas. Ele e seu irmão, Caio Graco, não conseguiram uma reforma agrária substancial ou durável no período da República. Os irmãos Graco deixaram o legado de lutas partidárias, provocando apenas uma desorganização do Estado, não conseguiram mexer na sua estrutura. O Estado, que representava os interesses dos patrícios, continuou a cumprir sua função social: proteger a propriedade privada.

Em Roma houve uma crescente monopolização da terra, aumentando o número de *proletarii*, cidadãos sem propriedades, e diminuição dos *assidui*, assentados na terra. No século III a.C., os *proletarii* eram maioria da população. Em 100 a.C., Mario foi eleito cônsul e propôs uma lei agrária que concedesse as terras do sul da Gália para parte do seu exército.

O crescimento das grandes propriedades estava prejudicando o desenvolvimento da economia, pois, como resultado do aumento da propriedade, a população escrava estava se concentrando nos campos e diminuindo a quantidade no exército, isto é, os escravos estavam concentrados nos campos, devido à alta demanda, e não no exército, fator que preocupava o Estado (ROSTOVTZEFF, 1977).

O sistema senatorial romano era atacado diversas vezes pelos políticos revolucionários, por exemplo, os irmãos Graco. Estes tentavam uma série de mudanças, por exemplo: transferência do poder para a assembleia popular, redistribuição de terras e extensão da cidadania romana. Dessas mudanças, apenas a extensão da cidadania foi garantida legalmente. As outras duas não eram possíveis porque mexiam na propriedade privada.

No século I a.C., Sila, Pompeu, César, Antônio e Otaviano implementaram políticas imperialistas para ampliar os limites do Estado romano. Esse século é caracterizado como um período de transição na história de Roma devido ao surgimento de um novo sistema de monarquia, como afirma Rostovtzeff (1977, p. 152): “assim, o século I a. C. foi uma época de transição, em que a velha cidade-Estado se desmantelava e degenerava num governo de duas classes privilegiadas, os senadores e os cavaleiros, e em que surgia um novo sistema de monarquia”.

Roma ampliou seu sistema político para incluir as cidades italianas durante a expansão territorial. Uma das suas características durante a expansão era a exigência de tropas para o seu exército, em vez de dinheiro para o tesouro, pois “o enorme crescimento do Estado aumentou ainda mais a importância do exército”¹²¹. Com isso, Roma conseguiu obter integração definitiva dos seus aliados no exército e na política.

Entre 49 e 44 a.C. ocorreu a ditadura de César, o chefe do Estado romano que protegeu as fronteiras dos inimigos externos e assumiu o controle de todos os assuntos públicos. Ele tornou-se cônsul em Roma e procônsul na Gália, ocupou vários cargos simultaneamente e acumulou títulos e poderes¹²². Com seus poderes ampliados, César não se considerava da classe senatorial.

Em 44 a.C., ele foi assassinado por membros conspiradores do Senado. Após sua morte, César foi divinizado, sendo os seus sucessores chamados de “filhos de César divinizado”. Rostovtzeff afirma que “o Senado acrescentou à sua antiga denominação, *Imperator Caesar Divi filius*, o título de ‘Augusto’, anteriormente só aplicado a certos deuses [...]”¹²³. A partir desse momento, Augusto era sinônimo de autoridade.

Após a morte de César, começou o Segundo triunvirato com Marco Antônio, Otávio e Lépido, considerado como um momento de crise política em Roma. O fim dessa crise veio com a constituição do Império Romano, tendo Augusto César como imperador no ano de 27 a.C.

Uma das características de Augusto César foi a descentralização do poder militar. Ele distribuiu esse poder para os cônsules, em Roma, e os procônsules, nas províncias do império. Isso não significava, na prática, uma verdadeira descentralização do poder porque Augusto César controlava os cônsules e procônsules. Assim, ele tornava seu poder absoluto. O exército

¹²¹ Ibidem, p. 151.

¹²² César tinha a prática de nomear amigos e partidários leais para cargos públicos. Ele também possuía o direito, previsto em leis, de supervisionar os costumes morais.

¹²³ Ibid., p. 165.

e o controle das finanças foram os principais pilares do poder de Augusto sobre Roma. O Senado e a classe senatorial eram obedientes e subordinadas ao imperador.

Augusto César gastava dinheiro com circo, teatro e anfiteatro para a população, além de distribuir alimentos. Para seus amigos, ele dava empregos, diversões e presentes em dinheiro. Isso o tornava senhor de Roma, com encanto pessoal, autoridade moral e o desejo expresso do senado e do povo.

Por mais de 40 anos Augusto foi o chefe indiscutido do Império Romano, conhecido como *princeps* da população civil, e como *imperator* do exército. Durante esse período, o mar agitado das comoções civis acalmou-se. A paz e prosperidade voltaram a instalar-se permanentemente no império. Entretanto, o conturbado período das guerras civis não poderia passar sem marcar profundamente os romanos. A atitude mental das classes dominantes sofrera uma modificação completa: os homens deixaram de interessar-se pelo Estado e pelos assuntos públicos, que haviam sido de importância vital para eles, durante séculos. (ROSTOVITZ, 1977, p. 183, grifos originais).

A partir dessa forma de governar, Augusto César permaneceu no poder por mais de 40 anos, época considerada de paz e de manutenção da ordem, sem guerras externas ou revolução interna¹²⁴. Após a sua morte, no ano 14 d.C., seu filho adotivo, Tibério, assumiu o principado. Quando Tibério morreu, a dinastia Julio-claudiana assumiu o trono.

No Império Romano, latim e grego eram ensinados às crianças. Os livros romanos eram conhecidos nas províncias da Espanha, Gália e África. Houve também desenvolvimento da arte, especialmente, a arquitetura imperial (Coliseu e os Arcos triunfais, por exemplo).

Nos séculos I e II d. C., o governo do império era mais “metódico e sistemático”¹²⁵. Toda a administração do império concentrava-se na mão do imperador, que tinha o controle direto total, como vimos desde o início, a partir de Augusto César. Os homens de negócios (procuradores) administravam as províncias imperiais, recolhiam impostos e controlavam a receita e a despesa. Nesse período, o Imperador também começou a ser chefe religioso estatal.

O Império Romano tinha as regiões mais férteis da Europa, além de florestas virgens, minas e pedreiras, rios e mares. A prosperidade econômica do Império era baseada na agricultura e pecuária. Não houve progresso técnico da agricultura, apenas a introdução do moinho rotativo e a prensa de parafusos, que eram utilizadas amplamente no modo de produção feudal.

¹²⁴ Ibidem, p. 183.

¹²⁵ Ibid., p. 228.

O século III d.C. é caracterizado como o século da crise do Império Romano, principalmente na política, por exemplo, de 20 imperadores dessa época, 18 tiveram mortes violentas. A crise romana deixou seu império vulnerável a possíveis ataques. Isso levou o Imperador Aureliano a construir um muro para proteger Roma dos invasores bárbaros.

O modo de produção escravo, predominante na Grécia e que teve ascensão em Roma, começou a entrar em declínio. Estava aumentando o número de camponeses livres, de proprietários, de rendeiros e diminuindo o número de escravos. Com a queda do comércio urbano e na produção nas províncias devido à coleta de impostos, sucedeu-se uma gradual ruralização do Império Romano. Foi no campo que se originou a crise final da Antiguidade, acompanhada do início da estagnação das cidades.

Os pequenos proprietários e rendeiros, que sempre existiram ao lado dos escravos, começaram a ser protegidos pelos grandes proprietários agrícolas das arrecadações fiscais e do recrutamento do Estado. Com esse sistema de proteção, surgiram os *colouns*, rendeiros dependentes, presos à propriedade do senhor através do aluguel pelo lote de trabalho. Com a formação do colonato, o relacionamento começava a ser entre produtor rural, senhor e Estado. Com isso, iniciou-se também a conversão dos escravos em *coloni*. Uma classe de produtores dependentes, diferentes dos escravos e dos rendeiros livres ou pequenos proprietários, começou a ser formada no final do Império.

No oriente estava crescendo uma nova religião que dominaria o império, o cristianismo. Após a conversão de Constantino ao cristianismo, ele institucionalizou o cristianismo no Estado. Com a Igreja estabelecida, ela tornou-se parasitária do modo de produção que estava surgindo, o modo de produção feudal.

A classe senatorial começou a perder seus comandos militares e sua influência política no século III, mas, os senadores não foram destituídos de suas terras.

O modo de produção escravo, que surgiu na Grécia e teve ascensão em Roma, começou a entrar em declínio. Estava aumentando o número de camponeses livres proprietários e de rendeiros. No fim do Império, o trabalho escravo se tornou raro, porque o que mantinha essa mão de obra era o sistema de expansão política e militar.

Esse processo de dissolução do modo de produção escravista será tratado no próximo capítulo.

4 CAPÍTULO 03 - O MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL: o homem ligado a terra

O feudalismo é um sistema econômico, político e social baseado em um modo de produção regido pela terra e por uma economia natural. Este modo de produção feudal estava dividido em duas classes fundamentais: o camponês/servo (trabalhador unido a terra, ao meio de produção) e os senhores feudais (proprietários da terra que controlavam a produção). O servo (vassalo) produzia os alimentos e não detinha a posse da terra. O senhor feudal (suserano) vivia do excedente de produção dos servos e tinha a posse da terra.

O objetivo deste capítulo é apresentar o modo de produção feudal, o desenvolvimento do homem no modo de produção feudal, a partir dos dados históricos do surgimento do feudalismo (Europa ocidental e Europa oriental) e das relações sociais desenvolvidas nesse modo de produção. Esse capítulo se faz necessário para entender como a terra, fonte de riqueza e poder, determinava a vida dos homens.

4.1 A SOCIEDADE EUROPEIA RURALIZADA: a crise da sociedade escravista e a emergência do feudalismo

Para entender as principais características que formam o feudalismo é necessário expor primeiro os elementos históricos fundamentais de seu surgimento a partir da dissolução do modo de produção escravista e das particularidades do feudalismo ocidental e do feudalismo oriental. Para alcançar esse objetivo, utilizaremos como principal referência a obra “Passagens da Antiguidade ao Feudalismo”, de Perry Anderson, historiador marxista, escrita em 1987.

Vimos no capítulo 2 que a vida na Grécia e em Roma é centrada em cidades com alto nível de organização política e culturas urbanas. Apesar da centralidade das cidades na vida social, a economia era baseada predominantemente na agricultura e na mão de obra escrava, que dominavam a produção e fornecia riquezas às cidades.

O modo de produção escravo foi decisivo para o desenvolvimento das civilizações clássicas. A Grécia e a Roma Antiga utilizaram a escravidão de forma absoluta e sistemática (ANDERSON, 1991, p. 21). Os trabalhadores escravos na agricultura produziam milho, azeite e vinho, já os trabalhadores livres, artesãos, exerciam suas atividades em manufaturas, produzindo cerâmica, mobília, tecidos e utensílios de vidro.

No modo de produção escravista existiam escravos, camponeses livres, rendeiros (aqueles que arrendavam a propriedade, principalmente na Roma Antiga) e artesãos urbanos.

A economia dependia predominantemente do trabalhador escravo na agricultura. Os demais trabalhadores eram secundários, eles dominavam basicamente a manufatura e o comércio. O comércio das civilizações antigas clássicas era desenvolvido no Mar Mediterrâneo. Esse mar “proporcionou o adequado cenário geográfico para a civilização antiga” (ANDERSON, 1991, p. 21).

A generalização do trabalho escravo na economia ocorreu em momentos diferentes na Grécia e em Roma. Na Grécia ocorreu nos séculos V e IV a.C., e em Roma, do século II a.C. ao século II d.C., períodos que “a escravidão era maciça e generalizada”¹²⁶. Com base na mão de obra escrava, essas civilizações desenvolveram “a filosofia, a ciência, a poesia, a história, a arquitetura, a escultura; o direito, a administração, a economia, os impostos; o voto, o debate, o recrutamento – tudo isso chegou a níveis de sofisticação e força inigualáveis”¹²⁷. Essa mão de obra possibilitou a expansão política e cultural do império, além de manter as bases da economia.

Apesar do largo desenvolvimento das civilizações clássicas a partir do trabalho escravo, não houve um desenvolvimento técnico das forças produtivas devido à natureza do trabalho escravo.

Nada é mais impressionante, em qualquer comparação retrospectiva, do que a estagnação técnica global da Antiguidade. Basta contrastar o registro de seus oito séculos de existência – da ascensão de Atenas à queda de Roma – com a extensão equivalente do modo de produção feudal que lhe sucedeu, para perceber a diferença entre uma economia relativamente estática e uma dinâmica. Mais dramático ainda, naturalmente, era o contraste dentro do próprio mundo clássico entre sua vitalidade cultural e superestrutural e seu embotamento infra-estrutural: a tecnologia manual da Antiguidade era exígua e primitiva não apenas pelos padrões externos de uma História posterior, mas sobretudo pela medida de seu próprio firmamento intelectual – o qual, em muitos aspectos críticos, sempre permaneceu bem mais alto que o da Idade Média ainda por chegar¹²⁸.

O trabalho escravo levou a estagnação técnica, pois não havia estímulo para a criação de técnicas que economizassem o trabalho. Os homens livres pensantes, principalmente os filósofos gregos, não estavam preocupados com o aprimoramento da técnica. De acordo com Labastida (1969), no modo de produção escravista, quem trabalhavam eram os escravos (que existiam em abundância), e esses não tinham uma razão objetiva para desenvolver a técnica, nem aumentar a produção (p. 55); outro fator a ser considerado é que, o desenvolvimento técnico libertaria os escravos do trabalho (p. 55). Esse autor ainda afirma que, para os gregos,

¹²⁶ Ibidem, p. 22.

¹²⁷ Ibid., p. 19.

¹²⁸ Ibid., p. 26.

por exemplo, importava mais o domínio sobre os instrumentos de brinquedos, do que o domínio técnico sobre a natureza que desenvolvesse a produção (p. 56).

Por isso, como uma saída para aumentar a produtividade da produção, os donos de escravos investiram no aumento do contingente de escravos.

Já que toda a produção destes pertencia ao seu senhor, aos escravos não interessava o aumento da produtividade. Ao contrário, eles afirmavam a sua humanidade rebelando-se contra as tarefas que lhes eram impostas. Por isso, durante o escravismo praticamente não ocorreu o desenvolvimento da técnica e dos métodos de organização de produção. Para os senhores, a única forma de aumentar a riqueza era aumentar a quantidade de escravos que possuíam. Para isso conquistaram enormes impérios, dos quais retiravam os escravos de que necessitavam. (LESSA; TONET, 2011, p. 57).

Entre os séculos I e II d.C., o Império Romano alcançou seu auge. Nesse período, ele estava dividido em quatro partes: primeira: Gália, Espanha, Grã-Bretanha e as províncias alpinas; segunda: Cartago, Sardenha, África, Numídia e Mauritânia; terceira: a região de Danúbio (povos ilírios, trácios e celtas), Dalmácia, Panônias, Mésias, Dácia e Trácia; e quarta: Ásia Menor e Síria (ROSTOVTZEFF, 1977, p. 219-220). Devido à extensão do Império Romano, a economia contava com as regiões mais férteis da Europa, florestas virgens, minas e pedreiras, rios e mares.

O elemento que dava coesão a esses povos no Império Romano era a cultura da cidade, “uma associação de homens com hábitos, necessidades e interesses comuns, tanto físicos como mentais [...]”¹²⁹. Esse império contava com um aparato administrativo que tinha controle total sobre as províncias. Os homens de negócios (procuradores) administravam as províncias imperiais, recolhiam impostos e controlavam a receita e a despesa.

No século III d.C., o Império Romano começou a declinar, principalmente nas esferas econômica e política. Essa crise deixou o império vulnerável a possíveis ataques dos povos bárbaros (povos estrangeiros fora do domínio do Império Romano).

No final do século III d.C., os francos e algumas tribos germânicas foram para Gália e Espanha; os alamanos e jutúngidas foram para Itália; os carpos para Dácia e Mésia; os hérulos para Trácia e Grécia; os godos para Ásia Menor; os persas para Cilícia, Capadócia e Síria; e os nômades mouros e blêmios para África do Norte (ANDERSON, 1991, p. 81). Com as invasões, o Império Romano ficou fragmentado e desestabilizado. Somente no final do século III o império começou a se recuperar gradualmente.

¹²⁹ Ibidem, p. 217.

No início do século IV d.C., o Imperador Constantino dividiu em dois o Império Romano: Império do Ocidente (capital Roma) e Império do Oriente (capital Constantinopla). As características gerais do império foram mantidas em ambos. Com Constantino, houve um deslocamento do sistema imperial romano para Constantinopla, no Mediterrâneo Oriental. As províncias orientais começaram a prevalecer por dois motivos: primeiro, com o início da crise do modo de produção escravista o ocidente foi o maior prejudicado; segundo, a cultura do ocidente estava declinando.

Devido à crise do Império Romano, iniciou-se também uma queda no comércio urbano e na produção nas províncias, consequências da coleta de impostos. Surgia então uma gradual ruralização do Império Romano que originou a crise final da Antiguidade, acompanhada do início da estagnação das cidades. Os pequenos proprietários e rendeiros, que sempre existiram ao lado dos escravos, começaram a ser protegidos pelos grandes proprietários agrícolas das arrecadações fiscais e do recrutamento do Estado.

O Império Romano tinha atingido um extenso território, isso provocou um aumento do número de escravos e uma queda da eficiência do Estado, pois este não conseguia assegurar a organização administrativa de um vasto território. Esse processo de dissolução da sociedade escravista é resumido em uma passagem de Lessa e Tonet (2011, p. 58):

Contudo, a eficiência do Estado foi diminuindo conforme aumentavam o número de escravos e o tamanho do império. E, a partir de um dado momento histórico, o exército e o Estado haviam crescido tanto (e, com eles, a corrupção) que a riqueza que eles propiciavam aos senhores já não era suficiente para mantê-los. Os seus custos se tornaram maiores do que os lucros dos senhores. Em outras palavras, os impostos se tornaram tão caros que os senhores já não tinham como pagá-los. Soldados e funcionários públicos começaram a receber cada vez menos.

Nos séculos IV e V d.C., os poderes jurídicos dos proprietários de terra aumentaram no Império Romano através dos decretos dos imperadores Constantino, Valente e Arcádio. O escravo deixou de ser considerado uma mercadoria, e foi banida a sua venda desvinculada da terra. A classe senatorial começou a perder seus comandos militares e sua influência política no século III, por outro lado, os senadores não foram destituídos de suas terras.

O colapso final do sistema imperial veio com uma onda de invasão dos povos bárbaros no século V d.C.: em 406 d.C., formação da informal confederação de suevos, vândalos e alanos; em 410, os visigodos saquearam Roma; em 439 os vândalos tomaram Cartago (norte da África); em 480 os burgúndios na Savóia (norte da Itália), os visigodos na Aquitânia (região da França), os vândalos no Norte da África e os ostrogodos na Itália. Com isso, a unidade política, econômica e militar do Império Romano foi fragmentada (ANDERSON,

1991, p. 108). O processo de invasão dos povos germânicos não parou por aí. “Os visigodos viajaram dos Bálcãs para a Espanha; os ostrogodos, da Ucrânia para a Itália; os vândalos, da Silícia à Tunísia; os burgúndios, da Pomerânia à Savóia.” (ANDERSON, 1991, p. 109).

As tribos germânicas não eram capazes de trazer um novo universo político que substituísse o Império Ocidental. Elas ainda viviam em comunidades primitivas, sem desenvolvimento de um alto nível da política¹³⁰. A comunidade romana manteve sistema administrativo, estrutura, funcionários e sistema jurídico nas mãos da classe proprietária provincial.

Ainda faltava um elemento que pudesse unificar os territórios conquistados pelos povos bárbaros: a religião cristã.

A religião cristã consagrou o abandono do mundo subjetivo da comunidade de clã: uma ordem divina mais extensa era o complemento espiritual de uma autoridade terrestre mais firme. Aqui também, a primeira onda de invasores germânicos reproduzia a mesma combinação de respeito e distância às instituições do Império. Eles adotaram unanimemente o arianismo, em vez da ortodoxia cristã, e assim asseguraram uma identidade religiosa separada dentro do universo comum da cristandade. A consequência foi uma Igreja Germânica, paralela à Igreja Romana, em todos os reinos bárbaros iniciais. [...] As duas crenças coexistiram pacificamente em outras regiões, e no século V o proselitismo entre as duas comunidades era mínimo¹³¹.

O Imperador Constantino se converteu ao cristianismo e institucionalizou o cristianismo no Estado. O cristianismo começou a crescer e dominar todo o Império Romano. Com a cristianização do império, os bispos e o clero das províncias ocidentais latinizaram as massas rurais¹³². Essa instituição viveu de forma parasitária no modo de produção feudal e estabeleceu normas sociais ao homem. Foi com Pepino III (Reino Franco) que houve a introdução do pagamento de dízimo a Igreja.

A igreja cristã teve um papel significativo no processo de transição da Antiguidade ao Feudalismo: “[...] uma única instituição abarcou toda a transição da Antiguidade à Idade Média em continuidade essencial: a Igreja Cristã. Ela foi, realmente, o principal e frágil aqueduto sobre o qual passavam agora as reservas culturais do Mundo Clássico ao novo universo da Europa feudal”¹³³. A igreja contribuiu para enfraquecer também os poderes do sistema político romano.

¹³⁰ Ibidem, p. 109.

¹³¹ Ibid., p. 114.

¹³² Ibid., p. 127.

¹³³ Ibid., p. 126.

Aos poucos a religião cristã foi adotada por todos os povos do Império Romano: os francos adotaram o catolicismo com o batismo de Clóvis nos últimos anos do século V; os anglo-saxões foram convertidos por missões romanas no século VII; os visigodos, na Espanha, se converteram em 587 com a conversão de Ricardo; e o reino lombardo aceitou o cristianismo em 653.

Com a ruralização da sociedade, os nobres começaram a ser nomeados condes com poderes judiciais e militares (ANDERSON, 1991, p. 132). As terras começaram a ser arrendadas numa relação de troca de serviços: “No decorrer do século VIII, a vassalagem (homenagem pessoal) e o benefício (concessão de terras) lentamente fundiram-se, ao passo que, durante o século IX, o benefício, por sua vez, se tornou cada vez mais assimilado à honra (ofício e jurisdição pública)”¹³⁴.

Os bárbaros não duraram muito tempo em algumas regiões da Europa: “a expansão franca subjogou os burgúndios e expulsou os visigodos da Gália. As incursões bizantinas esmagaram, exterminaram os ostrogodos na Itália. Finalmente, invasores islâmicos fizeram recuar o governo visigodo na Espanha”¹³⁵.

O processo de dissolução da sociedade escravista durou três séculos. Com a queda do Império Romano do Ocidente, no ano 500, e a colisão e fusão do modo de produção escravista (romano) e do modo de produção comunal (bárbaros/germânico) surge o feudalismo.

A partir de um processo lento, houve a fusão das formações sociais romana e germânica, fazendo emergir uma síntese desse processo que deu origem ao feudalismo: “Em oposição ao caráter ‘cumulativo’ e convergente de dois modos de produção distintos e anteriores, e a *recombinação* de seus elementos desintegrados liberou a adequada síntese feudal, que, portanto, sempre manteve um caráter híbrido”¹³⁶.

O sistema de vassalagem do feudalismo tem origem germânica e romana, como aponta Anderson (1991, p. 125, grifos originais): “a vassalagem assim pode ter tido suas principais raízes tanto nos *comitatus* germânico quanto na clientela galo-romana; as duas formas de corte aristocráticas que existiram em cada lado do Reno bem antes do fim do Império, ambas tendo contribuído para o surgimento definitivo do sistema de vassalagem”.

Se na Antiguidade clássica a vida era regida pelas cidades, no Feudalismo a vida do homem girava em torno do campo. Este, por sua vez, dominou a vida sobre a cidade. Apesar

¹³⁴ Ibidem, p. 133-134.

¹³⁵ Ibid., p. 116.

¹³⁶ Ibid., p. 18-19.

da ascensão do campo na vida dos homens, os germânicos preservaram e desenvolveram a cultura romana.

Nas últimas décadas do século IX, o feudo, terra concedida pelo suserano a um vassalo, era comum na Europa. Os feudos eram regiões com poderes jurídicos e políticos próprios e forneciam, em troca dessa autonomia, serviço militar. Nesse período, toda a França ficou cheia de castelos e fortificações, instalações necessárias para proteção dos habitantes do feudo de guerras locais ou ataques de bárbaros.

O Feudalismo não se desenvolveu de forma homogênea pela Europa. Existiram diferenças de região para região, cada uma delas com suas particularidades. Por isso, Perry Anderson, em sua exposição, divide e explica as características do feudalismo na Europa Ocidental e do feudalismo na Europa Oriental. Essa distinção é essencial para entender a formação social do continente Europeu, pois, segundo Anderson (1991, p. 17), a história do feudalismo na Europa tem sido resumida apenas na Europa Ocidental, desconsiderando o processo histórico que a Europa Oriental teve na formação do feudalismo¹³⁷.

Após o longo processo de queda do Império Romano do Ocidente, a Europa Ocidental tinha uma “população mais esparsa e cidades mais fracas, aristocracia grandiosa e campesinato explorado em arrendamentos, anarquia política e vulnerabilidade estratégica às invasões germânicas”¹³⁸. Esse cenário foi fundamental para a consolidação do feudalismo.

O Feudalismo na Europa Ocidental surgiu a partir “[...] de uma síntese entre os modos de produção escravo e comunal-primitivo em desintegração, formações sociais centradas nos campos e nas cidades”¹³⁹. Isto é, a Europa Ocidental sofreu as consequências da síntese dos elementos liberados pela dissolução do modo de produção comunal e do modo de produção escravista.

Na própria Europa Ocidental, a transição para o feudalismo ocorreu de formas diferentes em cada região. O feudalismo se desenvolveu a partir de uma “síntese equilibrada” apenas na região central da Europa:

[...] essencialmente, do Norte da França e zonas contíguas, a terra do Império Carolíngio. Ao sul dessa área, na Provença, na Itália ou na Espanha, a dissolução e a recombinação dos modos de produção bárbaro e antigo sob o legado dominante da Antiguidade. Ao norte e leste, na Germânia, Escandinávia e Inglaterra, onde o governo romano jamais penetrara ou apenas se havia enraizado superficialmente, houve, ao contrário, uma lenta transição ao feudalismo, sob a dominância nativa da herança bárbara. (ANDERSON, 1991, p. 150-151).

¹³⁷ Além disso, a discussão da gênese do feudalismo, no geral, permaneceu com poucos estudos sistemáticos, ao contrário da gênese do capitalismo, que ganhou mais atenção (ANDERSON, 1991, p. 18).

¹³⁸ Ibidem, p. 16.

¹³⁹ Ibid., p. 210.

A síntese do modo de produção escravista e do modo de produção comunal produziu vários tipos de formações sociais na Europa Ocidental:

As formações sociais concretas da Europa medieval eram sempre sistemas complexos, nos quais sobreviviam outros modos de produção entrelaçados com o feudalismo propriamente dito: os escravos, por exemplo, existiram por toda a Idade Média, e os camponeses livres nunca foram totalmente eliminados em lugar algum durante este período obscurantista¹⁴⁰.

As formações sociais europeias se apresentaram de formas diferentes e com particularidades regionais. A França foi o centro do feudalismo europeu; o poder feudal estava ligado fortemente ao solo; e existia uma iniciativa econômica e política¹⁴¹. Na Inglaterra, o feudalismo foi implantado de cima para baixo pelos conquistadores normandos, por isso, houve uma síntese tardia das duas formações sociais adiantadas (romana e germânica); e o Estado era altamente centralizado¹⁴².

Ainda segundo Anderson, na Germânia prevalecia o caráter comunal e primitivo da sociedade rural, por isso, o feudalismo completo somente ocorreu no século XII¹⁴³. A região da Itália sobreviveu a algumas tradições clássicas, nela não houve perda da vida urbana, por isso, houve uma combinação de feudos e propriedades urbanas¹⁴⁴. Na Espanha houve indefinidas combinações de elementos germânicos e romanos devido à conquista muçulmana¹⁴⁵. Portugal foi a última monarquia feudal a surgir na Europa ocidental devido, também, à conquista muçulmana¹⁴⁶.

No Extremo norte europeu, o determinante histórico foi a natureza da estrutura social dos Vikings, povos que haviam dominado essa região¹⁴⁷. As cidades se constituíam como a força do comércio, havia presença de uma aristocracia guerreira e de tráfico de escravos. Os escravos trabalhavam na agricultura, por isso, o feudalismo desenvolvido nessa região é o da “escravidão com servidão”. Dessa região, a Suécia foi a representante do tipo mais puro na época do final da Idade média. A Escandinávia não tinha se integrado ao Império Romano, por isso, não participou da síntese original dos modos de produção escravo, em dissolução no final da Antiguidade, e dos modos de produção primitivo, das tribos germânicas (ANDERSON, 1991, p. 174).

¹⁴⁰ Ibidem, p. 150.

¹⁴¹ Ibid., p. 153.

¹⁴² Ibid., p. 154-156.

¹⁴³ Ibid., p. 157-160.

¹⁴⁴ Ibid., p. 161.

¹⁴⁵ Ibid., p. 163.

¹⁴⁶ Ibid., p. p. 167.

¹⁴⁷ Ibid., p. 171.

Apesar das particularidades de cada formação social do ocidente europeu, todas entraram na órbita do feudalismo. Cada região da Europa Ocidental carregou as principais características do feudalismo ocidental. Outro aspecto importante foi o desligamento da Igreja do antigo Estado imperial romano. Ela se tornou autônoma e passou a ter domínio sobre as crenças e os valores, uma vez que, a sociedade europeia estava cristianizada.

Na Europa Oriental, o feudalismo não se desenvolveu da mesma forma que na Europa Ocidental, pois, não houve aquela síntese das formações sociais romanas e germânicas. A marca principal da Europa Oriental para o desenvolvimento do feudalismo foi a ausência da Antiguidade, civilização urbana e modo de produção escravista¹⁴⁸.

Para Anderson houve

[...] a ausência permanente daquela síntese ocidental específica entre um modo de produção tribal e comunal em desintegração, baseado em uma agricultura primitiva e dominado por aristocracias guerreiras rudimentares, e um modo de produção escravo em dissolução, com a civilização urbana extensiva, baseada na troca de mercadorias e em um sistema de Estado imperial¹⁴⁹.

O Império Romano não conquistou todas as terras da Europa Oriental, visto que uma parte Oriental da Europa não se integrou a esse império. Esse lado da Europa possuía “inúmeras e ricas cidades, economia desenvolvida, um campesinato de pequenas propriedades, relativa unidade cívica e distância geográfica da violência dos ataques bárbaros”¹⁵⁰.

Os povos eslavos eram predominantes na Europa Oriental e também sofriam diversas invasões de nômades vindos da Ásia Central. Eles possuíam o nomadismo pastoril e seus meios básicos de produção eram os rebanhos. Esses rebanhos pertenciam às famílias, e as pastagens dos rebanhos pertenciam aos clãs ou tribos nômades. A produção dos povos eslavos era coletiva. Esses povos não podiam viver da agricultura devido ao solo inapropriado, viviam apenas da criação de rebanhos, utilizando o ambiente inóspito a seu favor. Por isso, eles não desenvolveram cidades ou tiveram qualquer progressão em aspectos urbanos.

Existia uma aristocracia pastoril baseada no tamanho do rebanho. Houve uma passagem do regime coletivo das tribos para a formação de um Estado, como mostra Anderson (1991, p. 216):

¹⁴⁸ Ibidem, p. 220.

¹⁴⁹ Ibid., p. 205.

¹⁵⁰ Ibid., p. 16.

A conquista militar e a exploração fiscal inevitavelmente estratificaram de modo marcante as comunidades de clã originais; a passagem de uma confederação tribal a um Estado tributário automaticamente gerou uma dinastia de príncipes e uma nobreza governante, separada dos nômades comuns organizados em exércitos regulares comandados por eles.

Para o surgimento do feudalismo no oriente da Europa, houve a passagem da aristocracia tribal para uma aristocracia feudal. Os sucessivos assaltos nômades à Europa Oriental retardaram o surgimento e o desenvolvimento nativo de forças de produção e dos sistemas de Estado. A implantação de um sistema feudal estável e saudável era muito difícil.

Os povos da Europa Oriental não presenciaram a passagem de uma sociedade escravista, passaram direto para a sociedade feudal, como afirma Anderson:

No Oriente, não houve um modo de produção escravo anterior, de maneira que o ponto de partida para qualquer evolução em direção à servidão foi necessariamente diferente e mais rude. Mas aí também, a sociedade rural na primeira época depois que foram estabelecidos os sistemas de Estado foi heterogênea e de transição em toda parte: o grosso do campesinato ainda não tinha experimentado a servidão¹⁵¹.

A Igreja Cristã chegou ao lado oriental da Europa através da cristianização dos príncipes, que, por consequência, cristianizava seus súditos.

Anderson aponta algumas diferenças entre o feudalismo na Europa Ocidental e Europa Oriental¹⁵². Existiu a compatibilidade das terras comunais e de lotes camponeses dos modos de produção pré-feudais no feudalismo ocidental, com o modo de produção feudal; houve o desenvolvimento de uma economia agrária natural; e também o desenvolvimento de uma hierarquia oscilante nas dependências feudais¹⁵³.

Como podemos ver, a característica fundamental do feudalismo na Europa Oriental foi a ausência de síntese do modo de produção primitivo e o modo de produção escravo. Outras características marcaram o feudalismo na Europa Oriental, quais sejam: presença de escravos prisioneiros de guerra trabalhando no campo; ausência de prosperidade de cidades, desenvolvimento urbano, entre outras.

Nessa região predominava o nomadismo pastoril, que tem como característica principal o caráter móvel de seus meios básicos de produção: os rebanhos, riqueza da aristocracia pastoril. Os povos eslavos trabalhavam na produção de rebanhos, e não existia divisão dos trabalhos manual e intelectual. Esses rebanhos pertenciam às famílias, e as pastagens pertenciam aos clãs ou tribos nômades. O solo não era apropriado privadamente,

¹⁵¹ Ibidem, p. 225.

¹⁵² Ibid., p. 144-147.

¹⁵³ Ibid., p. 144-147.

pertenciam aos clãs ou tribos, e, apesar do ambiente inóspito, as sociedades nômades souberam utilizar os recursos que tinham produtivamente. Segundo Anderson (1991, p. 225), o feudalismo no oriente europeu surgiu somente depois “[...] de um necessário período de trabalho de pasto” e da passagem da aristocracia tribal a uma feudal.

Esses povos predominaram nessa região. O crescimento agrícola eslavo, no Oriente, era interrompido pelos ataques das invasões nômades, o que retardava e impedia o progresso nativo de forças de produção e dos sistemas de Estado do Oriente. Na Polônia, Rússia, Letônia, Boêmia, Hungria e Lituânia somente houve a deterioração do campesinato nativo no século XII em direção à servidão¹⁵⁴.

Na verdade, o Oriente ainda tinha de passar por todo um ciclo histórico de desenvolvimento servil, exatamente quando o Ocidente estava saindo dele. Esta é afinal a mais profunda razão por que as consequências econômicas da crise geral do feudalismo europeu seriam diametralmente opostas nas duas regiões: a atenuação das obrigações e definhamento da servidão no Ocidente, a reação senhorial e a implantação da servidão no Leste¹⁵⁵.

Percebemos até aqui que, para a consolidação do feudalismo, houve um processo longo e lento da passagem da antiguidade para o sistema feudal. A partir da colisão das formações sociais romanas e germânicas surgiram as principais características do feudalismo, principalmente, o feudalismo na Europa Ocidental. O surgimento desse novo modo de produção não se deu de forma homogênea, variou de região para região.

Com a instauração do feudalismo, a vida do homem era regida por feudos, unidades autossuficientes e fortificações militares, e sustentada pelo trabalho dos servos (LESSA; TONET, 2001, p. 61). Os servos eram donos das ferramentas e de parte da produção, diferente dos escravos da Antiguidade Clássica; o senhor feudal ficava com a maior parte da produção, exigia obediência do servo, defendia o feudo de invasões¹⁵⁶.

Devido a esta nova forma do homem se relacionar com a natureza, houve um avanço das forças produtivas e das relações sociais. Com o vínculo do homem a terra e com a determinação do poder e riqueza a partir dela, surgia um novo homem, um novo modo de vida. Por isso, este será o foco do nosso próximo item, entender a vida do homem a partir da sua vinculação a terra no modo de produção feudal.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 231.

¹⁵⁵ Ibid., p. 254.

¹⁵⁶ Ibid., p. 61-62.

4.2 A VIDA DO HOMEM REGIDA PELA TERRA A PARTIR DO MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL

Vimos no item anterior que, as civilizações clássicas gregas e romanas utilizaram o trabalho escravo em larga escala, principalmente na agricultura. Esse tipo de trabalho impossibilitou o desenvolvimento da técnica, pois, não havia essa preocupação com os meios de produção do trabalho do escravo. Devido ao aumento do contingente de escravos, expansão das províncias, ineficácia do Estado em organizar o Império Romano, invasões dos povos germânicos etc., a sociedade escravista começou a se ruralizar e, conseqüentemente, a estagnar as cidades.

Como vimos no item anterior, a vassalagem (sistema de benefício pessoal de origem germânica) se fundiu com o benefício (concessão de terras), emergindo as bases de relação senhorial (ANDERSON, 1991, p. 133-134). Nesse processo, a Igreja contribuiu para o enfraquecimento do sistema político e a cristianização de todo o império. Ela começou a ganhar poder político e riquezas no Império Romano. Com isso, surgiram as bases do feudalismo.

No início do feudalismo, nobres de confiança foram nomeados condes com poderes militares e judiciais. Efetuou-se a concessão de terras (benefício) em troca da vassalagem (de raiz no *comitatus* germânico). A vassalagem (tributo que o vassalo devia ao soberano) e o benefício fundiram-se durante o século IX¹⁵⁷.

A vida medieval era coletiva: formada por grupos, ordens, associações e irmandades, por isso, Tuchman (1989, p. 38) afirma que “o homem nunca estava só”. Após a constituição do feudalismo, a sociedade feudal estava organizada em três classes: os servos (camponeses e artesãos), o clero (sacerdotes, abades, bispos, arcebispos e padres) e a nobreza (reis, príncipes, condes, viscondes, duques, arquidukes e cavaleiros)¹⁵⁸. O clero e a nobreza governavam, enquanto os servos trabalhavam, principalmente, em plantações e em criações de animais. Em troca, a Igreja rezava por todos e a nobreza dava proteção militar (HUBERMAN, 2008, p. 14-15).

A estrutura política se baseava no contrato de troca de serviços e fidelidades. Em troca de proteção, justiça e ordem, o camponês devia parte da sua produção e trabalho ao seu

¹⁵⁷ Ibid., p. 133-134.

¹⁵⁸ Da mesma forma que, para o Cristianismo, ao redor de Deus existem arcanjos, querubins, serafins etc., ao redor do Rei (figura de Deus sobre a Terra) existiam os marqueses, condes, duques etc. (LABASTIDA, 1969, p. 58).

senhor. A terra simbolizava o selo de juramento de fidelidade do servo ao senhor, e o *conjuratio* era o juramento de lealdade recíproca.

Os servos, principalmente os camponeses, estavam ligados a terra e trabalhavam nela para os senhores em troca do direito de arrendá-las para subsistência. A terra arável dividia-se em duas partes: uma pertencia ao senhor e a outra ao arrendatário, que trabalhava em sua terra e na do senhor. Segundo Huberman (2008, p.07, grifos originais), “chamava-se de ‘servos’ a maioria dos arrendatários, da palavra latina *servus*, que significa ‘escravo’”.

A relação de arrendamento da terra era complexa e sistemática: “ servo, aldeão ou cidadão ‘arrendava’ sua terra do senhor do feudo que, por sua vez, ‘arrendava’ a terra de um conde, que já a ‘arrendara’ de um duque, que, por seu lado, a ‘arrendara’ do rei. E, às vezes, ia ainda mais além, e um rei ‘arrendava’ a terra a um outro rei!”¹⁵⁹. Ainda segundo esse autor, “as pessoas que arrendavam diretamente ao rei, fossem nobres ou cidadãos comuns, eram chamadas ‘principais arrendatários’”¹⁶⁰.

A terra do senhor tinha que ser arada, semeada e ceifada primeiramente, em seguida, o servo poderia trabalhar na sua parte da terra. Comparado ao escravo da antiguidade, o servo tinha mais autonomia e independência. “Nesse contexto, a grande novidade histórica do feudalismo está no fato de que – diferentemente de tudo o que ocorrera nas relações entre o escravo e o seu senhor – os servos ficavam com uma parte da produção e, assim sendo, interessava aos servos aumentá-la” (LESSA; TONET, 2011, p. 62).

Diferente do escravo, o servo tinha família, lar e a terra para trabalhar (HUBERMAN, 2008, p. 07). Os servos eram subjugados ao senhor, já este vivia do trabalho e explorava o trabalho dos servos. Apesar dessa autonomia, “os camponeses eram mais ou menos dependentes. Acreditavam os senhores que os servos existiam para servi-los. Jamais se pensou em termos de igualdade entre senhor e servo.” (ANDERSON, 2008, p. 08).

Tuchman (1989) aponta que, tanto o servo pertencia ao senhor, desde o nascimento, quanto seus filhos; ele estava proibido de casar fora da propriedade do senhor; se o servo morresse sem deixar filhos, seus bens ficariam para o senhor (p. 159). O camponês, além de trabalhar para o senhor, pagava taxa de tudo que usava, por exemplo: moer o grão no moinho do senhor, cozer pão no forno do senhor etc. (p. 159).

A partir dessa exploração, o servo sustentava a nobreza e o clero. O camponês trabalhava na agricultura, prestava serviços de reparo em estradas, pontes e fosso, e o artesão fabricava utensílios, fiava roupa, entre outros serviços no castelo (TUCHMAN, 1989, p. 159).

¹⁵⁹ Ibidem, p. 09.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 10.

No feudalismo houve inovações técnicas que contribuíram para aumentar a capacidade de produção, quais sejam: o arado de ferro para lavrar a terra, arreios para cavalos, moinho de água¹⁶¹ com força mecânica, roda de fiar e tear, adubo calcário para o solo e sistema de plantação de três campos (ANDERSON, 1991, p. 178; TUCHAMAN, 1989, p. 10). Apesar do avanço técnico no feudalismo, a produção dependia principalmente da força de trabalho e da força do animal (geralmente gado), as forças da natureza, como vento e água, eram utilizadas para potencializar a produção (TUCHMAN, 1989, p. 53).

Após a cristianização do antigo Império Romano, a Igreja estava presente na vida dos homens. Essa instituição tornou-se autônoma perante o Estado feudal e aumentou seus domínios através do dízimo (10% das rendas dos fieis), tornando-se uma instituição forte, rica e poderosa, além de proprietária de terras.

Esse conflito entre a procura pelo divino e a atração das coisas terrenas seria o problema central da Idade Média. A Igreja pretendia a liderança espiritual e não conseguia ser inteiramente convincente para todos os seus adeptos quando se baseava na riqueza material. Quanto mais riquezas a Igreja acumulava, mais evidente e perturbadora se tornava essa falha, cuja solução foi impossível e que continuou a renovar a dúvida e a discordância a cada século¹⁶².

O clero tinha domínio sobre as crenças e os valores e participava das principais decisões da política. A religião cristã controlava “[...] o nascimento, casamento e morte, sexo, comida, estabelecia as regras do direito e da medicina, dava à filosofia e à erudição sua matéria. A participação da Igreja não era uma questão de escolha, mas compulsória [...]”¹⁶³.

A Igreja dominava a vida social. Ela era confortadora, protetora, médica¹⁶⁴, dava perdão¹⁶⁵ e prometia a salvação eterna¹⁶⁶; condenava os gastos dos plebeus e afirmava que a extravagância e o luxo prejudicavam a virtude do homem¹⁶⁷; assistia os necessitados da sociedade, por exemplo: indigente, doente, órfão, leproso, deficientes¹⁶⁸; por outro lado, era uma instituição corrupta, pois vendia absolvição para qualquer pecado¹⁶⁹.

¹⁶¹ O moinho de água geralmente pertencia ao senhor e só ele podia obtê-lo, com isso o campesinato pagava uma taxa para moer seu produto no moinho do senhor (ANDERSON, 1991, p. 179).

¹⁶² Ibidem, p. 8.

¹⁶³ Ibid., p. 32.

¹⁶⁴ Ibid., p. 32.

¹⁶⁵ Ibid., p. 33.

¹⁶⁶ Ibid., p. 34.

¹⁶⁷ Ibid., p. 20.

¹⁶⁸ Ibid., p. 34.

¹⁶⁹ Ibid., p. 29.

Para a Igreja, o dinheiro era mal e o comércio também¹⁷⁰, o lucro era considerado avareza¹⁷¹ e ganhar dinheiro com empréstimo era usura¹⁷²; além disso, pregava a obediência do servo ao senhor, e que se o servo não pagasse o dízimo a Igreja colocaria sua alma em risco¹⁷³. No geral, a população fazia a comunhão e a confissão uma vez ao ano, no dia de páscoa¹⁷⁴; na hora da morte, o enfermo se confessava, faziam devoluções de terras e destinava dinheiro para caridade¹⁷⁵.

A Igreja dominava a contagem do tempo: o calendário e a história eram contados a partir da religião cristã, como afirma Tuchman:

A criação do mundo foi datada de 4.484 anos antes da fundação de Roma, e a história moderna, desde o nascimento de Cristo. [...] As horas do dia eram denominadas segundo as horas de orações: matinas em torno da meia-noite; laudes, em torno das três da manhã; primas, à primeira luz do dia, ao nascer do sol ou cerca de seis da manhã; vésperas, às seis da tarde; e completas, na hora de dormir. A contagem do tempo baseava-se nos movimentos do Sol e das estrelas, o relógio da natureza, que eram conhecidos e observados atentamente¹⁷⁶.

O clero e a nobreza governavam a vida de todos. Juntos, eles tinham terra, poder, exército e influência nos homens. “A Igreja prestava ajuda espiritual, enquanto a nobreza, proteção militar. Em troca exigiam pagamento das classes trabalhadoras, sob a forma de cultivo das terras” (HUBERMAN, 2008, p. 14-15).

O título de um nobre vinha com o nascimento e a linhagem, e sua principal característica era o manuseio de espadas, que servia para proteger todo o feudo (TUCHMAN, 1989, p. 15). A nobreza lutava para defender o clero e o servo, além disso, mantinha a justiça e a ordem, ele “deveria proteger o povo da opressão, combater a tirania e cultivar a virtude”¹⁷⁷. “A nobreza formava a segunda ordem da monarquia, sendo, porém, a classe dominante da sociedade” (SOBOUL, 1981, p. 23).

Na teoria os cavaleiros, parte da nobreza, deveriam proteger os oprimidos e defender a justiça e a Fé, quando na verdade eles eram os verdadeiros opressores dos servos (TUCHMAN, 1989, p. 15). Na nobreza, a palavra era a essência da cavalaria, pois, “o

¹⁷⁰ Ibid., p. 36.

¹⁷¹ O banqueiro, mercador e o negociante, por exemplo, viviam em pecado, na contradição cotidiana (TUCHMAN, 1989, p. 36).

¹⁷² Ibid., p. 36.

¹⁷³ Ibid., p. 160.

¹⁷⁴ Ibid., p. 218.

¹⁷⁵ Ibid., p. 218.

¹⁷⁶ Ibid., p. 52.

¹⁷⁷ Ibid., p. 15.

cavaleiro que faltasse ao seu juramento era acusado de ‘traição’ por faltar aos princípios da ordem da cavalaria”¹⁷⁸.

A nobreza possuía vários privilégios, quais sejam:

[...] porte de espada, banco reservado na igreja, degolamento em caso de condenação à morte e não o enforcamento; sobretudo, isenção da *taille*, da corveia nas estradas, do alojamento de guerreiros: direito de caça, monopólio de acesso aos graus superiores do exército, às dignidades da Igreja e aos altos cargos da magistratura. (SOBOUL, 1981, p. 23).

Existiam três tipos de nobrezas: a nobreza palaciana, a nobreza provincial e a nobreza judiciária. A primeira “tinha alto trem de vida, sustentada pelas pensões que lhe servia a prodigalidade real, os soldos militares, os lucros dos encargos do Palácio, as abadias *em comenda*, [...] isto sem falar no recurso que tirava de seus vastos domínios”¹⁷⁹; o recurso da nobreza provincial “[...] consistia na percepção dos direitos feudais, aos quais eram submetidos os camponeses. [...] Ademais, muitos nobres da província vegetavam em suas mansões arruinadas, cada vez mais detestados pelos camponeses a quem insuflavam azedume com a exigência do pagamento dos direitos feudais”¹⁸⁰; a nobreza judiciária “constituiu-se depois que a monarquia desenvolveu seu aparelho administrativo e judiciário”¹⁸¹.

Os casamentos da nobreza eram, segundo Tuchman (1989), uma forma de relações internacionais, fonte de territórios, soberanias e alianças (p. 45). Os nobres possuíam os seguintes hábitos: lavavam as mãos antes das refeições, tomavam banho com frequência, faziam refeições diárias (almoço as dez da manhã e o jantar ao anoitecer)¹⁸².

Tuchman também descreve as vestimentas e o comportamento da nobreza:

As roupas suntuosas não puderam ser eliminadas, apesar das sempre renovadas leis do luxo, que tentaram, repetida e especialmente, acabar com os sapatos pontudos. Mesmo quando cheias na ponta, para que se encurvassem, ou atadas ao joelho com correntes de ouro e prata, as *poulaines* provocavam um andar pouco natural que era ridículo e suscitava acusações de decadência. Mesmo assim, a classe alta continuou gostando dessa frivolidade, que se tornava cada vez mais elegante, feita por vezes de veludo com pérolas ou couro estampado de ouro, ou que era usada em cores diferentes em cada pé. As capas das damas para a caça eram ornamentadas de guizos, que também pendiam dos cintos, item importante do vestuário, devido ao abundante equipamento que carregavam: bolsa, chaves, livro de orações, rosário, relicário, luvas, saches perfumados, tesouras e uma caixinha de costura. Camisetas e calças longas de linho fino eram usadas; no inverno eram comuns as peles (TUCHMAN, 1989, p. 217).

¹⁷⁸ Ibidem, p. 60.

¹⁷⁹ Ibid., p. 24, grifos originais.

¹⁸⁰ Ibid., p. 24-25.

¹⁸¹ Ibid., p. 25.

¹⁸² Ibid., p. 217.

A vida social acontecia dentro do feudo, terra concedida pelo suserano, que variava de tamanho, de organização e de relações entre o senhor e o servo. “Um feudo consistia apenas em uma aldeia e as várias centenas de acres de terra arável que a circundavam, e nas quais o povo da aldeia trabalhava” (HUBERMAN, 2008, p. 04). O senhor era responsável por resolver os conflitos internos entre os servos, em uma espécie de tribunal, baseado nos costumes e na tradição.

Nas últimas décadas do século IX, o termo *feudum* (feudo) entrou em uso. Foi também o período que a França ficou cheia de castelos e fortificações para resistir aos ataques bárbaros e consolidar o poder local. Essas fortalezas se aproximavam de “uma estrutura militar perfeita” (TUCHMAN, 1989) e representavam proteção para a população.

O modo de produção feudal era regido pela terra e por uma economia natural¹⁸³: o camponês estava unido ao meio de produção, ao solo, numa espécie de relação, os camponeses não eram proprietários da terra, apenas a cultivavam para ele e o seu senhor. Os senhores feudais, por outro lado, eram proprietários da terra e viviam do excedente de produção dos camponeses.

Grande parte das necessidades do servo era produzida dentro do feudo: o servo plantava seu alimento, construía seus móveis e fabricava seu vestuário. “O governo ainda era pessoal, proveniente do feudo de terras e do juramento de preito e homenagem. O elo que formava a estrutura política não se estabelecia entre o cidadão e o Estado, mas sim entre vassalo e o senhor”¹⁸⁴.

O índice de mortalidade infantil na Idade Média era alto, por isso, eram poucos os investimentos no amor de uma criança, pois ela poderia ser substituída por outra; as famílias nobres eram as que possuíam mais filhos¹⁸⁵. Na nobreza, o menino, até os sete anos de idade, ficava com a mãe, que lhe ensinava “boas maneiras” e letras; aos 14 os meninos se tornavam escudeiros e treinavam luta para combate, além de aprender a manusear uma espada; a menina aprendia latim, ensinamento estimulado pela Igreja, lia e escrevia em francês, aprendia música e algumas noções de primeiros socorros (TUCHMAN, 1989, p. 50). Na educação tinha a gramática (fundamento da ciência), a lógica (distingua verdade da falsidade), a retórica (fonte

¹⁸³ O romance de Ken Follett, “Pilares da Terra”, traz um panorama completo da vida feudal. A história se passa no século XII, especificamente de 1120 a 1174 através da história da família de Tom Construtor (construtor de catedrais), do prior Philip, de Aliena e seu irmão Richard, que tiveram o seu pai o conde Bartholomew, morto por traição ao Rei Estevão, e do impiedoso Willian.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 07.

¹⁸⁵ Ibid., p. 48.

da lei), a aritmética (base da ordem), a geometria (ciência da mensuração), a astronomia (ligada à teologia) e a música¹⁸⁶.

Na camada baixa, as mulheres podiam: ser arrendatárias, exercer certos ofícios (têxteis, por exemplo), fabricar cerveja e trabalhos relacionados aos alimentos¹⁸⁷; na camada alta, elas supervisionavam a costura, a tecelagem, a fabricação de cerveja e velas, dirigiam os empregados, e tinham conhecimento de medicina¹⁸⁸. As mulheres possuíam a maior taxa de mortalidade devido aos partos e a vulnerabilidade a moléstias¹⁸⁹.

A vida adulta começava aos 15 anos tanto para os meninos quanto para as meninas; e o casamento era consumado majoritariamente aos 14 anos, pois na alta nobreza, o casamento era celebrado na infância¹⁹⁰.

A Era Carolíngia, no século IX, foi decisiva para a formação do feudalismo, ela retomou o sistema de cunhagem¹⁹¹ de moedas, patrocinou a renovação da literatura, filosofia, arte e educação, juntamente com a Igreja. No campo da arquitetura, destacaram-se as grandes catedrais, símbolos do poder da Igreja na Idade Média. Essas obras “faraônicas” custavam bastante dinheiro e homens, além disso, demoravam em média 50 anos para serem construídas.

Entre os anos 1150-1300, com a volta do comércio, houve um ponto alto nos campos material e cultural. Houve o estímulo à explosão da arte (Dante Alighieri), tecnologia, construção, conhecimento (Tomás de Aquino organizou o conhecimento, e Roger Bacon a ciência experimental), exploração terrestre (Viagem de Marco Polo a China) e marítima, universidades (essas ensinavam os sistemas santificados de Tomás de Aquino (LABASTIDA, 1969, p. 103)), cidades, sistemas de banco etc. (TUCHMAN, 1989, p. 10). No feudalismo, Aristóteles foi a filosofia política, Ptolomeu da filosofia natural, Hipócrates e Galeno da medicina¹⁹².

Por outro lado, a vida medieval era regida pelo inexplicável: os acontecimentos naturais, como tempestade, terremoto, incêndio, gases dos pântanos etc., e os acontecimentos da vida social, por exemplo, ataque cardíaco, eram explicados com base nas superstições (TUCHMAN, 1989, p. 52).

¹⁸⁶ Ibidem, p. 56.

¹⁸⁷ Ibid., p. 199.

¹⁸⁸ Ibid., p. 199.

¹⁸⁹ Ibid., p. 199.

¹⁹⁰ Ibid., p. 192.

¹⁹¹ Anderson (1991, p. 187) afirma que “a volta da cunhagem de moedas à Europa na metade do século XIII, com a fabricação simultânea em 1252 do *janarius* e do *florim* em Gênova e Florença, foi símbolo resplandecente da vitalidade comercial das cidades”.

¹⁹² Ibid., p. 57.

O teatro refletia todos os aspectos da vida medieval, principalmente a dimensão religiosa:

De forma mais completa do que qualquer outro veículo, o teatro refletia a vida medieval. Desenvolvendo-se a partir de autos litúrgicos encenados à porta da igreja, o drama saía às ruas, onde era produzido por guildas e confrarias, em plataformas dotadas de rodas, com diferentes cenários e puxadas em sucessão. As peças iam de cidade em cidade, atraindo um público constituído por toda a sociedade – camponeses e burgueses, monges e estudantes, cavaleiros e damas, e o senhor local num lugar na primeira fila. Quando se tratava de um grande espetáculo, pregoeiros informavam o público com um dia de antecipação. Os temas eram religiosos, mas o estilo de representação era secular, visando ao entretenimento. Todos os mistérios da história cristã, e seu mistério central da salvação pelo nascimento e morte de Cristo, tornavam-se físicos e concretos, apresentados em termos da vida cotidiana – irreverentes, sangrentos, obscenos. Os pastores que vigiavam durante a noite eram mostrados como ladrões de ovelhas, a tragicidade do sacrifício de Isaac era totalmente explorada, o momento cômico favorito era o aparecimento no palco do asno de Balão, ou do que servia de montaria à Virgem, na Fuga para o Egito, ou para os Reis Magos, em lugar de camelos. A imitação dos relinchos do burro, feita pelo ator que vestia a sua pele, e as fezes lançadas com o rabo levantado provocavam gritos de prazer, mesmo quando o burrinho levava Jesus para Jerusalém. Sexo e sadismo eram apreciados no rapto de Diná, na apresentação de Noé nu e bêbedo, nos pecados dos sodomitas, na curiosidade dos Velhos em relação a Suzana, e todas as variedades de carne torturada no martírio dos santos. Cenas de tortura, de um realismo revoltante, eram habituais no teatro, como se um época violenta tivesse transformado a violência em diversão. Nero abrindo a barriga de sua mãe para ver de onde vinha era uma cena montada com a ajuda de vísceras sangrentas, fornecidas pelo açougueiro local, saindo da vítima. A *Schadenfreude* [satisfação com a dor alheia, sadismo (N. do T.)] não foi peculiar à Idade Média, mas os espetáculos eram dela uma variedade sombria, horríveis cenas da tortura na cruz, com os soldados cuspiendo no Redentor do homem¹⁹³.

Isso nos mostra a riqueza do teatro em seus detalhes, histórias e irreverência, e o quanto as histórias da Bíblia eram exploradas de diversas formas. Havia uma complexidade de temática do cotidiano do homem medieval, vejamos:

numa era de ansiedades, os *Milagres de Nossa Senhora*, uma série de peças surgidas na segunda metade do século, proporcionavam o conforto que a fé na onipotência divina podia oferecer. [...] Paixões culpadas, esposas infiéis, dores do parto, freiras devassas e abadessas grávidas, rainhas adúlteras, mortes cruéis de crianças constituíam os enredos. Toda a humanidade – orgulhos cardeais e mendigos, bailios e a mulher do açougueiro, judeus, estalajadeiros, estudantes arruaceiros, cavaleiros, cortadores de lenha, parteiras, idiotas da aldeia – eram as personagens. [...] Nas peças, Deus aparecia vestindo uma roupa branca com uma peruca dourada, bem com barba negra e roupas sarracenas; os diabos e demônios usavam máscaras horríveis, chifres, rabos bifurcados e malhas cobertas de crinas de cavalo. Muitas vezes corriam entre os espectadores, para espotá-los com seu garfo e assustá-los¹⁹⁴.

¹⁹³ Ibidem, p. 286-287.

¹⁹⁴ Ibid., p. 287, grifos originais

O clero e a nobreza criaram as expedições das cruzadas internacionais, do ano 1000 a 1250. As cruzadas tinham o objetivo ideológico de tirar a Terra Prometida dos muçulmanos, no Mediterrâneo, difundir o Evangelho, exterminar pagãos e defender a Terra Santa. Por outro lado, as Cruzadas tinham a finalidade econômica para adquirir bens e terras. Para a nobreza era uma honra viajar em expedições das Cruzadas, além de ser uma oportunidade dos guerreiros melhorarem de vida. Os cavaleiros endividados viam nas Cruzadas uma oportunidade de fazer saques, adquirir terras e fortunas.

Dois Igrejas dominavam a Europa na época das Cruzadas¹⁹⁵: a Igreja Romana, que pretendia estender seus domínios religiosos, e a Igreja Bizantina, que desejava barrar o avanço muçulmano na Europa Oriental (HUBERMAN, 2008, p. 19). Tanto a Igreja Romana quanto a Igreja Bizantina (Constantinopla) utilizaram as cruzadas para alcançar seus objetivos particulares.

Veneza, Gênova e Pisa, cidades comerciais litorâneas da Itália, viram as Cruzadas como uma oportunidade de obter vantagens comerciais tendo o Mediterrâneo como saída. Essas cidades eram símbolos comerciais, além de terem sido responsáveis pela restauração do comércio marítimo na Europa, juntamente com Florença (Itália) e Flandres (Bélgica). O comércio era sustentado por mercados locais, apenas produtos locais, em geral agrícolas, e grandes feiras, negócio de mercadorias em atacado e produtos de várias partes do mundo¹⁹⁶.

As feiras tinham, assim, importância não só por causa do comércio, mas porque aí se efetuavam transações financeiras. No centro da feira, na corte para troca de dinheiro, pesavam-se, avaliavam-se e trocavam-se as muitas variedades de moedas; negociam-se empréstimos, pagam-se dívidas antigas, letras de crédito e letras de câmbio circulam livremente¹⁹⁷.

Apesar da economia e da vida ser voltada ao campo, algumas cidades na Itália e Holanda cresceram a partir do comércio. Através deste, surgiram associações de mercadores que tinham por objetivo obter o controle total dos mercados: determinando os preços das mercadorias e controlando os produtos que entravam e saíam. Os produtos agrícolas eram comercializados em mercados (estes tinham pequeno porte e produtos locais), e feiras (estas tinham grande porte e comércio em atacado). Os grandes mercadores iam às feiras para revender seus produtos estrangeiros mediante pagamento de taxas pela comercialização¹⁹⁸.

¹⁹⁵ Houve 34 Cruzadas entre os séculos VIII e X. E 17 Cruzadas no século XI.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 22.

¹⁹⁷ Ibid., p. 23.

¹⁹⁸ Ibid., p. 22.

O crescimento econômico das cidades produzia uma atmosfera de liberdade (HUBERMAN, 2008)¹⁹⁹. O comércio “é dinâmico, mutável e resistente às barreiras. Não se podia ajustar à estrutura feudal. A vida na cidade era diferente da vida no feudo e novos padrões tinham que ser criados”²⁰⁰. Esse crescimento ocasionou “[...] um grande movimento em termos de arte, tecnologia, construção, aprendizagem, exploração terrestre e marítima, universidades, cidades, sistemas de banco e de crédito, e em todas as esferas que enriqueciam a vida e ampliavam os horizontes” (TUCHMAN, 1989, p. 10).

Os reis concediam à cidade a condição de Comuna (comunidade de iguais), que concentrava a pequena elite da cidade. A população da cidade era diferente da população rural. Os habitantes da cidade

opunham-se à municipalidade dos impostos feudais, pagamentos, ajudas e multas, que eram irritantes, e num mundo em evolução apenas serviam para aborrecer. Desejavam empreender negócios e, assim, empenharam-se em abolir as taxas, de qualquer tipo, que os tolhessem. (HUBERMAN, 2008, p. 28).

As cidades queriam libertar-se das interferências da sua expansão, mas, os senhores feudais e os bispos não queriam largar seu poder e privilégio.

Devido ao comércio, o dinheiro começava a ter centralidade na vida dos homens. Se, no início do feudalismo, o dinheiro era inativo, fixo, móvel, a partir desse momento, tornou-se ativo, vivo e fluido. Se no início a terra refletia o poder e a riqueza do homem, com a expansão do comércio crescia a riqueza em dinheiro. Se no início os sacerdotes e guerreiros, proprietários de terras, eram os extremos da escala social, a partir de então perderam seus postos, visto que surgia uma nova classe média, os comerciantes e burgueses. Se a terra determinava a forma de governo, agora, com uma nova classe, essa estrutura de poder iria ser repensada.

Com a volta do dinheiro, os homens tomavam empréstimos em caso de desgraça, perda da colheita, na perda de uma vaca etc. Os judeus eram os que emprestavam mais dinheiro e eram os mais odiados e perseguidos, isso porque,

de acordo com o sentimento medieval, a pessoa que, nessas circunstâncias, o ajudasse, não deveria lucrar com sua desventura. O bom cristão ajudava o vizinho sem pensar em lucro. [...] Se recebesse mais, estaria explorando o companheiro – o que não se considerava justo. O justo era receber apenas o que se emprestará, nada mais nem menos. (HUBERMAN, 2008, p. 35).

¹⁹⁹ As maiores cidades da Europa no Feudalismo eram Paris, Florença, Veneza e Gênova (TUCHMAN, 1989, p. 90).

²⁰⁰ Ibidem, p. 26.

Essa posição de barrar o empréstimo de dinheiro, ou difundir que era errado ou pecado pela Igreja, limitava a ação e a ascensão dos comerciantes. Com o tempo a doutrina cristã cedeu aos comerciantes, atendendo aos interesses econômicos: “assim, aos poucos foi desaparecendo a doutrina da usura da Igreja, e a ‘prática comercial diária’ passou a predominar. Crenças, leis, formas de vida em conjunto, relações pessoais – tudo se modificou quando a sociedade ingressou em nova fase de desenvolvimento.” (HUBERMAN, 2008, p. 38).

Os governos municipais e os Estados, com o apoio da Igreja, sancionaram leis que condenavam o empréstimo. Essas normas iam contra os desejos dos comerciantes que estavam em ascensão, uma vez que aquela prática os favorecia. Com o crescimento do mercado houve um incentivo ao crescimento da produção e à volta do dinheiro em circulação. A produção foi estendida a partir de maiores plantações e melhores métodos agrícolas, aumento da extensão da cultura e do trabalho intenso.

Como vimos acima, o camponês estava preso a terra desde o seu nascimento, não havendo possibilidade de elevação social. Mas, com o progresso das cidades e o uso do dinheiro, os camponeses que fabricavam roupas, móveis etc. puderam abandonar a agricultura e viver de seu ofício.

A casa de um artesão servia para exercer seu ofício. Lá ele recebia aprendizes que trabalhavam em troca de alimentos, dinheiro e aprendizado de um ofício. Esses artesãos eram donos da matéria-prima, dos meios de produção e do seu trabalho. O produto do seu trabalho era destinado ao mercado externo, diferentemente de antes, que era apenas para suprir as necessidades do seu lar.

Os artesãos começaram a formar corporações que aglomeravam trabalhadores do mesmo ofício. Com o passar do tempo, alguns mestres de ofício começaram a se sobressair sobre outros, por conseguinte, algumas corporações tiveram mais destaques que outras, existindo casos de corporações inferiores se subordinarem às superiores. Entre os séculos XIII e XIV, formou-se o sistema de corporações, contribuindo para que o justo preço começasse a ser substituído pelo preço de mercado.

O senhor começou a se familiarizar com o dinheiro, ele oferecia o trabalho dos servos em troca de dinheiro, e estes, por sua vez, começaram a receber salário. O senhor começou a perceber que o trabalho livre era mais produtivo que o trabalho servil, porque o trabalhador em regime de servidão trabalhava de má vontade para o seu senhor.

A pressão das forças econômicas era favorável ao fim do regime de servidão. O rei, pressionado pelos comerciantes, devido à relação de empréstimos que eles mantinham, foi favorável ao processo de libertação dos servos. Outro fator decisivo para o desaparecimento do sistema de servidão foi a expansão das cidades (ANDERSON, 1991).

As cidades não desapareceram da vida feudal. Elas eram o centro do comércio, da troca de mercadorias. Elas também foram responsáveis pela restauração do comando dos mares na Europa. Assim, a economia urbana se baseava na relação direta com o comércio e no transporte marítimo. Esses mantinham ainda uma vitalidade urbana na Idade Média.

Vimos até aqui que, no regime feudal a vida social estava baseada na relação do homem com a terra, ele se via preso a terra. O camponês nascia sob um regime social rígido, sem qualquer possibilidade de mudança social. Esse cenário começou a mudar com a volta do comércio, do dinheiro e das cidades, pois o mercado estava crescendo em algumas cidades da Europa, principalmente na Holanda e na Itália.

A expansão do mercado incentivou o aumento da produção e dos métodos agrícolas, o que exigia mais exploração da força de trabalho do servo. Ou seja, o camponês deveria trabalhar mais para atender a expansão desse mercado.

Os senhores feudais começaram a se familiarizar com o dinheiro após a volta da circulação do dinheiro no comércio. Eles começaram a contratar o servo em troca de dinheiro, pagando-lhe um salário. Esse início de mudança da relação entre senhor e servo fez aquele perceber que o trabalho livre era mais produtivo, pois o servo, em regime de servidão, trabalhava de má vontade. Esse quadro sinalizava o início do declínio do sistema feudal, visto que as forças econômicas começaram a pressionar o fim do sistema servil.

No século XIII, a Europa oriental tinha 13 milhões de habitantes, enquanto a Europa Ocidental tinha cerca de 35 milhões. A alimentação, para sustentar todo esse contingente, só foi possível devido o avanço das forças produtivas e a exploração do trabalho do servo, que possibilitou o crescimento populacional. Nesse período, o feudalismo já tinha produzido uma civilização unificada e desenvolvida.

Esse quadro começou a mudar no século seguinte. O século XIV, segundo Tuchman (1989, p. 12), foi um dos piores da história da humanidade, pois nele aconteceu o “mais mortífero desastre da história conhecida”, a peste negra. Para essa autora, não é só a Peste Negra que justifica esse século como mortífero. Nele²⁰¹, ainda ocorreram guerras, altos

²⁰¹ Para entender todas as dimensões da vida social do século XIV, recomendamos que seja consultada a obra “Um espelho distante: o terrível século XIV” de Barbara W. Tuchman. Ela detalha esse século através do

impostos, banditismo, mau governo, insurreição e cisma na Igreja; além das consequências da Peste Negra, quais sejam: caos econômicos, inquietação social, preços altos, especulação, degradação moral, falta de produção, euforia frenética, descontrole nos gastos, luxo, libertinagem, histeria social e religiosa, ambição, avareza, má administração, decadência dos costumes etc. (p. 12).

A Peste Negra destruiu boa parte da população europeia. Estima-se que, ela matou cerca de ¼ da população da Europa, principalmente entre os anos de 1348 e 1350. Essa catástrofe contribuiu para o declínio do regime de servidão. “A escassez de mão-de-obra encerrava uma perspectiva sombria, porque o século XIV vivia praticamente da colheita anual, tanto para sua alimentação como para o plantio da próxima safra” (TUCHMAN, 1989, p. 93). O papa Clemente VI em Avignon (França) contou mais de 23 milhões de mortos. Para termos uma noção da dimensão de mortes,

Florença, a cidade que Boccaccio menciona, perdeu 100.000 habitantes; Londres, cerca de 200 por dia, e Paris, 800. Na França, Inglaterra, nos Países baixos e na Alemanha, entre um terço e metade da população foi dizimada! A peste assolou todos os países europeus entre 1348 e 1350, voltando a surgir em alguns deles nas décadas seguintes, atacando os que haviam conseguido escapar antes (HUBERMAN, 2008, p. 45).

A Peste começou na China e propagou-se na Ásia Central, atingindo Índia, Pérsia, Mesopotâmia, Síria, Egito até chegar à Europa, em 1346; na Europa, em janeiro de 1348, a doença chegou à França e Norte da África, foi para Espanha e em seguida para a Itália (Roma e Florença), Inglaterra (através do Canal da Mancha), Suíça (através da Itália) até a Hungria; da França disseminou-se pela Picardia, por Flandres e pelos Países Baixos; da Inglaterra a enfermidade se estendeu para Escócia, Irlanda e Noruega; e seguiu em direção à Suécia, à Dinamarca, à Prússia, à Islândia e à Groelândia (TUCHMAN, 1989, p. 88). A Peste se instalou principalmente nos países da Europa Ocidental.

Os navios mercantes contribuíram para a disseminação rápida da Peste pela Europa. No início, alguns marinheiros genoveses apareceram com machas escuras e doloridas na pele, que causavam febres, inchaços (bubões), seguidos de morte. A doença tinha como transmissor as pulgas (que carregavam os bacilos no estômago); os ratos transportavam as pulgas infectadas e tinham sua corrente sanguínea infectada; a espécie de rato era o *rattus rattus*, pequeno rato preto medieval que vivia nos navios (TUCHMAN, 1989, p. 95).

personagem Enguerrand de Coucy VII, da nobreza. Três temáticas são centrais nesse livro: a Peste Negra, a Guerra dos Cem Anos (1337-1453) e os conflitos internos da Igreja.

Os infectados ficavam com inchações (ou bubões) escuras nas axilas e virilhas, que expeliam sangue e pus, acompanhadas de bolhas e manchas negras pelo corpo; os enfermos sentiam febre e escarravam sangue, além disso, as excreções (hálito, suor, sangue, urina e fezes) cheiravam mal²⁰². “Essa doença era a peste bubônica, que se apresentava em duas formas: uma que atingia a corrente sanguínea, provocando ínguas e hemorragia interna, e que se disseminava pelo contato; e uma segunda forma, mais virulenta, pneumônica, que atingia os pulmões e era disseminada pela infecção respiratória”²⁰³. No início da infestação, os doentes morriam com cinco dias, outros com três dias, e alguns em até 24 horas.

Devido ao misticismo que rondava o Feudalismo, o homem medieval acreditava que a Peste Negra era o Apocalipse de São João devido ao grande número de mortos. Acreditavam ainda que os homens tinham provocado a Ira de Deus, devido aos pecados que a humanidade estava cometendo, como a cobiça, a usura, o mundanismo, o adultério, a blasfêmia, a falsidade, a luxúria, a impiedade²⁰⁴.

Com o grande número de mortos, a Igreja não conseguia fazer os últimos sacramentos, a maioria da população era enterrada sem oração. Por isso, o papa “Clemente VI julgou necessário perdoar os pecados de todos os que morressem de peste, [pois] tantos eram os que deixavam de ser atendidos pelos padres”²⁰⁵. A Igreja fazia procissões de penitência para Deus salvar a humanidade. Mas, as procissões ajudavam a disseminar a peste, por isso, o papa Clemente VI proibiu as igrejas de fazer essas ações, a população deveria evitar o convívio em grupo.

Os médicos utilizavam vários remédios no século XIV, do empírico ao mágico. Os médicos desta época davam atenção à dieta, à saúde física e mental, tinham conhecimentos práticos; e quando surgiam doenças que não entendiam, eles recorriam à explicação do sobrenatural²⁰⁶. No caso da Peste Negra, alguns deles mandavam queimar substâncias aromáticas para purificar o ar. Os médicos tratavam os doentes da Peste Negra com varias medidas, quais sejam: extração da infecção do corpo através de sangria, lancetamento ou cauterização dos bubões²⁰⁷.

A peste não poupou nenhuma classe. Os servos caíam nas plantações, a nobreza morria em seus castelos, o clero morria em missões religiosas devido ao contato com os enfermos durante os últimos sacramentos (unção). O clima social com a Peste Negra era de

²⁰² Ibidem, p. 87.

²⁰³ Ibid., p. 87.

²⁰⁴ Ibid., p. 97-98.

²⁰⁵ Ibid., p. 89.

²⁰⁶ Ibid., p. 99.

²⁰⁷ Ibid., p. 100.

caos, a peste tinha instaurado uma barbárie social em todos os segmentos: médicos, padres, pais, parentes, irmãos etc.

Foram muitos os que fizeram eco ao seu relato de desumanidade, e poucos os que agiram de modo a compensá-lo, pois a peste não era um tipo de calamidade que inspirasse solidariedade. O fato de ser asquerosa e mortal não aproximava as pessoas num sofrimento mútuo, mas apenas aumentava seu desejo de escapar da mesma morte. “Magistrados e notários recusavam-se a fazer os testamentos dos agonizantes”, informou um frade franciscano de Piazza, na Sicília; o que era pior, “até mesmo os padres não vão ouvir suas confissões”. Um funcionário do arcebispado de Canterbury disse o mesmo dos padres ingleses, que “fugiam ao cuidado do seu rebanho com medo da morte”. Casos de pais que abandonavam os filhos e filhos que deixavam os pais foram registrados por toda a Europa, da Escócia à Rússia. A calamidade gelava os corações dos homens, escreveu Boccaccio em sua famosa descrição da peste em Florença, que serve de introdução ao *Decameron*: “Os homens se evitavam [...] parentes se distanciavam, irmão era esquecido por irmão, muitas vezes o marido pela mulher; ah, e o que é pior e difícil de acreditar, pais e mãe houve que abandonaram os filhos à sua sorte, sem cuidar deles e visitá-los, como se fossem estranhos.” O exagero e o pessimismo literário eram comuns no século XIV, mas o médico do papa, Guy de Chauliac, era um observador sóbrio e cuidadoso, que relatou o mesmo fenômeno: “Os pais não visitavam os filhos, nem os filhos visitavam os pais. A caridade estava morta”²⁰⁸.

Todas as dimensões da vida do homem medieval foram afetadas. O comércio entrou em depressão²⁰⁹, a educação foi prejudicada devido ao grande número de padres mortos²¹⁰, houve o declínio da população e, com a escassez de produção e falta de mercadorias, o aumento dos preços²¹¹.

A principal consequência da Peste Negra foi a escassez de mão de obra, ocasionando o declínio dos arrendamentos agrários. Com isso, a Inglaterra lançou um programa explícito de exploração do trabalhador através do Estatuto dos trabalhadores (1349-1351). Em outras regiões, os trabalhadores que sobreviveram à peste começaram a receber salários mais altos devido à baixa mão de obra disponível.

O declínio da população e, conseqüentemente, a baixa mão de obra disponível foram fundamentais para a dissolução do sistema de servidão. Outro fator que contribuiu foi a explosão das cidades e do comércio. A servidão começou a desaparecer no século XIV, como aponta Anderson (1991, p. 202):

a servidão havia desaparecido razoavelmente no Norte da Itália pelo início do século XIV, duas ou três gerações antes da ocorrência do mesmo processo na França ou na Inglaterra. Esta precocidade só confirma a regra de que foi o solvente das cidades que basicamente garantiu a desintegração da servidão no Ocidente.

²⁰⁸ Ibidem, p. 91.

²⁰⁹ Ibid., p. 110.

²¹⁰ Ibid., p. 111.

²¹¹ Ibid., p. 112.

O modo de produção feudal estava se desintegrando aos poucos. A Peste, as guerras, a escassez de alimentos, a falta de mão de obra abalaram o Feudalismo. “Estes desastres acumulados desencadearam uma luta de classe desesperada pela terra. A classe nobre, ameaçada pelas dívidas e pela inflação, agora confrontava-se com uma força de trabalho dizimada e descontente” (ANDERSON, 1991, p. 195).

As forças produtivas feudais começaram a estagnar. Houve o “emperramento” dos mecanismos de reprodução do sistema, o solo tinha atingido os limites objetivos de plantação, tanto pelo seu mau uso quanto pela a pressa no seu plantio. Anderson afirma que:

[...] a figura característica de uma crise num modo de produção não é aquela em que vigorosas forças (econômicas) de produção explodem triunfais através de relações (sociais) retrógradas e prontamente restabelecem uma produtividade mais alta e uma sociedade sobre ruínas. Pelo contrário: as forças de produção tendem habitualmente a paralisar e recuar no quadro de relações de produção existentes; estas, assim, devem ser radicalmente mudadas e reordenadas antes que novas forças de produção possam ser criadas e combinadas para um modo de produção globalmente novo. Em outras palavras, as relações de produção, em geral, mudam anteriormente às forças de produção numa época de transição e não vice-versa²¹².

Ainda seguindo o raciocínio desse autor: “mundo medieval, assim, terminou em uma crise generalizada. Tanto os berços do feudalismo no Ocidente como os territórios do Oriente, onde ele havia se propagado ou onde não pudera se desenvolver, foram cenário de profundos processos de dissolução e mutação sócio-econômica no princípio do século XV”²¹³.

No processo de dissolução do Feudalismo, três fatores precisam ser mencionados: as manufaturas (artesãos), a ascensão dos comerciantes/burgueses e o modo de produção capitalista. Esses fatores associados fazem emergir um novo tipo de sociabilidade determinada pela incessante busca da riqueza pela riqueza. Novas relações sociais surgem com o capitalismo. Esses irão ser os objetivos de discussão do próximo capítulo, para compreendermos o homem que se constituiu na história a partir do modo de produção capitalista.

²¹² Ibidem, p. 197.

²¹³ Ibid., p. 282.

5 CAPÍTULO 04 - A CONSTITUIÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E DO INDÍVIDUO BURGUEÊS

A partir da discussão do capítulo 3, vimos que os trabalhadores mantinham o clero e a nobreza. Os produtos produzidos pelos trabalhadores (urbanos e rurais) eram comercializados nos mercados locais e grandes feiras (HUBERMAN, 2008, p. 22). O comércio impulsionou a volta da centralidade das cidades na vida medieval, por exemplo, na Itália (Europa Meridional) e na Holanda (Europa Ocidental), e foi o motor para a ascensão do papel do dinheiro na sociedade²¹⁴. Nos séculos XIV e XV algumas cidades comerciais mediterrâneas apresentavam sinais do nascimento do capitalismo, mas o modo de produção capitalista só pode ser datado a partir do século XVI (MARX, 1996, p. 341).

Se na sociedade feudal a terra refletia a riqueza do homem, com a expansão do comércio crescia a riqueza em dinheiro. Com esse cenário surge uma nova classe forte economicamente, classe que vivia da compra e venda de produtos, que mais a frente reivindicou a direção política da vida social.

A posse de terra determinava o poder de reger a sociedade. Os sacerdotes e guerreiros, proprietários de terras, eram os grupos dominantes tanto na economia quanto na política. Com a ascensão de uma nova classe, o poder teve que ser partilhado. Essa nova classe que surgiam com a ascensão do comércio era os burgueses, “[...] cujo interesse não mais se relacionava com a utilidade do que ela comprava ou vendia e, sim, com a lucratividade do que comercializava” (LESSA; TONET, 2012, p. 22).

O objetivo deste último capítulo é tratar sobre o surgimento do modo de produção capitalista, a partir do processo de acumulação primitiva do capital, as novas relações sociais que surgem com foco na busca incessante da riqueza pela riqueza e no individualismo burguês e no coroamento da classe burguesa com a Revolução Francesa. Em termos históricos, o processo que será discutido neste capítulo compreende do século XV ao XVIII.

4.1 AS NOVAS FORMAS DO HOMEM SE RELACIONAR COM A NATUREZA: manufatura, maquinaria e grande indústria.

²¹⁴ Nos séculos XI e XII houve o renascimento do comércio no Mediterrâneo. O comércio na Antiguidade Clássica estava centrado no Mediterrâneo (Comércio entre Grécia, Roma, Cartago e a Pérsia, por exemplo), mas com o declínio do Império Romano algumas cidades litorâneas como Veneza, Gênova e Pisa, por exemplo, começaram a obter vantagens comerciais.

Com a volta do comércio, a associação de mercadores começou a ter controle do mercado. Ela determinava os preços e controlava os produtos que entravam e saíam das cidades. Huberman (2008, p. 33) afirma que “os direitos que mercadores e cidades conquistaram refletem a importância crescente do comércio como fonte de riqueza. E a posição dos mercadores na cidade reflete a importância crescente da riqueza em capital, em contraste com a riqueza em terras”.

No feudalismo, os trabalhadores produziam tudo que precisava, desde alimentos até roupas e móveis. Com a retomada do comércio nas cidades, artesãos, junto as suas famílias e aprendizes de ofícios, começaram a produzir somente para a venda. Os artesãos eram donos da matéria-prima, dos meios de produção e do produto do seu trabalho. O produto que eles fabricavam começou a ser destinados para ao mercado, e não somente para suprir as necessidades dos seus lares.

Entender esse momento histórico é fundamental para compreender como a forma capital surge²¹⁵, pois, Marx (2010, p. 177) afirma que “a circulação das mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constituem as condições históricas que dão origem ao capital”.

Com a expansão do comércio e de novas demandas por produtos, houve o desenvolvimento da manufatura para acelerar e otimizar o processo de fabricação. A manufatura consiste em um sistema de fabricação com divisão de trabalho (decomposição do trabalho do artesão) e ferramentas especializadas que predominou do século XVI ao XVIII²¹⁶.

A manufatura se origina de duas formas: primeira, “nasce quando são concentrados numa oficina, sob o comando do mesmo capitalista, trabalhadores de ofícios diversos e independentes, por cujas mãos tem de passar um produto até seu acabamento final”²¹⁷. Aqui, o trabalhador acompanha todo o processo da produção dos produtos, porém, ele não tem o domínio de todos os procedimentos, de todos os mecanismos da produção; dessa forma, cada trabalhador tem “operações especializadas”²¹⁸. Numa oficina de sapatos de couro, por exemplo, um trabalhador corta o couro, outro raspa a pelagem do couro e outro fura o couro. É preciso mencionar que, nesse processo, o trabalhador se torna uma especialista em somente

²¹⁵ Para entender todo o processo de surgimento do capital, a transformação do dinheiro em capital, consultar *O Capital: crítica da economia política*, de Karl Marx, especificamente o capítulo IV “Como o dinheiro se transforma em capital”.

²¹⁶ Segundo Rostovtzeff (1983, p. 157), entre os séculos VII e V a.C., a Grécia já possuía manufaturas específicas para a produção de vinho e óleo.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 391.

²¹⁸ *Ibid.*, p. 391.

uma função, por exemplo, cortar couro. Ele não participa mais de todo o processo de produção como era feito pelos antigos artesãos.

Na segunda forma de origem da manufatura, “o mesmo capital reúne, ao mesmo tempo, na mesma oficina, muitos trabalhadores que fazem a mesma coisa ou a mesma espécie de trabalho” (MARX, 2010, p. 392). Aqui, vários trabalhadores com a mesma especialidade se reúnem em uma mesma oficina, por exemplo, cortadores de couro em um mesmo local, uma oficina onde somente corta couros.

Em resumo, Marx (2010, p. 393) esclarece didaticamente sobre as duas origens da manufatura:

A manufatura, portanto, se origina e se forma, a partir do artesanato, de duas maneiras. De um lado, surge da combinação de ofícios independentes diversos que perdem sua independência e se tornam tão especializados que passam a constituir apenas operações parciais do processo de produção de uma única mercadoria. De outro, tem sua origem na cooperação de artifices de determinado ofício, decompondo o ofício em suas diferentes operações particulares, isolando-se e individualizando-as para tornar cada uma delas função exclusiva de um trabalhador especial. A manufatura, portanto, ora introduz a divisão do trabalho num processo de produção ou a aperfeiçoar, ora combina ofícios anteriormente distintos. Qualquer que seja, entretanto, seu ponto de partida, seu resultado final é o mesmo: um mecanismo de produção cujos órgãos são seres humanos.

Com a manufatura, as ferramentas vão se adaptando as especializações de cada trabalhador²¹⁹. Por exemplo, na fabricação de um sapato de couro, uma faca, que antes era utilizada para várias finalidades em um processo de trabalho, quais sejam: cortar, raspar etc. por vários trabalhadores, começa a se aperfeiçoar em uma só finalidade, exemplo, somente raspar o couro, e ser executada somente por um trabalhador parcial, nesse caso, “o raspador de couro”. Com isso, essa faca que somente raspa o couro ganha novas especificidades na mão desse trabalhador parcial.

Existem dois tipos de manufatura: heterogênea e orgânica. Na heterogênea, o “fracionamento da produção em numerosos processos heterogêneos pouco permite o emprego de instrumental comum de trabalho; e o capitalista evita as despesas de construção com o sistema disperso de fabricação”²²⁰. Esse tipo de manufatura pode ser visto na produção de relógio. A manufatura orgânica, o que Marx (2010) chama de “forma perfeita”²²¹, “[...]”

²¹⁹ Ibidem, p. 396.

²²⁰ Ibid., p. 398.

²²¹ Ibid., p. 398.

produz artigos que percorrem fases de produção conexas, uma sequência de processos gradativos [...]”²²².

Marx (2010) cita quais as diferenças da manufatura para o artesanato: a manufatura exige divisão de trabalho; “exige o isolamento das diferentes fases de produção e sua independência recíproca, como outros tantos trabalhos parciais de caráter artesanal”²²³; na manufatura, “o resultado do trabalho de um é o ponto de partida para o trabalho do outro”²²⁴; com a manufatura há a diminuição do tempo de trabalho necessário para produzir uma determinada mercadoria²²⁵; além disso, “a manufatura desenvolve uma hierarquia nas forças de trabalho”²²⁶.

Com o artesanato, o trabalhador e os meios de produção permaneciam ligados, “como caracol e sua concha”²²⁷. Mas, podemos perceber que a partir das características acima citadas que a manufatura separa o trabalhador dos seus meios de produção, convertendo esses em capital; e reúne os trabalhadores sob o comando do mesmo capital²²⁸.

A manufatura é a fase intermediária do artesanato e da grande indústria, período que se concentram o capital usurário e o capital comercial através das rotas marítimas comerciais (LABASTIDA, 1969, p. 48-49). Esse período manufatureiro é a base inicial do nascimento do capitalismo.

Se no período do artesanato houve avanços tecnológicos como a bússola, a pólvora, a imprensa e o relógio automático (MARX, 2010, p. 403), o período manufatureiro possibilitou o desenvolvimento da maquinaria através da transformação de ferramentas manuais em máquinas-ferramentas.

Na manufatura, o trabalhador manipulava apenas uma ferramenta no processo de trabalho, com a máquina-ferramenta, o homem começou a manipular várias ferramentas ao mesmo tempo. Com a máquina-ferramenta, a ferramenta do trabalhador faz parte da maquinaria, ela não foi eliminada da produção, apenas assumiu uma nova forma. “O número de ferramentas com que opera simultaneamente a máquina-ferramenta emancipa-se, desde o início, da barreira orgânica que a ferramenta manual de um trabalhador não podia

²²² Ibidem, p. 398.

²²³ Ibid., p. 399.

²²⁴ Ibid., p. 400.

²²⁵ Ibid., p.402.

²²⁶ Ibid., p. 404.

²²⁷ Ibid., p. 414.

²²⁸ Ibid., p. 414.

ultrapassar”²²⁹. Com isso, o trabalhador começou a manipular várias ferramentas ao mesmo tempo, acarretando na substituição da força muscular pela força da maquinaria.

A máquina-ferramenta substituiu a simples ferramenta. É o surgimento da máquina-ferramenta que possibilitará ao homem chegar à Revolução Industrial²³⁰. Nas palavras de Marx (2010, p. 432):

A máquina da qual parte a revolução industrial substitui o trabalhador que maneja uma única ferramenta por um mecanismo que, ao mesmo tempo, opera com certo número de ferramentas idênticas ou semelhantes àquela, e é acionado por uma única força motriz, qualquer que seja sua forma. Temos então a máquina, mas ainda como elemento simples da produção mecanizada.

A maquinaria é composta por três partes: motor, transmissão e máquina-ferramenta. Marx explica cada uma dessas partes: “o motor é a força motriz de todo o mecanismo”²³¹, a força motriz pode ser vapor, eletricidade, água etc.; “a transmissão é constituída de volantes, eixos, rodas dentadas, turbinas, barras, cabos, cordas, dispositivos e engrenagens de transmissão da mais variada espécie”²³², a transmissão regula o movimento da máquina; “o motor e a transmissão existem apenas para transmitir movimento à máquina-ferramenta, que se apodera do objeto de trabalho e o transforma de acordo com o fim desejado”²³³.

Com o desenvolvimento da maquinaria houve a exigência de um motor cada vez mais aperfeiçoado. A máquina-ferramenta tem seus limites de produção, pois, ela ainda precisa da força humana, ela não consegue produzir um movimento uniforme e contínuo²³⁴. Por isso, houve o desenvolvimento da máquina motriz, isto é, máquinas que não dependem da força humana, com um motor impulsionado por algum tipo de energia. Com isso, o homem pôde impulsionar várias máquinas-ferramentas.

Com o desenvolvimento da maquinaria passou a existir a cooperação de máquinas e o sistema de máquinas. Com a cooperação de várias máquinas da mesma espécie, “o produto por inteiro é feito por uma máquina. Ele executa as diversas operações que eram realizadas por um artesão com sua ferramenta [...]”²³⁵. Diferente desse processo, temos o sistema de máquinas: “um verdadeiro sistema de máquina só toma lugar das máquinas independentes

²²⁹ Ibid., p. 430.

²³⁰ Para uma leitura aprofundada sobre a Revolução Industrial, indicamos a obra de David S. Landes, *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental de 1750 até os dias de hoje*.

²³¹ Ibidem, p. 429.

²³² Ibid., p. 429.

²³³ Ibid., p. 429.

²³⁴ Ibid., p. 432.

²³⁵ Ibid., p. 434.

quando o objeto de trabalho percorre diversos processos parciais conexos, levados a cabo por um conjunto de máquinas-ferramenta de diferentes espécies, mas que se completam reciprocamente”²³⁶.

Com o sistema de máquinas, abre-se um sistema geral de produção, pois, “cada máquina parcial fornece matéria-prima à máquina seguinte. Funcionando todas elas ao mesmo tempo, o produto encontra-se, continuamente, em todas as suas fases de transição, em todos os estágios de sua fabricação” (MARX, 2010, p. 436-437). E, com o avanço da maquinaria, as máquinas começaram a produzir máquinas, como afirma Marx:

A indústria moderna teve então de apoderar-se de seu instrumento característico de produção, a própria máquina, e de produzir máquinas com máquinas. Só assim criou ela sua base técnica adequada e ergueu-se sobre seus próprios pés. Com a produção mecanizada crescente das primeiras décadas do século XIX, apoderou-se a maquinaria progressivamente da fabricação das máquinas-ferramenta²³⁷.

Marx (2010, p. 442) resume didaticamente as principais premissas discutidas até aqui:

O instrumental de trabalho, ao converter-se em maquinaria, exige a substituição da força humana por forças naturais, e da rotina empírica, pela aplicação consciente da ciência. Na manufatura, a organização do processo de trabalho social é puramente subjetiva, uma combinação de trabalhadores parciais. No sistema de máquinas, tem a indústria moderna o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material da produção. Na cooperação simples e mesmo na cooperação fundada na divisão do trabalho, a supressão do trabalhador individualizado pelo trabalhador coletivizado parece ainda ser algo mais ou menos contingente.

De acordo com Marx, o objetivo do capital ao introduzir a maquinaria na produção é “[...] baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista”²³⁸. A função da máquina é transferir valor ao produto, pois a máquina não cria valor no produto do trabalho, apenas transfere o seu valor ao produto. Quem cria valor é o trabalhador. E esse valor que a maquinaria transfere ao produto do trabalho depende de quanto valor a máquina possui²³⁹.

²³⁶ Ibidem, p. 435.

²³⁷ Ibid., p. 441.

²³⁸ Ibid., p. 427.

²³⁹ Uma leitura atenta de O Capital: críticas da economia política, de Karl Marx, especificamente o capítulo 01, “A mercadoria”, pode contribuir para um entendimento aprofundado sobre o valor da mercadoria.

A partir da evolução da maquinaria, a produção não é determinada mais pela força humana²⁴⁰. Com isso, o capital começou a empregar mulheres e crianças na produção, além dos homens. O capital se apropriou do seio familiar do trabalhador, empregando toda a família na produção. A maquinaria “[...] transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital” (MARX, 2010, p. 451).

Com o desenvolvimento crescente da maquinaria, a máquina é o elemento que determina o ritmo da produção, diferentemente do período artesanal e do período manufatureiro. Na fábrica, o trabalhador serve a máquina, pois, ele tem que acompanhar todo o movimento da máquina, tornando-se complemento de um mecanismo independente²⁴¹. Isso torna possível a criação de uma disciplina, onde existem os trabalhadores manuais, os proletários, e os supervisores.

Até aqui, entendemos o desenvolvimento da manufatura e da maquinaria no processo de transição do feudalismo para o capitalismo. Esse novo modo de produção que surgia mudou a forma de viver dos homens. O modo de produção capitalista determinou novas relações sociais na econômica, na política (no Estado), no cotidiano dos homens, nas artes, nas ciências, etc. Algumas dessas mudanças serão abordadas mais a frente nos próximos itens deste capítulo.

Antes disso, há ainda um elemento a ser considerado no processo de transição entre o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista: como os camponeses do regime feudal saíram da condição de servos para proletários?

Esse processo de mudança do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista é caracterizado por Marx (1996) de período de acumulação primitiva do capital, “[...] processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”²⁴². A acumulação capitalista tem suas bases na antiga sociedade feudal, “a

²⁴⁰ A maquinaria dá condições ao capitalista em explorar cada vez mais a força do trabalhador prolongando sua jornada de trabalho ao máximo, o que levou a posteriormente a estipular uma jornada fixa de trabalho. Como afirma Marx (2010, p. 470): “A redução da jornada cria de início a condição subjetiva para intensificar o trabalho, capacitando o trabalhador a empregar mais força num tempo dado. Quando essa redução se torna legalmente obrigatória, transforma-se a máquina nas mãos do capital em instrumento objetiva e sistematicamente empregado para extrair mais trabalho no mesmo espaço de tempo. É o que se obtém de duas maneiras: aumentando a velocidade da máquina e ampliando a maquinaria a ser vigiada por cada trabalhador, ou seja, seu campo de trabalho”.

²⁴¹ Ibidem, p. 480.

²⁴² Ibid., p. 340.

decomposição desta liberou os elementos daquela”²⁴³, sendo a Inglaterra o berço da acumulação de capital²⁴⁴.

Para o modo de produção capitalista surgir foram necessários os seguintes elementos: possuidores de dinheiro (o comércio foi seu principal propulsor), meios de produção (desenvolvimento da manufatura e da maquinaria) e trabalhadores (esses tinham que estar livres para venderem sua força de trabalho) (MARX, 1996, p. 340). Assim, no processo de acumulação do capital era necessário que os trabalhadores não possuíssem nenhum instrumento de produção, nem meio de sobrevivência além da sua força de trabalho (LABASTIDA, 1969, p. 73).

Esses trabalhadores deveriam ser livres em dois sentidos, como aponta Marx (1996, p. 340): “trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles”.

Na crise da Idade Média, os trabalhadores foram separados dos seus meios de produção, das suas condições de trabalho, e transformados em trabalhadores assalariados²⁴⁵. No processo de diluição da estrutura feudal foram retirados todos os meios de existência e subsistência do trabalhador, restando apenas para os trabalhadores sua força de trabalho para vender.

Um dos principais passos para a acumulação primitiva do capital foi a expropriação do povo do campo. Nesse processo de expropriação das terras do homem do campo, o Estado cumpriu sua função social e protegeu a propriedade privada, através de legislações específicas, assegurando os interesses da classe economicamente dominante, nesse caso, os capitalistas. A propriedade privada, no capitalismo, estaria determinada pela apropriação do produto do trabalho e dos meios de produção.

²⁴³ Ibid., p. 340.

²⁴⁴ Nas outras formações sociais esse processo de acumulação “[...] assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas” (MARX, 1996, p. 342). Segundo Labastida (1969), Marx não considerava, por exemplo, a Itália dentro do processo de acumulação do capital (p. 65), devido as seguintes razões: a prosperidade das cidades comerciais italianas foi originada por causas externas do caráter comercial; ela não fundou colônias nas terras recém descobertas para explorar os minerais e o trabalho nativo (p. 66); não teve capacidade suficiente para constituir uma nação, sendo a Igreja Católica um dos obstáculos para construir uma nação (p. 66-67); as cidades italianas continuaram fragmentadas em pequenos poderes, sem centralidade política (p. 67). Cada nação teve seu próprio processo de acumulação primitiva do capital e em momentos diferentes como na Inglaterra, França, Portugal, Espanha e Holanda (MARX, 1996, p. 370).

²⁴⁵ Ibidem, p. 340.

No século XV, “uma massa de proletários livres como os pássaros foi lançada no mercado de trabalho dos séquitos feudais”²⁴⁶. A manufatura não conseguiu absorver toda a demanda de trabalhadores “livres” que estavam nas cidades, por isso, houve uma crescente massa de “desocupados”, exemplo: assaltantes, vagabundos e esmoleiros (MARX, 1996, p. 355-346).

Os monarcas elaboraram decretos e legislações específicas para assegurar a acumulação primitiva do capital. Vários reis programaram uma legislação forte contra essa nova massa de trabalhadores, por exemplo, na Inglaterra temos: Henrique VIII²⁴⁷, Eduardo VI²⁴⁸, Elisabeth²⁴⁹, Jaime I²⁵⁰, Henrique VII e Henrique XVIII²⁵¹. Essas legislações sanguinárias proibiam a mendicância nas ruas, forçavam ao trabalho, e decretavam condenações, torturas e até mesmo a morte dos homens que se opusessem a trabalhar.

O papel do Estado foi fundamental no processo de acumulação do capital, como aponta Marx (1969, p. 359):

A burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva.

Além da expropriação e usurpação das terras do homem do campo no processo de acumulação capitalista, a Igreja também perdeu as terras que tinha domínio²⁵². Nem a Igreja, uma instituição forte na sociedade feudal, foi perdoada no processo de acumulação.

²⁴⁶ Ibid., p. 343.

²⁴⁷ Henrique VIII, 1530: “Esmoleiros velhos e incapacitados para o trabalho recebem uma licença para mendigar. Em contraposição, açoitamento e encarceramento para vagabundos válidos. Eles devem ser amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue corra de seu corpo, em seguida devem prestar juramento de retornarem a sua terra natal ou ao lugar onde moraram nos últimos 3 anos e ‘se porem ao trabalho’ (*to put himself to labour*)” (MARX, 1996, p. 356, grifos originais).

²⁴⁸ Eduardo VI, 1547: “Um estatuto de seu primeiro ano de governo, 1547, estabelece que, se alguém se recusa a trabalhar, deverá ser condenado a se tornar escravo da pessoa que o denunciou como vadio. O dono deve alimentar seu escravo com pão e água, bebida fraca e refugos de carne, conforme ache conveniente. Tem o direito de forçá-lo a qualquer trabalho, mesmo o mais repugnante, por meio do açoite e de correntes” (MARX, 1996, p. 356).

²⁴⁹ Elisabeth, 1572: “Esmoleiros sem licença e com mais de 14 anos de idade devem ser duramente açoitados e terão a orelha esquerda marcada a ferro, caso ninguém os queira tomar a serviço por 2 anos; em caso de reincidência, se com mais de 18 anos, devem ser executados, caso ninguém os queira tomar a serviço por 2 anos; numa terceira incidência, serão executados sem perdão, como traidores do Estado” (MARX, 1996, p. 357).

²⁵⁰ Jaime I: “Uma pessoa que perambule e mendigue será declarada um malandro e vagabundo. Os juízes de paz nas Petty Sessions 720 estão autorizados a mandar açoitá-los publicamente, e na primeira vez que forem apanhados serão encarcerados por 6 meses, na segunda por 2 anos” (MARX, 1996, p. 358).

²⁵¹ “Um decreto de Henrique VII, de 1489, c. 19, proibiu a destruição de todas as casas camponesas, às quais pertenciam pelo menos 20 acres de terra. Num decreto 25,682 de Henrique VIII, a mesma lei é renovada” (MARX, 1996, p. 344).

²⁵² Ibidem, p. 346.

A expulsão dos camponeses do campo tinha dois objetivos: “expandir a área da grande exploração agrícola”²⁵³, por exemplo, na Inglaterra, o modelo clássico, substituíram os camponeses por ovelhas nos campos; e “multiplicar sua oferta de proletários livres como os pássaros” (p. 348). Isto é, ampliar seus meios de produção e jogar os camponeses nas cidades para trabalharem.

Outros meios também foram utilizados para a acumulação capitalista, conforme mostra este trecho de Marx (1996, p. 370):

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva.

Com o modo de produção capitalista a relação senhor e servo foi substituída por capitalista e proletário. A relação do homem com a terra, característica forte no feudalismo (cf. o capítulo 03, item 3.2.), foi substituída pela relação homem com o capital. Esses novos sujeitos sociais, capitalistas e proletários, teriam papéis antagônicos na produção social. Enquanto o capitalista seria os donos dos meios de produção e da matéria-prima, o proletariado ficou somente com sua força de trabalho para vender no mercado. Portanto, há a “centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho”²⁵⁴.

A nova forma de produzir, dos homens se relacionarem com a natureza, não poderia ser nos limites do velho sistema feudal. O modo de produção capitalista exigia uma sociedade “dinâmica e antitradicional” (LASKI, 1973, p. 17), isto é, exigia a erosão da sociedade feudal. Esse processo de diluição da sociedade feudal, o nascimento de uma doutrina que justifica esse novo modo de produção e a constituição de um novo indivíduo, será abordado nos próximos itens.

5.2 A CONSTITUIÇÃO DO INDIVIDUALISMO BURGUÊS E O LIBERALISMO

Com o surgimento do modo de produção capitalista, a vida do homem e a sociedade sofreram mudanças substanciais, principalmente entre os séculos XV a XVIII, como aponta este trecho de Laski (1973, p. 09, grifos originais):

²⁵³ Ibid., p. 348.

²⁵⁴ Ibidem, p. 381.

O *status* foi substituído pelo contrato como alicerce jurídico da sociedade. A uniformidade de crença religiosa deu lugar a uma diversidade de credos em que até o ceticismo encontrou um direito à expressão. O vago império medieval da *jus divinum* e da *jus naturale* cedeu ao poder irresistível e concreto da soberania nacional. O controle da política por uma aristocracia cuja autoridade assentava na propriedade da terra passou a ser compartilhado com homens cuja influência derivava unicamente da propriedade de bens móveis. [...] A cidade, com a sua infatigável paixão pela mudança, substituiu o campo, com a sua aversão às inovações, como fonte primordial de legislação. Lenta mas irresistivelmente, a ciência substituiu a religião como fator dominante na modelação dos pensamentos dos homens. A ideia de uma idade de ouro no passado, com a sua ideia simultânea de pecado original, cedeu o passo à doutrina de progresso, com a sua noção concomitante de perfectibilidade através da razão. Os conceitos de iniciativa social e de controle individual. As novas condições materiais, em resumo, deram origem a novas relações sociais; e, em função destas, desenvolveu-se uma nova filosofia para permitir uma justificação racional de novo mundo que assim nascera.

Com o novo modo de produção que surgiu, uma nova classe ascendeu e efetuou uma transformação nas relações capitalistas. Se no feudalismo a produção era para a subsistência, no capitalismo a produção se tornou sem limites. Se no feudalismo predominaram o latifundiário, o eclesiástico e o guerreiro, a partir do modo de produção capitalista começaram a predominar nas relações econômicas o banqueiro, o mercador e o fabricante (LASKI, 1973, p. 09). Se a religião predominava na vida do homem feudal, principalmente, na explicação do mundo, a ciência começou a substituí-la e ganhar centralidade.

No processo de transição do feudalismo para o capitalismo, houve um movimento referente à cultura do homem, refletindo sobre as mudanças que a sociedade estava passando com a transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Esse movimento cultural denominou-se de Renascimento e predominou entre os séculos XIV e XVI.

Esse período é marcado por mudanças no campo da arte, da filosofia e das ciências. As principais características do Renascimento são: o humanismo, o uso da razão, à volta a Antiguidade Clássica, inspiração nos gregos e romanos, principalmente os filósofos atenienses, e o cristianismo²⁵⁵.

A cidade de Florença é considerada uma das primeiras cidades renascentista devido ao seu papel no comércio e a crescente ascensão da burguesia. Essa cidade possuía comércio com mercado local e grandes feiras, ela tinha uma grande vitalidade comercial (ANDERSON, 1991, p. 187).

A Antiguidade foi a grande inspiração para o Renascimento. Atenas (no auge do Império Ateniense) e Florência (no esplendor do comércio no fim da Idade Média) possuíam algumas semelhanças: as duas estavam desenvolvidas economicamente; ambas tinham como

²⁵⁵ A contrarreforma utilizou o movimento renascentista para evangelizar o povo.

base o comércio e a manufatura; as duas entraram em decadência devido a suas expansões comerciais; e ambas são culturas exemplares em seus momentos históricos (HELLER, 1980, p. 12). Florência ainda possuía algumas influências do Império Romano, isto é, ela conheceu e era legatária da cultura da Antiguidade Clássica. Os artistas do Renascimento voltavam à antiguidade clássica em busca de um legado cultural e material bruto do pensamento (HELLER, 1980, p. 66). Temos como exemplos: Giotto, Donatello, Ghiberti, Brunelleschi, Leonardo e Miguel Angel.

Por outro lado, a antiguidade possuía um conceito estático do homem²⁵⁶, com o Renascimento surge uma concepção dinâmica do homem; nenhum pensador do Renascimento voltou a uma concepção do homem estático que era dominante na antiguidade²⁵⁷. O Renascimento não foi apenas uma volta a Antiguidade Clássica, pois, a arte renascentista sofreu também influências da tradição da religião cristã, como podemos observar em diversos quadros e escultura renascentistas, por exemplo: O juízo final de Michelangelo; o batismo de Cristo de Pietro Perugino. A cultura greco-romana também foi expressa em algumas obras, por exemplo: O nascimento de Vênus de Botticelli e Baco de Michelangelo.

A base material do Renascimento, isto é, a manufatura, exigia uma nova sociedade com um homem mais dinâmico, com isso, o homem tornou-se o centro do pensamento a partir do Renascimento. Os pensadores renascentistas discutiram todas as dimensões que envolvia o homem. As mudanças de hábitos dos homens e a questão da moral, por exemplo, foram abordadas nas obras de Shakespeare.

No Renascimento surge a noção do homem como criador do seu destino, e não mais um destino pré-determinado por Deus. Esse passo é fundamental para o homem começar a entender que ele é um ser histórico. Além disso, esse movimento cultural foi o primeiro na história da humanidade a eleger livremente um passado, no caso a Antiguidade Clássica²⁵⁸. Aos poucos, a nova sociedade que nascia ia dissolvendo os princípios medievais, desintegrando o homem medieval.

Os séculos XV e XVI são marcados por descobertas geográficas e marítimas, novas invenções, mudanças na forma de pensar o homem através da ciência, e diminuição do poder da Igreja; mudanças que impulsionaram o florescimento do liberalismo, uma doutrina que atenderia e legitimaria as necessidades na nova sociedade (LASKI, 1973, p. 10-13).

²⁵⁶ Ibidem, p. 07.

²⁵⁷ Ibid., p. 24.

²⁵⁸ Ibid., p. 93.

A partir da forma como o homem produz, surgem novas relações sociais. O modo de produção capitalista exigia uma nova ideologia de mundo que justificassem as novas relações sociais, exigia uma doutrina baseada no livre comércio e na defesa da liberdade individual, uma doutrina que confrontasse os pilares da ordem feudal. Com a nova sociedade, “eram necessárias novas concepções que legitimassem as novas potencialidades de riqueza que os homens haviam descoberto, pouco a pouco, nas eras precedentes. A doutrina liberal é a justificação filosófica das novas práticas.” (LASKI, 1973, p. 15).

O liberalismo é gerado pela nova ordem econômica que começou no final da Idade Média através da ascensão da nova classe média, a burguesia. Essa tinha objetivos econômicos, políticos e sociais, e para alcançá-los, a burguesia tinha que efetuar “[...] uma transformação fundamental nas relações legais entre os homens”²⁵⁹.

Essa doutrina filosófica foi responsável por questionar a antiga ordem feudal e pela desintegração de suas estruturas. Ele defendia a tolerância à religião, era favorável ao governo representativo, reconhecia o sufrágio universal e autodeterminação nacional, e “[...] foi tolerante em face das reivindicações dos grupos minoritários e do direito de livre associação.”²⁶⁰.

Na essência dessa doutrina filosófica, a liberdade era somente para os indivíduos detentores da propriedade privada, por isso, o liberalismo deveria legitimar e justificar o acúmulo de propriedade²⁶¹. Conforme aponta esse autor, “[...] a ideia de liberalismo está historicamente vinculada, de um modo inevitável, à de posse de propriedade”²⁶².

O objetivo principal do liberalismo era a reivindicação da soberania do indivíduo (no caso, o individualismo), que esse fosse dotado de liberdade²⁶³. O individualismo é um dos principais princípios da filosofia liberal. Essa doutrina impulsionou a teorização sobre o que é o indivíduo, a sociedade, o Estado e qual deveria ser a função do Estado na nova sociedade que nascia. Teóricos ingleses desenvolveram a Teoria Política do século XVII. Aqui, temos como figuras principais os ingleses Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704).

Para Hobbes, segundo Macpherson (2005), o estado de natureza, era uma condição natural da humanidade, estado que mostra os homens como realmente são (p. 30); o estado de natureza seria a tendência dos homens ao estado de guerra (p. 37). Por isso, se não existir as

²⁵⁹ Ibidem, p. 09.

²⁶⁰ Ibid., p. 12.

²⁶¹ Ibid., p. 11.

²⁶² Ibid., p. 13.

²⁶³ Laski (1973, p. 13) afirma que o liberalismo estabelecia uma antítese entre liberdade e igualdade, pois “viu na primeira aquela ênfase sobre a ação individual, da qual o liberalismo sempre foi zeloso defensor; viu na segunda o fruto da intervenção autoritária, cujo resultado final é, em seu ponto de vista, uma restrição da personalidade individual”.

leis e o contrato entre os indivíduos, todos viveriam em uma luta incessante de todos contra todos (p. 30). Os homens deveriam sair do estado de natureza mediante um pacto entre o indivíduo (sociedade) e um soberano, ou seja, os homens cedem seu estado natural em prol de um soberano e do “bem comum” (p. 31).

Para o soberano ter esse poder, existiam dois modos: primeiro, quando um homem (ou um grupo de homens) conquista um território, tornando-o soberano por aquisição; segundo, quando os homens acordam entre si um soberano, soberano pode instituição (MACPHERSON, 2005, p. 31).

A teoria de Hobbes é uma hipótese lógica e não histórica²⁶⁴. Por isso, esse autor afirma que somente uma sociedade possessiva de mercado, com princípios voltados ao indivíduo e a propriedade, satisfaz as exigências do pensamento de Hobbes²⁶⁵. O modelo de individualismo possessivo esta associado ao modelo de sociedade regida pelas relações mercantis entre indivíduos²⁶⁶.

Locke é outro teórico político, de origem da tradição liberal, a teorizar sobre todas as dimensões da vida do homem. A sua doutrina é permeada por contradições e confusões²⁶⁷. Ele atribuiu a sua teoria ao direito da propriedade, em defesa da propriedade; os homens teria o direito natural à propriedade, um direito anterior à existência da sociedade e do governo²⁶⁸.

Os princípios básicos do individualismo possessivo: o homem é livre e humano em virtude unicamente da propriedade de sua pessoal, e que a sociedade humana consiste essencialmente em uma serie de relações mercantis. Essas teorias de Hobbes e Locke foram essenciais para legitimar a nova ordem que surgia e justificar a propriedade privada.

Sobre a propriedade privada, é necessário resgatar a argumentação do item 4.1 que afirmamos, a partir de Marx, que a massa da população só tinha a força de trabalho para vender, ela não detinha a posse da propriedade. Somente os proprietários da propriedade privada poderiam ter sua soberania enquanto indivíduo. Outro ponto que merece destaque: os anteriores modos de produção baseados na propriedade privada (escravista e feudal) não tiveram uma doutrina filosófica que justificasse a posse e o acúmulo da propriedade privada (meios de produção). Havia somente justificativas para a posse de escravos, para o papel do Estado na sociedade (dadas especialmente pelos filósofos gregos), para a posse de terras e da

²⁶⁴ Ibidem, p. 30.

²⁶⁵ Ibid., p. 55.

²⁶⁶ Ibid., p. 259.

²⁶⁷ Ibid., p. 193.

²⁶⁸ Ibid., p. 194.

relação de servidão (justificação divina). Uma doutrina que justificasse a posse e o acúmulo da propriedade privada é um dado histórico novo na história da humanidade.

Os objetivos liberais foram traçados pelos detentores da propriedade privada, conforme seus interesses. Para alcançar seus objetivos, a nascente burguesia precisou “[...] limitar o âmbito da autoridade política, confinar os negócios do governo ao quadro dos princípios constitucionais e, portanto, tentou sistematicamente descobrir um sistema de direitos fundamentais que o Estado não fosse autorizado a violar.” (LASKI, 1973, p. 11). Um Estado que legitimasse um novo poder político seria a solução para essa nova classe, ou seja, o Estado teve que ser capturado pela nova classe economicamente dominante que surgia para assegurar seus interesses econômicos.

Se na sociedade feudal havia um conceito social de riqueza, na sociedade capitalista nasce o conceito individual de riqueza, nasce o espírito burguês de acumular riqueza pela riqueza, conforme aponta esse longo trecho de Laski:

Esse espírito [da antiga sociedade feudal] começou a desaparecer com o surgimento do espírito capitalista como concepção dominante. Um conceito social de riqueza deu lugar a um conceito individualista. A ideia de sanção divina para as normas de comportamento foi gradualmente substituída por uma sanção utilitária. E o princípio de utilidade deixou de ser determinado por referência ao bem social. O seu significado foi extraído do desejo de satisfazer a necessidade individual: pressupunha-se agora que quanto maior riqueza o indivíduo possuísse, maior seria o seu poder de garantir essa satisfação. Quando tal atitude começou a assenhorar-se do espírito dos homens desenvolveu um poder revolucionário. Substituiu a ideia de subsistência, que era a predominante na Idade Média, com suas implicações de uma sociedade estática ou tradicionalista, pela ideia moderna da produção sem limites; e esta, por seu turno, implica a existência de uma sociedade dinâmica e antitradicional, visto que o desejo de riqueza é interminável e, portanto, deve procurar continuamente a novidade e a experimentação de novos métodos e recursos²⁶⁹.

Conforme vimos no capítulo 03, item 3.2, a Igreja combatia a usura, o dinheiro e o comércio (TUCHMAN, 1989, p. 36). Na sociedade feudal, “a riqueza era concebida como um fundo de significado social e não como uma posse individual” (LASKI, 1973, p. 16). A partir da sociedade burguesa, a busca de riqueza pela riqueza era a principal característica do homem burguês. Mas, essa busca ainda era combatida pelos princípios morais da Igreja Católica. Com o desenvolvimento das novas relações econômicas a partir do modo de produção capitalista, a Igreja teve que começar a ceder, de uma forma ou de outra e aos poucos, aos interesses particulares a burguesia.

O espírito burguês encontrou apoio na Reforma protestante para alcançar seus objetivos, pois, ambos (a burguesia e a Reforma) queriam reduzir o poder e a centralidade da

²⁶⁹ Ibidem, p. 16-17.

Igreja Católica na sociedade que estava nascendo, contribuindo, assim, para a liberdade e emancipação do indivíduo dos princípios morais da Igreja Católica.

A Reforma Protestante contribuiu para o desenvolvimento da filosofia liberal, quebrando a supremacia de Roma no aspecto religioso e moral, reduzindo também a influência do catolicismo na vida das pessoas. Essa Reforma foi um movimento que diluiu a força da Igreja católica na vida dos homens. Em termos gerais, nesse processo de Reforma temos duas figuras centrais: Lutero (1483-1546), que era contra as indulgências papais, e Calvino (1509-1564), que reconheceu o empréstimo de juro (LASKI, 1973, p. 23). Para Heller (1980, p. 34), “o calvinismo criou a forma religiosa mais apropriada para o desenvolvimento do capitalismo”.

O ataque que a Reforma Protestante fez a Roma não foi somente a religião católica, mas a todo o modo de vida dos homens, uma vez que, a Igreja católica regia a vida dos homens (Cf. Capítulo 03, item 3.2).

De acordo com Laski (1973), no século XVI, a autoridade eclesiástica havia diminuído, e no século XVII, a religião começou a ser tratada como assunto da vida privada, não mais como pública (p. 94). Para a classe média e alta, “a religião converteu-se num assunto privado entre cidadão e seu Deus ou igreja” (p. 124) e para a classe baixa “passou a ser uma instituição integrada no contexto social da necessidade de ordem pública” (p. 124).

Esses acontecimentos foram fundamentais para o liberalismo, pois a propriedade, vital para o novo sistema econômico que surgia, pôde se desenvolver sem a interferência religiosa²⁷⁰. A religião não poderia ser um obstáculo para a prosperidade capitalista²⁷¹.

Para alcançar a produção sem limites, o capitalismo procurou transformar a sociedade, mudando os hábitos e costumes, e capturar o Estado, pois, somente assim, a classe economicamente dominante teria o poder coercitivo sob a sociedade, usando-o para seus próprios fins²⁷².

Com o liberalismo, o Estado passou a sancionar a paz e a ordem, substituindo a Igreja nessa função²⁷³, e a formular mecanismos políticos-legais para impedir a violação dos princípios e objetivos da doutrina liberal. O liberalismo exigia um Estado autossuficiente que não intervisse nos objetivos da burguesia.

²⁷⁰ Ibidem, p. 42-43.

²⁷¹ Ibid., p. 94-95.

²⁷² Ibid., p. 17.

²⁷³ Apesar de o Estado substituir a religião no comando da vida social, essa foi utilizada como um instrumento útil ao Estado.

O mercantilismo foi o primeiro passo do Estado secular para a plena realização do liberalismo. Essa prática econômica foi necessária para os primeiros séculos do capitalismo, período entre a Reforma e a Revolução Francesa, que é considerada como a Era do mercantilismo (LASKI, 1973, p. 103). O mercantilismo se constituía em uma prática econômica de comércio exterior e do acúmulo de metais preciosos, principalmente, o ouro e a prata (LABASTIDA, 1969, p. 77).

A doutrina liberal²⁷⁴ impulsionou a sociedade ao progresso, provocando uma série de mudanças na vida do homem e da sociedade. Houve descobertas geográficas impulsionadas pelo progresso marítimo; novas invenções tecnológicas; surgimento da imprensa; florescimento da ciência, principalmente nas discussões sobre a natureza, o homem e a sociedade; nova forma do homem se relaciona com Deus através da Reforma da Igreja, impulsionando o surgimento de novas igrejas; criação de Estados nacionais; e ascensão de países colonizadores como Portugal, Espanha, França e Inglaterra (LASKI, 1973, p. 14-15).

Todas essas mudanças acarretaram no nascimento da centralidade da relação do homem com o homem, substituindo a relação do homem com Deus, ruindo as relações sociais feudais.

Vimos até o momento que, a burguesia provocou uma série de mudanças na vida do homem, a partir do modo de produção capitalista, e teve que justificar a sociedade aos seus próprios fins. Seu objetivo era a incessante busca da riqueza pela riqueza (acúmulo dos bens produzidos socialmente), e que o homem alcançasse sua liberdade individual, sendo necessária a filosofia da doutrina liberal.

Apesar desses avanços e transformações societárias até aqui mencionadas, elas ainda não tinham sido suficientes para o triunfo da burguesia. A Monarquia e aristocracia eram os principais empecilhos da classe burguesa. O triunfo da burguesia veio no século XVIII, com a eclosão da Revolução Francesa, assunto que trataremos mais a frente. Mas, antes de tratar sobre o coroamento da burguesia na sociedade, precisamos apontar os avanços substanciais da nascente ciência moderna.

5.3 A GÊNESE DA CIÊNCIA MODERNA DO SÉCULO XV AO XVIII

²⁷⁴ Adam Smith foi um dos principais representantes da doutrina liberal. Para ele, “o poder coercitivo supremo é útil, principalmente, para proteger-nos contra a injustiça e a violência, em especial a violência contra propriedade. [...] a finalidade suprema do Estado é proteger as atividades espontâneas dos indivíduos.” (LASKI, 1973, p. 129).

5.3.1 O desmonte da cosmologia antiga e medieval e a teorização sobre o universo infinito

No processo de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, a sociedade passou por uma crise societária, afetando todas as dimensões da vida social. A sociedade feudal centrava sua preocupação na relação do homem com Deus. Com a sociedade moderna, a preocupação foi com a vida ativa dos homens (KOYRÉ, 2006, p. 05). A relação homem com Deus tinha sido substituída pela relação entre os homens.

Vimos que a forma como o homem intervém na natureza revela as bases das relações sociais que os homens vivem. A forma que o homem se relaciona com a natureza determina a forma como os homens se relacionam entre si.

Vimos também que, a partir do desenvolvimento do comércio, das cidades e da manufatura, temos as bases para o surgimento e desenvolvimento do modo de produção capitalista. Para esse desenvolvimento do capitalismo foi necessário também mudar a forma de pensar sobre a natureza, o indivíduo, o Estado e a sociedade.

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, era necessário que o homem tivesse, cada vez mais, domínio sobre a natureza para desenvolver as forças produtivas. Como a sociedade estava mudando a partir do modo de produção capitalista, era necessária uma revolução no modo de pensar. Para isso, foi necessária uma nova interpretação do mundo e um progresso filosófico, científico e tecnológico. Para os homens se libertarem das antigas visões teológicas sobre a natureza, o homem e a sociedade, a ciência e a filosofia começaram a ganhar novos impulsos.

No início do século XV o homem começou a deixar de ser mero espectador para senhor da natureza (KOYRÉ, 2006, p. 01; LABASTIDA, 1969, p. 225). Nesse século começou a ser substituída a noção do mundo geocêntrico, concepção presente na filosofia antiga e medieval, para o universo heliocêntrico e, depois, para o acêntrico (o universo infinito) (KOYRÉ, 2006, p. 01). Os homens começaram a destruir a antiga visão do cosmo, substituindo a concepção de um mundo finito e ordenado, por um universo infinito.

Alexandre Koyré, filósofo francês, em sua obra “Do universo fechado ao universo infinito” centra em teóricos que desmontaram a cosmologia antiga e medieval e teorizaram sobre o universo infinito, transpondo o cosmo fechado dos antigos e medievais para o universo infinito dos modernos, causando uma revolução científica na Europa.

As bases da ciência moderna²⁷⁵ encontram-se neste período, entre os séculos XV e XVIII. Nele temos: Nicolau de Cusa (1401-1464), Nicolau Copérnico (1473-1543), Giordano Bruno (1548-1600), Johannes Kepler (1571-1630), Galileu Galilei (1564-1642), René Descartes (1596-1650) e Isaac Newton (1643-1727) como os principais teóricos que problematizaram sobre o mundo e o universo.

Nicolau de Cusa, cardeal alemão, foi o último grande filósofo da Idade média e fundamental para o pensamento moderno. Segundo Koyré (2006), ele rejeitou a concepção cosmológica medieval, negou a finitude do mundo (para ele o universo seria intérmino e não infinito) (p. 10). Na concepção cosmológica de Nicolau de Cusa, a Terra nem outro corpo celeste é o centro do universo, pois, para ele, o universo não possui um centro. Giordano Bruno foi um dos teóricos que mais se apropriou do pensamento de Nicolau de Cusa (p. 18).

Nicolau Copérnico, astrônomo e matemático polaco, foi o primeiro astrônomo a fazer mudanças substanciais no campo científico através da Teoria do Heliocentrismo (o Sol como o Centro do universo), substituindo a Teoria Geocêntrica (a Terra como o centro do universo). Ele removeu “a Terra do centro do mundo e colocando-a entre os planetas, destruiu os alicerces da ordem cósmica tradicional”²⁷⁶. Com isso, inicia-se a diluição da ciência cosmológica medieval que estava baseada em concepções teológicas.

Outro teórico que ganhou destaque com sua visão cosmológica foi Giordano Bruno, teólogo e filósofo italiano. Ele foi o pai da doutrina do universo descentralizado e infinito, pois, para ele, o mundo é infinito, e que não saberíamos qual está no centro do mundo, que os corpos celestes estão entre outros corpos²⁷⁷. Por outro lado, ele atribuiu essa infinitude a Deus. Segundo Heller (1980, p. 33), Giordano Bruno quase fugiu da Itália em busca de países que existisse a liberdade de pensamento, pois ele tinha medo da inquisição. Bruno acabou travando uma luta contra a Igreja Católica. Ele foi condenado, recusou-se a retratação e foi morto pelo Tribunal da Inquisição.

Temos também o pensamento do astrônomo e matemático alemão Johannes Kepler. Seu pensamento possuía uma premissa fundamenta: “se o mundo não possui limites e nenhuma estrutura específica, determinada, isto é, se o espaço do mundo é infinito e uniforme, então a distribuição das estrelas fixas neste universo deve ser também uniforme” (KOYRÉ, 2006, p. 57).

²⁷⁵ Francis Bacon (1561-1626) é considerado o pai da ciência moderna devido a sua ciência empírica e racional, através do experimentalismo (LASKI, 1973, p. 56).

²⁷⁶ Ibidem, p. 28.

²⁷⁷ Ibid., p. 37-38.

Kleper calculava a distancia das estrelas sem telescópio, ele analisava as distancias de forma concreta, e não abstrata como seus antecessores faziam. Suas descobertas foram antes de Galileu (que tinha feito descobertas astronômicas através da invenção do telescópio). Após Kleper formular suas questões ligadas a astronomia é que ele conhece os estudos de Galileu.

Segundo Koyré (2006, p. 68), Kleper contribui substancialmente com a ciência moderna através de várias descobertas, por exemplo, ele começou a entender que “enquanto o brilho dos planetas provém da luz refletida do Sol, as estrelas fixas brilham com luz própria, como o Sol”; ele tinha a noção que as estrelas possuíam uma dimensão uniforme, que possuía limites a sua volta. Com suas descobertas, Kepler foi “grande pensador autenticamente revolucionário do ser, do movimento”²⁷⁸.

O grande salto da astronomia vem com Galileu Galilei, físico, matemático e filósofo italiano. Através do *perspicillum*, uma espécie de telescópio, ele fez uma série de descobertas a partir das suas observações, por exemplo: as montanhas na Lua, a descoberta de outros planetas e estrelas. Por outro lado, ele não toma posição sobre a finitude ou infinitude do universo, ele “não admite a limitação do mundo ou crê fechado por uma esfera real de estrelas fixas”, além disso, ele rejeitava a tese que há um centro do universo²⁷⁹.

O teórico que ganhou destaque entre os séculos XVII e XVIII foi Isaac Newton, cientista, físico, matemático, astrônomo, alquimista, filósofo natural e teólogo inglês. Ele usou a filosofia para estabelecer os fundamentos da sua investigação matemática da natureza²⁸⁰.

Na astronomia, Newton teorizou sobre alguns conceitos relacionados ao tempo absoluto e espaço absoluto. Ele entendia que o tempo não é algo que pertence ao mundo exterior, material; para ele o tempo “é uma coisa que possui sua *própria natureza*”²⁸¹. Para Isaac Newton, o espaço era preenchido pelo “éter”. O “éter é tão-somente uma substância muito tênue e elástica, uma espécie de gás extremamente rarefeito, e que não enche completamente o espaço físico”²⁸². Tanto Giordano Bruno quanto Johannes Kepler afirmaram sobre existência do “éter”, mas foi Newton que fez estudos mais sistemáticos sobre essa substância. Outra descoberta importante que Newton fez para a ciência moderna foi a

²⁷⁸ Ibidem, p. 79.

²⁷⁹ Ibid., p. 86.

²⁸⁰ Ibid., p. 142.

²⁸¹ Ibid., p. 143.

²⁸² Ibid., p. 152.

gravidade. Ele entendia que todos os corpos próximos a Terra gravitam em sua direção, que “todos os corpos são dotados de um princípio de gravitação mútua”²⁸³.

Sobre a matéria, Newton aceitou as características de Henry More (1614-1687), filósofo inglês, sobre a extensão, a dureza, a impenetrabilidade e mobilidade da matéria; Newton acrescentou mais uma característica importante à matéria: a inércia (KOYRÉ, 2006, p. 153).

A partir dessas novas descobertas sobre a natureza (os estudos sobre o universo são apenas pequenos exemplos), o homem se distanciou cada vez mais dos princípios teológicos cristãos que estavam presentes desde a Idade Média. Com o surgimento e desenvolvimento da ciência moderna, o homem pôde intervir melhor na natureza, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Assim, o homem se tornava senhor da natureza.

5.3.2 Descartes e a manufatura

René Descartes no século XVII abriu novas perspectivas à ciência. Ele viveu no período manufatureiro francês, especificamente a manufatura heterogênea, e no auge das monarquias absolutistas.

Marx (2010, p. 403) afirma que “o emprego esporádico das máquinas no século XVII tornou-se muito importante, por ter oferecido aos grandes matemáticos daquele tempo uma base prática e um estímulo para criarem a mecânica moderna”. Descartes é o maior representante desse processo e um divisor de águas no campo da nascente ciência moderna. Seu pensamento foi desenvolvido a partir da análise do sistema da manufatura.

Conforme Jaime Labastida (1969, p. 79), filósofo mexicano, na manufatura temos máquinas, trabalho humano potenciado, divisão do trabalho e cooperação que refletem de modo ativo na filosofia de Descartes. Ele foi o filósofo que aplicou os princípios da manufatura em sua forma de conceber o mundo.

Esse filósofo francês tinha uma concepção mecanicista do mundo devido aos seus estudos sobre as máquinas no período manufatureiro. A base material de produção refletia ativamente em sua forma de compreender a natureza, o homem e a sociedade.

Para Labastida, a ideia de que o homem deve dominar a natureza, tem sua origem no Renascimento e se desenvolveu no período manufatureiro²⁸⁴. O impulso de dominar a

²⁸³ Ibid., p. 155.

²⁸⁴ Ibidem, p. 96.

natureza não foi presente na Idade Média devido, principalmente, aos aspectos ideológicos da Igreja que barrava o desenvolvimento das forças produtivas, e, com isso, o domínio do homem sobre a natureza²⁸⁵.

Através do pensamento de Descartes, o homem se torna senhor da natureza, não através da magia, nem das crenças espirituais, ele se tornava senhor ativo e material através do trabalho²⁸⁶.

Em Descartes podemos perceber que o princípio metodológico da investigação científica tem relação com a divisão do trabalho e cooperação simples (LABASTIDA, 1969, p. 105). Para ele, deveria existir um instrumento que exercesse um controle sobre o conhecimento. Esse instrumento é o método. Para Descartes, deveria existir um método que qualquer um pudesse manejar²⁸⁷, com isso, ele desenvolveu a dúvida metódica. O método cartesiano se encontra em uma forma concreta de apreender e transformar a natureza: a produção da manufatura²⁸⁸.

Descartes via o corpo humano como uma máquina, como um arranjo e combinação de suas “partes”²⁸⁹. Ele considerava o homem a verdadeira máquina, que se movimenta devido aos órgãos, as “partes”. Para ele o corpo humano é uma máquina, uma máquina feita por Deus²⁹⁰.

Para Descartes, a diferença que existe entre o homem, entendido agora não somente como substância extensa, mas também pensante, e os animais ou qualquer outro tipo de “máquinas”: a diferença entre eles (homem, animal e máquina) tem por base a ideia de que o erro é algo especificamente humano²⁹¹. O homem é o único animal que pode consertar seu erro, devido à liberdade que ele tem.

Ao colocar o cogito, “penso logo existo”, no centro de sua reflexão, Descartes inaugura a filosofia moderna, isto é, o idealismo moderno que concebe o sujeito como espontaneidade ou atividade²⁹².

Para Descartes tudo se ajusta a uma concepção mecânica²⁹³. O mecanicismo é, para Labastida, um reflexo da etapa manufatureira e dos inícios da grande indústria no que se

²⁸⁵ Ibid., p. 96.

²⁸⁶ Ibidem, p. 98.

²⁸⁷ Ibid., p. 109.

²⁸⁸ Ibid., p. 134.

²⁸⁹ Ibid., p. 118.

²⁹⁰ Ibid., p. 139.

²⁹¹ Ibid., p. 139.

²⁹² Ibid., p. 164.

²⁹³ Ibid., p. 130.

movem certos aspectos das relações sociais da realidade objetiva²⁹⁴. O mecanicismo é a expressão ideológica do período manufatureiro de produção²⁹⁵. A concepção mecanicista do mundo foi um avanço comparada a concepção medieval (p. 226). Com base nisso, Descartes é um produto histórico com que se abre a modernidade.

5.4 O COROAMENTO DO INDIVIDUALISMO BURGUEZ: NOTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FRANCESA

A partir da forma de produção capitalista, o homem conhece o progresso que o levará a um patamar novo na história, possibilitando o homem produzir para todos. O modo de produção capitalista produz mercadorias suficientes (e ainda sobra) para toda humanidade. O que ocorre, devido a sua essência de exploração do homem pelo homem e da propriedade privada, é a apropriação privada dos produtos produzidos coletivamente. Essa é a contradição que marca toda a história do capitalismo: a socialização da produção e a apropriação privada da produção. Por outro lado, o progresso não condizia com a velha estrutura do regime feudal, o que incomodava a nascente e crescente classe burguesa.

A sociedade europeia vivia ainda sobre a estrutura social do Velho Regime feudal (Cf. Capítulo 3, item 3.2). Existiam três ordens dessa antiga sociedade: o clero, a nobreza e o Terceiro Estado, que era constituído pela maior parte da população.

O historiador francês Albert Soboul (1981, p. 21) resume a constituição das três ordens:

A origem das ordens remontava à Idade Média, onde se afirmara a distinção entre os que oravam, os que combatiam e os que trabalhavam para que os outros pudessem viver. A ordem do clero era a mais antiga; desde sua origem, teve uma condição particular regida pelo Direito Canônico. Mais tarde, configurou-se, entre os leigos, o grupo social da nobreza. Os que não eram nem clérigos nem nobres constituíam a categoria de “laboradores” que deu origem ao Terceiro Estado. Mas a formação dessa terceira ordem foi lenta. Sozinhos, figuravam nela, de início, os burgueses, isto é, os homens livres das cidades dotados de uma carta de franquias.

Conforme vimos no capítulo 02, a nobreza era classe dominante na sociedade. Os nobres possuíam privilégios econômicos, sociais e fiscais (Cf. item 4.2). Essa nobreza se dividia em nobreza palaciana (vivia dos lucros do palácio), nobreza provincial (vivia somente

²⁹⁴ Ibid., p. 170.

²⁹⁵ Ibid., 184.

de seus direitos feudais enquanto senhor) e nobreza judiciária (ocupava a parte administrativa e judiciária) (SOBOUL, 1981, p. 24-25).

A aristocracia era inútil com a nova sociedade que nascia. Ela mantinha o controle econômico e político da sociedade, tinha privilégios fiscais e honoríficos que incomodavam o Terceiro Estado, o que levou a aristocracia entrar em decadência no final do século XVIII com a Revolução Francesa.

O clero, dividido em alto clero (bispos, abades, cônegos) e baixo clero (curas e vigários), também possuía privilégios políticos, judiciários e fiscais. Ele possuía também vastas propriedades urbanas e rurais e vivia, principalmente, do dízimo, imposto obrigatório para as demais ordens. Existiam dois tipos de dízimos: o dízimo grosso sobre os quatro principais cereais: trigo, centeio, cevada e aveia, e o dízimo fino sobre os demais cereais²⁹⁶. A vida do homem na sociedade feudal era regida pelos princípios cristãos, dos registros de nascimento, casamento e óbitos, até o domínio sobre a educação e o conhecimento²⁹⁷.

O Terceiro Estado era a maior parte da população europeia. Ele

[...] compreendia as classes populares do campo e das cidades. Posteriormente, sem que seja possível traçar-se um limite nítido entre essas diversas categorias sociais, a pequena e média burguesia, essencialmente artesanais e comerciantes. A essas camadas médias se unem os membros das profissões liberais: magistrados não-nobilitados, advogados, notários, professores, médicos e cirurgiões... Da alta burguesia, destacam-se os representantes da finança e do grande comércio: em primeiro lugar, os armadores e os financistas, os fazendeiros em geral e os banqueiros²⁹⁸.

Apesar dessa heterogeneidade dentro do Terceiro Estado, o que a unia era o descontentamento com os privilégios da aristocracia.

Com a nova sociedade que nascia, a burguesia estava se constituindo enquanto classe economicamente dominante. Ela possuía acúmulos de riqueza e dominava a cultura²⁹⁹ e possuía diversos segmentos dentro da própria burguesia:

[...] o dos *burgueses* propriamente ditos, burguesia passiva de *rentiers* vivendo do lucro capitalizado ou das rendas da propriedade imóvel; o grupo das profissões liberais, dos serventuários da justiça, dos oficiais, categoria complexa e muito diversificada; o grupo artesanal e lojista, pequena ou média burguesia vinculada ao sistema tradicional de produção e de trocas; o grupo da grande burguesia dos negócios, categoria ativa vivendo diretamente do lucro, ala avançada da burguesia (SOBOUL, 1981, p. 32, grifos originais).

²⁹⁶ Ibidem, p. 27.

²⁹⁷ Ibid., p. 28.

²⁹⁸ Ibid., p. 31.

²⁹⁹ Ibid., p. 32.

A classe popular era composta por camponeses, operários dos teares (produção artesanal), operários das manufaturas, operários da grande indústria, diaristas, jardineiros, comissionados, carregadores de água, carregadores de lenha, biscateiros, criados, cozinheiros, cocheiros etc³⁰⁰. O ódio à aristocracia e a ordem feudal uniam as classes populares a burguesia, esse era o principal elemento que formava uma unidade no Terceiro Estado³⁰¹.

As massas camponesas tiveram um papel fundamental na revolução. Elas, insatisfeitas com os direitos senhoriais da aristocracia, não ficaram passivas no processo revolucionário³⁰². Os camponeses pagavam ônus reais, eclesiásticos e senhoriais. Os ônus reais (pagos a monarquia) era o *taille*, a corveia nas estradas, transportes militares, a milícia e ainda tinha os impostos indiretos³⁰³. O ônus eclesiástico (pago ao clero) era o dízimo sobre os quatro grandes cereais (trigo, centeio, aveia e cevada), os demais tipos de colheitas e sobre a pecuária³⁰⁴. Os ônus senhoriais (pago aos senhores feudais) eram “[...] os direitos exclusivos de caça e pesca, de pombal, o pedágio, a percepção de direitos sobre os mercados, as corveias pessoais ao serviço do senhor, o direito de pregão que se exprimia por verdadeiros monopólios econômicos (utilização do moinho, da prensa, do forno)”³⁰⁵. Com os vários impostos, tributos e taxas pagados pelos camponeses, sobravam cada vez menos dinheiro para o camponês se manter e manter sua família, situação que ficava insustentável nos períodos de crise econômica.

As atividades das classes populares possuíam baixa remuneração, com isso não tinha um poder aquisitivo suficiente para o trabalhador e sua família. Os trabalhadores gastavam boa parte da sua remuneração com o pão³⁰⁶. Por isso, quando a inflação ficava alta, a classe popular era a mais atingida, não tendo condições de adquirir os bens básicos para sobreviver.

A Revolução francesa caracteriza-se como uma revolução burguesa e democrática, momento que várias classes (dentro do Terceiro Estado) uniram-se contra a ordem feudal, principalmente a aristocracia (nobreza e alto clero). O povo francês, burgueses, trabalhadores urbanos e camponeses, lutou pelo fim das relações feudais, como afirma Souboul (1981, p.

³⁰⁰ Ibidem, p. 40-41.

³⁰¹ Ibid., p. 39.

³⁰² Ibid., p. 45.

³⁰³ Ibid., p. 49.

³⁰⁴ Ibid., p. 49.

³⁰⁵ Ibid., p. 49-50.

³⁰⁶ Na França, por exemplo, segundo Labrousse (apud SOBOUL, 1981, p. 41), o pão era “[...] metade da receita popular (trata-se de um mínimo), 16% para os legumes, toucinho e vinho, 15% para o vestuário, 5% para o aquecimento, 1% para a iluminação”, pois esse era o principal alimento da dieta alimentar da nascente sociedade burguesa.

11): “[...] o objetivo fundamental do movimento camponês coincidiu com as metas da revolução burguesa: a destruição dos meios feudais de produção.”.

Até o final do século XVIII, a sociedade francesa era basicamente aristocrática, sua essência era rural, a sociedade baseada no comércio e a grande indústria pedia passagem³⁰⁷. A burguesia e o progresso pediam passagem, mas a velha estrutura do regime feudal não permitia, e isso incomodava a nascente burguesia. Essa queria crescer economicamente na sociedade francesa e, para isso, deveria assumir o controle do Estado.

A burguesia se apoiou na filosofia dos Luminares, pois essa filosofia criticava o velho regime e tinha seus fundamentos em uma crença no progresso do espírito humano e no conhecimento científico³⁰⁸. A burguesia elaborou sua filosofia depois do século XVII, uma filosofia que questionou, principalmente, a tradição da ordem feudal, isto é, a Igreja e ao Estado.

A França antes da revolução estava mergulhada em tensões sociais, crescimento populacional, inflação. Os preços dos produtos eram instáveis, principalmente os gêneros alimentícios, que abarcavam maior parte do orçamento da população. Esses foram os precedentes da revolução, principalmente a crise econômica que a França estava passando.

A França era governada pelo regime absolutista. O absolutismo se caracterizava pelo caráter divino do Rei, enquanto autoridade absoluta e inquestionável. Ele era um representante de Deus na Terra, possuía todos os poderes, inclusive a justiça. Ele também é fonte de toda legislação, autoridade administrativa, fonte de guerra e paz, comanda o exército, e direciona a política estrangeira³⁰⁹.

Entre 1787 e 1788, acontece uma forte crise política. Todos deviam obediência ao rei, questão que começou a incomodar a nobreza judiciária, pois, essa rejeitava a obediência ao Rei. A nobreza judiciária, com medo de perder seus direitos e privilégios, pediu ajuda a burguesia para lutar contra o absolutismo e diminuir a interferência do Rei. Com a vitória da nobreza judiciária sob o absolutismo, a burguesia começou a criar consciência da sua força política, uma vez que, sem a burguesia, aquela nobreza não teria alcançado seu objetivo. Esse momento causou revolta a aristocracia.

O Terceiro-estado, após apoiar parte da nobreza contra o absolutismo do rei, lutou por reformas econômicas, políticas e sociais. O que acarretou na convocação dos Estados-gerais,

³⁰⁷ Ibidem, p. 15.

³⁰⁸ Ibid., p. 16.

³⁰⁹ Ibid., p. 64.

isto é, os três estados teriam que se reunir para discutir sobre questões políticas e econômicas referentes à França.

As primeiras conquistas do Terceiro-estado foram a duplicação dos deputados representantes desse estado e a conquista do voto por pessoa, e não por ordem. Queremos deixar claro que os deputados do Terceiro-estado eram somente burgueses, nenhum deputado era camponês ou da classe popular urbana³¹⁰. A burguesia que comandava o Terceiro Estado.

a Revolução de 1789 foi dirigida pela minoria burguesa do Terceiro Estado, sustentada e impulsionada nos períodos de crise pelo imenso povo das cidades e dos campos – esse que tem sido chamado às vezes de quarta ordem. Graças à aliança popular, a burguesia impôs à realeza uma Constituição que lhe deu o essencial do poder³¹¹.

O objetivo da convocação dos Estados-gerais era a criação de uma Constituição que limitasse os poderes do rei, que os assuntos relacionados aos impostos fossem votados, e queriam também a elaboração de leis que tivesse como princípio a liberdade dos indivíduos, de acordo com os princípios da doutrina liberal (Cf. o item 4.2 deste capítulo). Além disso, o Terceiro-estado queria igualdade civil integral, abolição do dízimo e eliminação dos direitos feudais.

Mas, a realeza não estava disposta a abdicar dos seus privilégios e ruir as bases do antigo regime feudal (principalmente na questão dos impostos). Após pressão e medo do Terceiro Estado, o Rei concordou com a votação do imposto feita pelos Estados-gerais e com os direitos de liberdades individuais e de imprensa³¹². Com isso, em 7 de julho de 1789 foi criada uma comissão de constituição, que se proclamou como Assembleia Nacional Constituinte. Após 1789, os representantes da burguesia conduziam as sessões da assembleia a seu favor, aos seus interesses³¹³.

Até esse momento histórico, o povo não tinha entrado na cena política. A crise econômica foi o fator que impulsionou as classes populares urbanas e rurais a se mobilizarem. Com a entrada das massas populares em cena, várias revoltas surgiram: Revolta de Paris, Queda da Bastilha, Revolta das cidades e Revolta dos campos. O ato mais marcante foi a queda da Bastilha, símbolo de poder do rei. A Bastilha era uma fortaleza de 30 metros de

³¹⁰ Ibidem, p. 107.

³¹¹ Ibid., p. 99.

³¹² Ibid., 115.

³¹³ Ibid., p. 151.

altura defendida por 80 homens obedientes ao Rei³¹⁴. A sua queda significou a ascensão de uma nova sociedade, pois a derrubada da Bastilha significava a diminuição do poder do rei.

A principal consequência das revoltas populares foi a redação da Declaração dos Direitos do Homem e Cidadão, em 26 de agosto de 1789 pela Assembleia Nacional, que simboliza “o atestado de óbito do Velho Regime” (SOBOUL, 1981, p. 129).

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão consistia no “catecismo da nova ordem”³¹⁵ societária que nascia. Essa carta carregava os direitos naturais e imprescritíveis como: liberdade, propriedade, segurança e a resistência à opressão³¹⁶. Essa liberdade é individual e a propriedade é um direito natural (a assembleia não se preocupou com quem não possuía propriedade)³¹⁷; a igualdade é civil; e a nação constitui-se como o conjunto de cidadãos³¹⁸. Podemos afirmar aqui que, a Declaração do Homem e do Cidadão é carta de vitória da burguesia com sua doutrina filosófica. Após longos séculos, a classe burguesa finalmente consegue alcançar a liberdade individual e o direito e ao acúmulo de propriedade.

Sobre essa declaração, Soboul complementa que essa carta foi “redigida pelos Constituintes, liberais e proprietários, ela abunda em restrições, precauções e condições, que lhe limitam singularmente o alcance”³¹⁹. Ela parecia um progresso substancial na história da humanidade, mas a opressão de classe e a manutenção da propriedade foram mantidas. A título de exemplo sobre alguns direitos negados para todos: os direitos políticos foram garantidos a apenas uma pequena parcela da população³²⁰; a constituinte só concedeu sufrágio universal aos proprietários; e os cidadãos foram divididos em: ativos, passivos e eleitores. Dito de um modo mais direto: “o povo [protagonista da Revolução] era eliminado da vida política”³²¹.

Com a revolução houve a liberdade política, assegurando a dominação da burguesia sobre as demais classes, e a liberdade econômica, “*laisser faire, laisser passer*”, que assegurava o livre mercado, a livre produção. A liberdade econômica e política foram os objetivos traçados pela burguesia desde seu surgimento, esses direitos eram fundamentais para a burguesia progredir na sociedade capitalista.

³¹⁴ Ibidem, p. 119.

³¹⁵ Ibid., p. 152.

³¹⁶ Ibid., p. 152.

³¹⁷ Ibid., p. 154.

³¹⁸ Ibid., p. 153.

³¹⁹ Ibid., 153-154.

³²⁰ Ibid., p. 156.

³²¹ Ibid., p. 156.

Após o ano de 1789, surgiram dois problemas: problema financeiro, as revoltas no campo e na cidade geraram problemas aos cofres públicos, e problema religioso, pois os bens do clero foram confiscados pelo Estado após a revolução.

Com a reforma do Estado, pós-revolução, os bens da Igreja foram confiscados pelo Estado, acarretando em uma reforma do clero. Por outro lado, a separação total da Igreja do Estado não era possível devido à impregnação dos princípios morais cristão na sociedade (SOBOUL, 1981, p. 174). Houve também a reforma fiscal, que previa que todos fossem iguais perante os impostos.

Através da Assembleia Legislativa, a monarquia finalmente caiu. A fuga do rei Luís XVI, em 21 de junho de 1791, é um marco importante nesse processo.

Com a derrubada do Rei o Governo Revolucionário assume, tomando forma na Convenção Nacional. Essa convenção criou o Comitê de Salvação Pública e o Comitê de Segurança Geral, iniciando, assim, a era do Terror da Revolução Francesa. Somente esses dois comitês controlam o poder político. O governo revolucionário é um “governo de guerra”³²², seu objetivo é fundar a República, e, para alcançar esse objetivo, o governo agiu para reprimir qualquer tipo de resistência através da força, do terror³²³.

Um dos principais decretos da Convenção foi a aprovação da pena de morte do Rei. Esse momento foi visto como um símbolo de liberdade das antigas bases feudais, pois o rei foi executado como um homem comum, como afirma Soboul, “a execução do rei, a 21 de janeiro de 1793, causou no país impressão profunda e encheu a Europa de estupor”³²⁴.

Com o governo Revolucionário, houve constantes conflitos entre os girondinos e montanheses. Ambos tinham origem burguesa, sendo aqueles os principais representantes dos interesses da alta burguesia³²⁵.

A Gironda fazia um duplo jogo: ela “declarara a guerra, mas não soubera conduzi-la; denunciara o rei, mas recuara ante sua condenação; reclamara o apoio do povo contra a monarquia, mas se recusara a governar com ele; contribuíra para agravar a crise econômica, mas repelira todas as reivindicações populares”³²⁶. Para Soboul, “o governo revolucionário empenhou-se para manter uma posição média entre moderantismo e o exagero”³²⁷.

Houve uma guerra política entre os Girondinos (queria manter a Revolução da forma que estava, pois a alta burguesia já tinha alcançado seus objetivos) e Jacobinos (queria

³²² Ibidem, p. 331.

³²³ Ibid., p. 331.

³²⁴ Ibid., p. 245.

³²⁵ Ibid., p. 241.

³²⁶ Ibid., p. 269.

³²⁷ Ibid., p. 313.

aprofundar e radicalizar a revolução) para assumirem a condução da Revolução Francesa. Nesse processo os Jacobinos triunfaram sobre a Gironda graças aos *sans-culotterie* (grupo popular urbano). Porém, a crise econômica e social foram obstáculos para a convenção jacobina (SOBOUL, 1981, p. 279).

O Comitê de Salvação Pública, que tinha como principal membro Maximilien de Robespierre (1758-1794), burguês, membro da assembleia e líder dos Jacobinos, não queria ceder às reivindicações populares, nem aos grupos moderados (aqui temos como central a figura de Danton).

A alta burguesia, descontente com o Governo Revolucionário, pôs fim a esse governo, através da Convenção Termidoriana³²⁸, afastando Robespierre do Governo Revolucionário. Com isso, a revolução começava a tomar novos rumos burgueses.

A burguesia termidoriana necessitou de muitos meses para destruir a República do ano II, dismantelar o governo revolucionário, arruinar a economia dirigida e, sobre o fundamento da liberdade econômica e do livre lucro, restaurar o privilégio da riqueza e da propriedade. Tomada de estupor pela queda robespierristas, a *sans-culotterie* parisiense sustentou encarniçado combate de retaguarda e defendeu pé a pé, durante vários meses ainda, seu direito à existência e seu lugar na nação³²⁹.

O Diretório assume o controle da França, após a desarticulação dos movimentos que mantinham a revolução. “O Diretório achava-se dessa forma, à mercê dos generais, de Bonaparte em particular, que só deu apoio ao governo contra os Conselhos a fim de impor as preliminares de Leoben e sua política italiana”³³⁰.

O processo revolucionário durou dez anos, de 1789, com a negação do absolutismo, até 1799, com a ascensão do Consulado e de Napoleão Bonaparte. A Revolução Francesa caracteriza-se por uma revolução complexa com vários agentes e segmentos, ela não deixa de “[...] apresentar, na sucessão cronológica, aspectos contraditórios que lhe aumentam ainda o brilho e o alcance”³³¹.

A revolução corou o Estado burguês, caracterizado como um Estado liberal e laico, “[...] fundado nos princípios da soberania nacional e da igualdade civil”³³². Dito de outro

³²⁸ A Convenção Termidoriana tinha como objetivo eliminar os *sans-culottes* e os jacobinos, movimentos que tinha ajudado a revolução burguesa. Os *sans-culotterie* e o movimento popular estavam fora do cenário político (SOBOUL, 1981, p. 399).

³²⁹ Ibidem, p. 222.

³³⁰ Ibid., p. 451.

³³¹ Ibid., p. 494.

³³² Ibidem, p. 517.

modo, “[...] o Estado novo não poderia ser senão um Estado Burguês, garantia das prerrogativas da nova classe dominante”³³³.

Com a Revolução Francesa, o progresso e razão (princípios do século dos Luminares) foram coroados na nova sociedade³³⁴. Por outro lado, “[...] a autoridade, a tradição, a religião revelada, proteção ou refúgio, voltaram à moda”³³⁵. Por isso, a revolução é ruptura e continuidade, constituindo-se como uma revolução contraditória³³⁶.

A Revolução Francesa se situa, portanto, no coração mesmo da história do mundo contemporâneo, na encruzilhada das diversas correntes sociais e políticas que dividiram as nações e ainda se dividem. [...] Filha das luzes, concentra os ataques do privilégio e da tradição, ou seduz a inteligência pelo seu imenso esforço no sentido de organizar a sociedade sobre fundamentos racionais. Sempre admirada ou sempre temida, a Revolução permanece viva na consciência dos homens³³⁷.

Portanto, a Revolução Francesa destruiu as estruturais feudais e lutou pela liberdade do indivíduo (o indivíduo burguês) e econômica da classe burguesa. Com isso, nascia a sociedade burguesa e o Estado burguês através da derrubada da aristocracia (nobreza e alto clero), com a ajuda essencial da massa urbana e rural. A burguesia foi a classe que alcançou seus objetivos, em diferentes momentos, em graus diferenciados e com apoio da classe trabalhadora.

³³³ Ibid., p. 517.

³³⁴ Ibid., p. 505.

³³⁵ Ibid., p. 507.

³³⁶ Ibid., p. 516.

³³⁷ Ibid., p. 549.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o movimento concreto da história para abordar o desenvolvimento do homem, este estudo mostrou como os homens agem e se relacionam entre si a partir da forma como produzem suas condições materiais, isto é, apresentamos como os homens produziram seus meios de vida da sociedade primitiva, com a caça-coleta, até a constituição das máquinas no capitalismo, e as relações sociais que se desdobraram de acordo com cada modo de produção.

As bases biológicas e históricas do desenvolvimento do homem estão presentes no início da história da família humana. Dois fatores biológicos foram necessários para a constituição do homem: o bipedismo, que possibilitou vantagens na luta pela sobrevivência, superando alguns limites que a natureza estabelecia; e a expansão do cérebro, que contribuiu para o desenvolvimento da inteligência e outras mudanças biológicas, como: a maturidade sexual, o período de gestação e o período de vida.

Os humanos modernos adquiriram a consciência reflexiva, manifestaram-se artisticamente, criaram capacidade de raciocínio e desenvolveram a linguagem. Eles construíram instrumentos para a caça e a coleta de alimentos, ou seja, para satisfazer as necessidades imediatas de sobrevivência enquanto espécie. A partir dessas características, os homens começaram a desenvolver determinados tipos de culturas, expressando seus modos de vida e as leituras que faziam sobre o mundo.

As primeiras relações sociais surgiram a partir das primeiras atividades de sobrevivência, a caça e a coleta. Os bandos, primeiras formas de organização da sociedade primitiva, possuíam divisões de tarefas na economia (o macho caçava e a fêmea coletava alimentos) e na organização da vida, por exemplo, os homens mais velhos ensinavam a atividade da caça aos mais novos. Esse dado histórico é fundamental para compreender que, a forma como os primeiros homens buscavam seus alimentos determinou as primeiras relações sociais. A cooperação entre todos é a principal característica do bando, sem ela os homens não teriam conseguido sobreviver diante da natureza.

A vida do homem passou por uma mudança radical com a Revolução Neolítica. A partir dela, os homens mudaram a sua forma de produzir alimentos através da descoberta da semente e da domesticação de animais, e sua forma de se organizar, por meio da passagem do nomadismo para o sedentarismo. Nesse processo, o homem começou a se organizar em tribos e a viver em famílias, constituídas por pares.

Com a Revolução Neolítica surgiu o excedente econômico, possibilitando ao homem o acúmulo de riquezas através da apropriação individual dos produtos produzidos coletivamente. A propriedade privada nasceu dessa expressão econômica baseada na posse do trabalho alheio, permitindo que o homem vivesse do trabalho de outro.

A partir da propriedade privada, a humanidade passou por uma cadeia de acontecimentos inter-relacionados: o surgimento das classes sociais através do binômio explorador x explorado; o Estado, instituição social criada para legitimar a exploração do trabalho; e a família monogâmica, expressão da propriedade privada nas relações familiares. Com isso, nascem as sociedades de classes que a humanidade conheceu: a sociedade escravista, a sociedade feudal e a sociedade capitalista. Essas sociedades foram determinadas por um modo de produção específico: o modo de produção escravista (trabalhador escravo e senhor de escravo), o modo de produção feudal (trabalhador servil e senhor feudal) e o modo de produção capitalista (trabalhador proletário e capitalista).

Temos como exemplos de civilizações sob a base do trabalho escravo Atenas, na Grécia Antiga, e Roma Antiga. Elas desenvolveram uma organização social complexa a partir da exploração do trabalho, isto é, enquanto o escravo, maioria da população, trabalhava, os homens livres produziam e desenvolviam outras dimensões das relações sociais como a arte, a filosofia, a política, o conhecimento e a religião.

Nessas sociedades escravistas, o homem problematizou a política e desenvolveu mecanismos políticos para regular os conflitos das relações sociais, como: Constituição com direitos e deveres a partir da propriedade privada; assembleia popular e tribunato da plebe como formas dos cidadãos acessarem o Estado; e Conselho geral para resolução de conflitos, geralmente os participantes eram os nobres proprietários de terras. Tanto em Atenas quanto em Roma o sistema político era acessado pelos cidadãos, pequena parte da população, uma vez que, os escravos (maioria da população), as mulheres e os estrangeiros não eram considerados cidadãos.

O homem conheceu a escravidão em sua forma plena, sistemática e absoluta na Roma Antiga, pois, os senhores de escravos romanos utilizaram a escravidão tanto na propriedade agrícola quanto nas atividades de serviços.

Com o declínio do Império Romano, através do aumento do número de escravos e a incapacidade de suportar o peso dos impostos pelos nobres romanos, as cidades começaram a estagnar e as propriedades agrícolas ficaram concentradas nas mãos de camponeses livres, iniciando uma nova classe de produtores. O escravo deixou de ser considerado uma

mercadoria, e os condes (muito deles ex-funcionários do Império Romano ou da classe nobre romana) começaram a ter poderes judiciais e militares em pequenas regiões.

A partir da crise do Império Romano e com a consolidação do modo de produção feudal, a vida do homem foi regida pela sua vinculação com a terra, pois as relações econômicas do trabalhador estavam ligadas ao seu meio de produção e havia a dependência de sobrevivência desse meio, o que subordinava o homem camponês ao senhor feudal, que era proprietário. A ligação do homem com a terra determinava as relações de vassalagem, suserania e benefício. Através delas, os homens criaram novas formas de produzir seus meios de vida e, com isso, as relações sociais ganharam novas configurações a partir dessa nova base material.

Dentro dos limites do feudo e no campo, os servos e artesãos produziram todos os meios de vida. A Igreja católica dominava a vida social, causa principal do homem no feudalismo não poder desenvolver substancialmente a ciência e a arte, por exemplo. Apesar de o servo ter mais autonomia que o escravo, ele era também a expressão da exploração do homem pelo homem no modo de produção feudal.

Com o desenvolvimento da manufatura, da maquinaria e do comércio, o modo de produção feudal entrou em declínio e entra em cena o modo de produção capitalista. A relação do homem com a terra começou a dar lugar à relação homem com o capital. Duas classes fundamentais surgem nesse processo: o capitalista (dono dos meios de produção e da matéria-prima) e o proletário (dono apenas da força de trabalho). Desse modo, a sociedade começou a ser determinada pela sociedade de mercado, onde os indivíduos estariam em um incessante busca do acúmulo de riquezas.

Assim, percebemos que, apesar das suas particularidades históricas, esses modos de produção mantiveram o binômio explorador x explorado, além de classes intermediárias, por exemplo: os comerciantes de objetos de argila no Império Ateniense; os procuradores do Império Romano, responsáveis pela administração de alguma província; os padres, do baixo clero, que rezavam missas e davam assistência aos desamparados; os teóricos da cosmologia medieval; os artistas do Renascimento; e os serviçais do Rei Luís XVI na França.

O modo de produção capitalista mudou completamente a vida do homem. A figura do indivíduo substituiu os laços comunitários do feudalismo, pois o novo modo de produção exigia um homem mais ativo, livre individualmente, mais dinâmico na sociedade; exigia um indivíduo dotado de liberdade para poder acumular riqueza. Com isso, nasce a doutrina liberal para justificar essa busca pela riqueza, acarretando mudanças na vida do homem, seja na política (Estado burguês), na cultura (Renascimento) ou na ciência (Ciência Moderna). O

coroamento desse novo indivíduo burguês vem com a Revolução Francesa, através dela as estruturas feudais são destruídas e o indivíduo burguês conquista seu espaço, principalmente na política, no Estado burguês.

A Igreja católica diminui seu poder através do movimento de Reforma, e a religião começou a ser tratada como uma dimensão privada da vida dos homens. A relação homem com Deus é substituída pela relação do homem com o próprio homem, e a ciência começou a ter centralidade na explicação da natureza, do homem e da sociedade, substituindo a Igreja.

Vimos que, a cada modo de produção, exigiam-se novas formas dos homens se relacionarem com a natureza e relacionarem-se entre si. Percebemos que a partir da propriedade privada, a história da humanidade conheceu a exploração do homem pelo homem. O explorador, além de ter o domínio econômico em cada modo de produção, precisou capturar o Estado para ser também a classe politicamente dominante. Podemos perceber o Estado cumprindo sua função social na Grécia Antiga (Estado escravista), na França do século XII (Estado feudal) ou na Inglaterra ou França contemporânea (Estado burguês).

A partir de cada modo de produção, os homens tiveram possibilidades de criarem instrumentos de acordo com suas necessidades, por exemplo: o machado ou arco e flecha, na sociedade primitiva, o moinho ou a roda de água na sociedade feudal ou a máquina de tear na sociedade capitalista. Somente no modo de produção escravista, devido a sua natureza, não possibilitou o desenvolvimento de instrumentos de trabalho para potencializarem as forças produtivas, uma vez que, para a sociedade escravista não era necessário aliviar ou potencializar o trabalhador escravo.

Por outro lado, foi na sociedade escravista, com a presença de homens livres que não trabalhavam, que o homem desenvolveu uma vasta filosofia e os princípios da ciência que conhecemos hoje. Os principais pensadores da sociedade feudal e capitalista beberam na fonte da filosofia da Antiguidade Clássica, temos como exemplo Tomás de Aquino, Descartes e Isaac Newton.

No geral, este estudo abarcou somente alguns aspectos do desenvolvimento do homem na história da humanidade. A apreensão do desenvolvimento histórico do homem a partir do modo de produção capitalista, especificamente, a partir da Revolução Industrial, ficará para estudos posteriores.

Além disso, nesta pesquisa apareceu um conjunto de problemáticas que não puderam ser tratadas nem mencionadas aqui. As grandes problemáticas visualizadas são: Quais os elementos de continuidade e ruptura das relações sociais quando os modos de produção

entram em crises e surgem novos? Quais os principais determinantes das crises societárias ao longo da história da humanidade? Além dessas questões mais latentes, algumas categorias merecem mais estudos, quais sejam: o desenvolvimento da propriedade privada nas relações sociais e as relações específicas entre modo de produção e vida cotidiana dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.
- ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. 3 ed. São Paulo: Brasiliene, 1991.
- BIZERRA, F. de A. **Alteram-se as formas, preserva-se a essência: a funcionalidade do estado à reprodução do capital**. Dissertação (mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Alagoas, Alagoas: UFAL, 2014.
- DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/direitos_homem_cidadao.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.
- DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em Ciências Humanas**. 13 ed. São Paulo: Presença, 2007.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FAST, Howard. **Espártaco**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- FOLLETT, Ken. **Os pilares da terra**. Volume único. São Paulo: Rocco, 2012.
- HELLER, Agnes. **El hombre del Renacimiento**. Barcelona: Ediciones península, 1980
- _____. **Aristoteles y el mundo antiguo**. Barcelona: Ediciones Península, 1983.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 21 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- KOYRÉ, Alexandre. **Do universo fechado ao universo infinito**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- LABASTIDA, Jaime. **Producción, ciência y sociedade: de Descartes a Marx**. México: Siglo veintiuno [Século XXI], 1969.
- LASKY, Harold J. **O liberalismo europeu**. São Paulo: Mestre Jou, 1973.
- LEACOCK, Eleanor Burke. Posfácio: Introdução à edição estadunidense. IN: ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LEAKEY, Richard E. **A origem da espécie humana**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, S. TONET, I. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012

_____. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo, Instituto Lukács, 2011

MACPHERSON, Crawford Brough. **La teoría política del individualismo posesivo: de Hobbes a Locke**. Madrid: Trotta, 2005

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. V.2. 27. ed. São Paulo: Nova cultura, 1996.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. V.1. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

_____. **O 18 Brumário de Luiz Bonaparte**. Disponível em: <<https://neppec.fe.ufg.br/up/4/o/brumario.pdf>>. Acesso em: 08 fev 2016.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010. NETTO, 2011

ROSTOVTZEFF, Mikhail. **História da Grécia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____. **História de Roma**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

SOBOUL, Albert. **História da Revolução francesa**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

TUCHMAN, Barbara Wertheim. **Um espelho distante: o terrível século XIV**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

WILLIAMS, Raymond. **O povo das montanhas negras**. São Paulo: Companhia das letras, 1991.